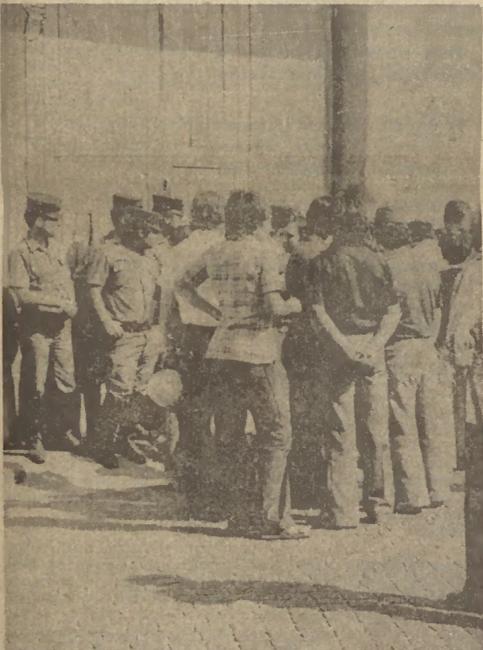


REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL POR UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA NA POLÍTICA NACIONAL

Pág.12

Reunido ontem em sessão plenária, o Comité Central do Partido Comunista Português examinou a situação política decorrente da decisão do Presidente da República relativa à realização de eleições intercalares.



Violência
na Jacinto

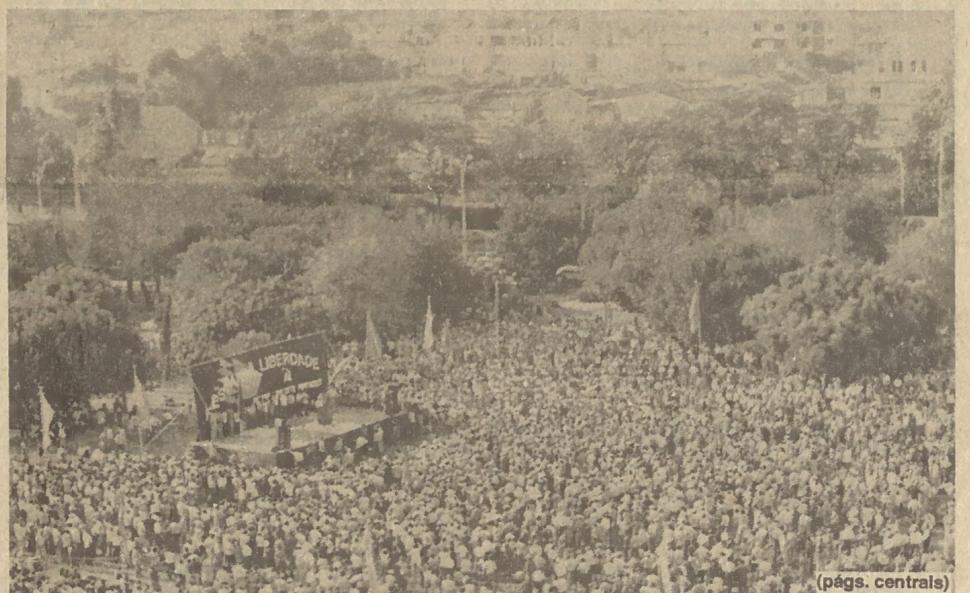
Pág.5

REFORMA AGRÁRIA

Os últimos dias de vida da odiosa equipa capitaneada por Mota Pinto exprimem-se numa acção violenta, ilegal, usurpadora, nomeadamente na zona da Reforma Agrária.

O que se passou anteontem em Pias é inqualificável e inadmissível. Entretanto, os trabalhadores, não abdicam da sua intenção de, caso a ofensiva não páre, paralisarem no próximo dia 25 na zona da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que, apesar da onda de violência e ilegalidades a que estão sujeitos, mantêm vivo o sentido das responsabilidades, como o demonstrou o plenário realizado no sábado em Évora.

Pág.2/9



(págs. centrais)

EM FESTA COM A LIBERDADE

Milhares de pessoas marcaram no domingo ponto de encontro em Belém, frente à Torre, onde, organizada pela Organização Regional de Lisboa, decorreu a Festa da Liberdade. Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, pronunciou um discurso em que analisou a situação política e expôs a posição do PCP para a saída da crise

EP

JÁ COMPRASTE?

NICARÁGUA CAÍU A DITADURA!



Pág.11

PLENÁRIO REGIONAL DA APU

PELO PROGRESSO DA NOSSA TERRA
POR DUNTAS E CAMARAS AO SERVIÇO DO POVO
PELO REFORÇO DA ALIANÇA Povo Unido-APU



Pág.9

Gonelhistas e CTs
**Uma traição
nunca vem só**

Pág.5

Editorial

ELEIÇÕES INTERCALARES SAÍDA CONSTITUCIONAL

A fase da crise aberta pelo rotundo falhanço e a consequente exoneração do governo de direita, antipopular e antinacionalista Mota Pinto/PPD/CDS está em vias de encerrar-se.

A decisão presidencial de dissolver a Assembleia da República e de convocar eleições gerais intercalares no prazo máximo de 90 dias, como determina a Constituição, permitiu evidenciar dois factos de grande importância:

- um, que as instituições funcionam e estão em condições de garantir a continuidade do regime democrático;
- outro, que os sonhos de hegemonia das forças de direita, assentes num esquema inconstitucional, sofreram um sério revés.

Esta fase da crise política, iniciada em 1977 com a derrota parlamentar do governo PS sózinho, aliado de facto à direita na chamada contra-revolução legislativa e em resultado dela, val encerrar-se num momento em extremo revelador do carácter profundamente reaccionário da política dos partidos da direita no poder.

A verdade da política dos partidos da direita — PPD, CDS e o minúsculo PPM, componentes do desconjuntado "bloco" reaccionário "não é a que sai do palavreado farronco pseudo-corrector de Sá Carneiro, ou da demagogia barata de Freitas do Amaral, ou das bucólicas deambulações pela ecologia dos cavaleiros da "causa monárquica" — é, sim, a que se exprime na acção violenta, ilegal, usurpadora, exorbitante dos limites de um governo demitido, da odiosa equipa capitaneada por Mota Pinto, e na acção dos partidos em sucessivos governos, na Assembleia da República e nos órgãos de poder local.

Os actos de autêntica selvajaria praticados anteontem contra a população laboriosa e pacífica de Plas, na sequência de outros actos de pirataria contra os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, sob as cargas da GNR e por ordem do MAP demitido, é inspirada e desencadeada por gente da CAP, o grupo de provocadores fascistas agrários politicamente enquadrados no PPD, no CDS, no PPM.

Os despedimentos judiciais que estão expulsando, das terras que fizeram produzir com o seu labor e sacrifício, milhares de agricultores rendeiros do Norte e do Centro, são praticados ao abrigo da iníqua lei do arrendamento rural dos

senhorios ricos da autoria do PPD e votada também pelo CDS e o próprio PS que não soube então demarcar-se dessa odiosa companhia.

Verdadeiras provocações contra a ordem constitucional e vergonhosas ofensas aos sentimentos democráticos do Povo português são diariamente praticados por gente do PPD e do CDS nas empresas nacionalizadas, e intervenções, como agora na Tomé Feteira, nos órgãos de comunicação social estatizados, no aparelho de Estado, que os ministros demitidos do Governo Mota Pinto, em vésperas de irem para o olho da rua, infestam de elementos reaccionários fillados nos partidos da direita.

A imprensa reaccionária e fascista — o jornal "O Dia", por exemplo, a propósito da morte do pai de Freitas do Amaral, referia-se ao 25 de Abril como uma revolução que "em boa verdade apenas serviu aos interesses do imperialismo soviético" — todos os dias culpa o "gonçalvismo" pelas desgraças actuais do Povo português e silencia entretanto o facto incontestável de diariamente gente do PPD, do CDS, do PPM, do MIRN, do PDC, da CAP, da CIP, da CCP, nos Bancos, nos departamentos do Estado, nas empresas privadas, orientar e participar activamente na obra de agravamento das condições de vida do Povo português, no encarecimento e rarefação do crédito, numa política de preços que favorece o grande intermediário contra o produtor e o consumidor, de entrar nas cavalas do imperialismo para amarrar aos seus interesses a independência de Portugal, de fomentar o separatismo ao arpejo dos sentimentos patrióticos das populações dos Açores e da Madeira, de estrangulamento das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos.

É na linha de interesses das forças reaccionárias e do imperialismo que se inspira o esquema inconstitucional para a saída da crise governativa do PPD, do CDS e do mini PPM, esquema agora frustrado pela decisão de convocar eleições intercalares, formar um governo de gestão que assegure os negócios correntes do Estado e condições de honestidade e isenção no acto eleitoral.

É na linha dos interesses da reacção e do imperialismo que os partidos da direita reclamavam eleições antecipadas — e não intercalares — acompanhadas da revisão referendária e inconstitucional da Constituição; e é na mesma linha que os partidos reaccionários tudo fizeram para que o governo de gestão durante a fase preparatória das eleições e o próprio acto eleitoral fosse o governo usurpador e demitido de Mota Pinto.

O Comité Central do PCP, na sua Reunião Plenária de ontem, ao denunciar o conluio reaccionário para uma solução inconstitucional

da crise e ao expor e defender a concretização de uma saída rigorosamente consagrada na Constituição, como a que foi decidida pelo Presidente da República, contribui decisivamente para a justa compreensão e equação dos difíceis problemas levantados pela realização de eleições intercalares e a formação de um governo que assegure a gestão corrente dos negócios do Estado e a seriedade, verdade e expressão democrática do acto eleitoral.

A solução avançada pelo Presidente da República, o perfil por ele traçado para o governo que deve presidir à realização das eleições intercalares — o que implica um perfil correspondente para o primeiro-ministro do governo a investir, do seu programa e da sua prática política, que para o PCP significa um governo apaziguador, dialogante, que não crie conflitos — é a que, falhadas as tentativas de formação de um governo de iniciativa partidária, se quadra às exigências constitucionais o deve urgentemente concretizar-se.

É evidente que a pirueta dos partidos da direita para fazer crer que a sua solução de eleições antecipadas era esta das eleições intercalares, não consegue ocultar a frustração das forças reaccionárias por não terem conseguido impor o seu esquema anticonstitucional.

É de admitir que os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral tentem bloquear por meio de manobras ditatórias na Assembleia da República a formação de um governo com o perfil definido pelo Presidente Eanes na sua comunicação ao País.

Seria profundamente prejudicial à democracia e ao próprio PS se este partido levasse a sua discordância da convocação de eleições intercalares até ao embarque tácito ou aberto nas manobras sabotadoras e dilatórias da direita conduzidas pelo PPD e o CDS.

O PS correria o risco de reduzir seriamente a sua base eleitoral e de acentuar sem dúvida de forma considerável as suas dificuldades actuais.

O governo de gestão com o perfil traçado pelo PR val submeter o seu programa à Assembleia da República. As exigências constitucionais devem ser obrigatoriamente observadas, mas seria um erro grave se forças democráticas num processo eminentemente político, recorressem a meios de chicana jurídica para bloquear uma solução democrática.

A rápida concretização da saída constitucional expressa sob a forma de eleições intercalares asseguraria uma clarificação política no plano parlamentar, da força relativa dos partidos na Assembleia da República, num período transitório necessariamente curto mas decisivo para os destinos imediatos da democracia portuguesa.

No documento saído da reunião de ontem do CC do PCP são manifestadas as preocupações, reservas e críticas quanto às posições do PS.

Para o dr. Mário Soares o PCP é um adversário a vencer nas eleições intercalares no mesmo pé em que põe os partidos da direita. O anticommunismo é uma atitude irracional da parte de alguns dirigentes do PS que seriamente afectará, a não ser liquidado, a imagem e a força eleitoral dos socialistas.

São posições hostis aos trabalhadores e de cedência às forças reaccionárias a manutenção da lei sobre as Comissões de Trabalhadores e o não repúdio da lei sindical de Gonelha, que representam graves atentados contra a unidade e a independência do movimento operário português.

As posições equívocas e as cedências à direita do PS podem pôr em perigo a maioria democrática da Assembleia da República, podem afectar a necessidade de manter no Parlamento a direita em minoria e pôr nas mãos das forças reaccionárias triunfos inesperados e favoráveis à sua dupla acção legal e golpista contra a democracia e o 25 de Abril.

As eleições intercalares vão exigir de todos os democratas e em primeiro lugar dos comunistas, um intenso trabalho político e de organização — como é sublinhado no documento do CC.

Três objectivos nortearão os comunistas quanto às eleições intercalares:

- 1) Pôr a direita em minoria mantendo e acentuando a actual diferença de votos em relação aos partidos democráticos;
- 2) Assegurar uma maioria democrática na Assembleia da República;
- 3) Aumentar substancialmente o número de votos e de deputados do PCP como factor essencial de garantia de uma maioria democrática.

Governo defuncto cria grave situação em Pias

Dezenas de trabalhadores agrícolas espancados pela GNR, em Pias, na passada terça-feira, distribuíram ontem, nas ruas de Beja, um comunicado à população onde denunciavam a acção de violência promovida pelo MAP e procuraram ser recebidos pelo governador civil do distrito, a fim de protestarem contra a escalada repressiva do Governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS.

Em Pias, a operação da GNR, que mobilizou mais de

500 praças, incluindo forças a cavalo, cães-polícias e viaturas blindadas, destinava-se a proteger o roubo de alfaias agrícolas da UCP "Esquerda Venerável".

Com efeito, o MAP satisfez o capricho do agrário Garrido, que se recusou a receber uma ceifeira-debulhadora velha, que já antes da ocupação da terra lhe pertencera e se encontrava estragada, preferindo uma ceifeira adquirida recentemente pela cooperativa.

Logo de manhã, a aldeia de Pias foi ocupada pelas forças da GNR, transportadas em 30 jipes, as quais carregaram sobre os trabalhadores agrícolas que se encontravam concentrados junto dos escritórios e instalações da UCP, tendo-se registado feridos entre os trabalhadores.

Ao princípio da tarde estavam vedadas todas as ruas e acessos próximos dos escritórios e armazéns da

UCP, em Pias. Segundo, testemunhas qualquer pessoa que fosse apanhada na rua era espancada de imediato, não sendo poupados velhos, jovens ou mulheres. Há quem tenha visto um grupo de guardas a espancaram ao mesmo tempo um jovem de 20 anos.

Entretanto, a GNR mandou encerrar a Junta de Freguesia e manteve sequestrado durante quatro horas, no escritório da UCP, um membro

da Comissão Directiva, Tomé Leandor Pires.

Os funcionários do MAP, acompanhados pela GNR percorreram os montes da UCP, arrombando todos os portões fechados em busca da ceifeira-debulhadora nova e muito embora tivessem encontrado a velha não a quiseram levar. Em contrapartida levaram um tractor e um reboque.

Pelas quatro da tarde começaram a chegar trabalhadores de todas as freguesias do concelho de Serpa e, após um plenário, seguiu-se uma manifestação pelas ruas de Pias, encabeçada por cerca de 400 mulheres.

A GNR voltaria então a carregar e chegando mesmo a disparar para o ar. Verificaram-se mais trabalhadores feridos.

No total, em resultado da carga da GNR, 64 pessoas tiveram de ser observadas, devido aos ferimentos sofridos, pelo médico local, tendo sido

transportadas para o hospital de Serpa, devido ao seu estado inspirar cuidados, 15 pessoas.

No comunicado de repúdio por esta acção repressiva, a Comissão Distrital de Beja do PCP recorda que já em 3 de Março de 1954 a aldeia fora invadida pelas forças repressivas, para agora voltar novamente a ser atingida em toda a sua população, também desta vez brutal e violentamente, no que

considera ser uma escalada grave na luta contra uma população laboriosa.

Entretanto, deputados eleitos pelo círculo de Beja — Carreira Marques, Fernanda Patrício e Manuel Moita, do PCP, e Luís Cassito, do PS — avistaram-se no mesmo dia dos incidentes com o comandante-geral da GNR, general Passos Esmoriz, a quem manifestaram as suas preocupações pelo que se passou.

Nota da Comissão Política

Na noite do passado dia 13, na sequência da comunicação ao País feita nesse mesmo dia pelo Presidente da República, a Comissão Política do CC do PCP divulgou a seguinte nota:

1. O Presidente da República, com parecer favorável do Conselho da Revolução, resolveu dissolver a Assembleia da República e convocar eleições intercalares, no prazo constitucional de 90 dias.

Em termos gerais, não se tendo concretizado a formação de um governo democrático com apoio maioritário na Assembleia da República (uma das alternativas defendidas pelo PCP) trata-se também de uma saída constitucional (igualmente defendida desde há muito pelo PCP) para a crise governativa latente desde 1977 e que no momento presente se prolonga perigosamente com a actuação do exonerado Governo Mota Pinto.

2. Numa primeira apreciação, os objectivos fundamentais da luta

política no momento actual são no entender do PCP:

a) pôr urgente e definitivamente termo à actuação inconstitucional, ilegal, arbitrária, despótica e destruidora do governo exonerado e usurpador de Mota Pinto.

b) conseguir a rápida formação de um governo de gestão que respeitando a Constituição da República e limitando-se estritamente ao andamento dos negócios correntes do Estado, tenha uma actuação moderadora e garanta condições democráticas na preparação e na realização do acto eleitoral.

c) alcançar nas próximas eleições três resultados: uma estrondosa derrota dos partidos reaccionários mantendo-se em minoria, uma maioria de votos nas forças democráticas e o considerável aumento do número de votos e de deputados do PCP, a fim de possibilitar uma alternativa democrática de governo.

3. Seriam perigosas para o regime democrático, eventuais tentativas de inviabilização de um governo de gestão com as características atrás descritas, prolongando a acção destruidora do Governo Mota Pinto e dificultando o desenrolar normal do processo constitucional que deve conduzir às eleições.

A reacção tem procurado sistematicamente provocar a desestabilização da situação política, económica e militar e criar situações de impasse das instituições. É de esperar que procure de novo fazê-lo no curso do processo de dissolução da Assembleia da República e da formação do novo governo.

Combatendo novas eventuais tentativas de provocar tal impasse o PCP actuará no sentido do reforço da estabilidade e do funcionamento normal das instituições e dos órgãos de soberania.

4. Pela comunicação do Presidente da República na noite

de 13 e por outros dados disponíveis sobre a previsível evolução da situação, confirma-se que existe a perspectiva real de uma solução constitucional e democrática para a crise. Este facto só por si representa um sério desejo das forças reaccionárias que desenvolveram intensa campanha para introduzir esquemas inconstitucionais que levassem à revisão da Constituição e à liquidação do regime democrático.

É dever dos democratas e patriotas impedir qualquer novo desenvolvimento dos planos golpistas das forças reaccionárias e assegurar a solução da crise no quadro das instituições e do respeito pela Constituição.

5. A Comissão política do Comité Central resolve convocar para o próximo dia 18, quarta-feira, uma reunião plenária do Comité Central a fim de examinar a situação política e decidir da orientação do Partido na actual conjuntura.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1099 - Lisboa-CODEX. Tel. 798345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante! SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1099 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedralva - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarçova do Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

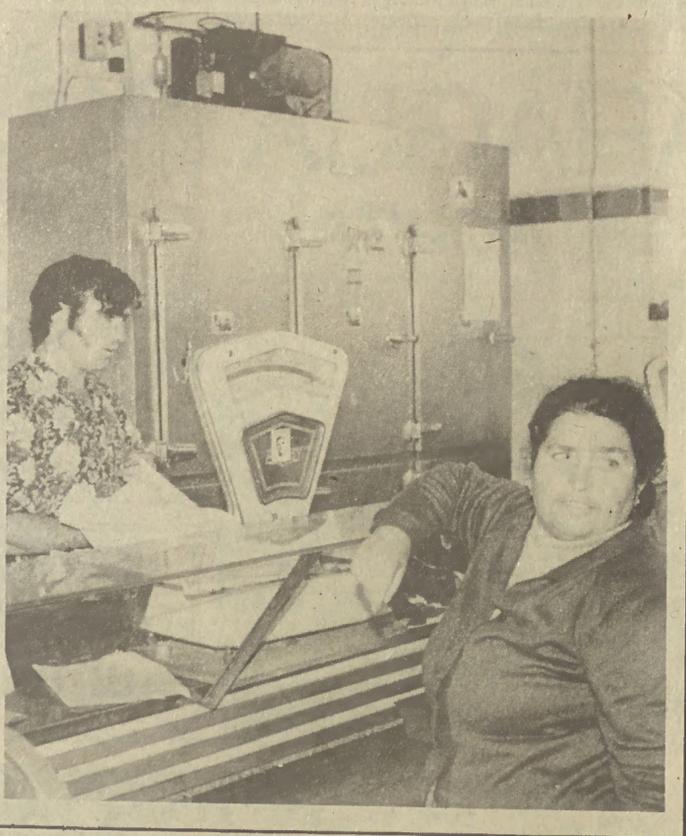
Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

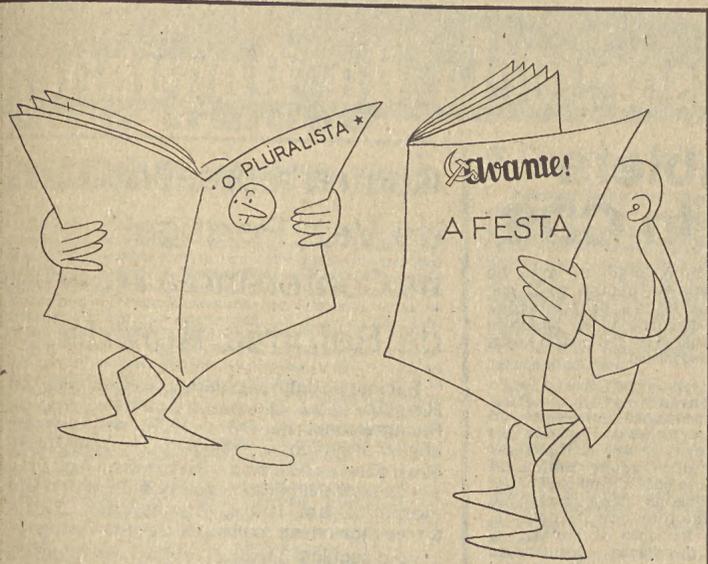
Composto e impresso na Heaka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 79 970



LIVROS • DISCOS • ARTESANATO •
MEDALHAS • SELOS • BUGIGANGAS
• JOGOS INFANTIS •
SALDOS PERMANENTES





Segundo informações absolutamente fidedignas, os discos serão este ano um índice muito elucidativo de projecção e importância cultural adquirida pela Festa do "Avante!". Com efeito, tudo indica que numerosos artistas portugueses (nem todos militantes do Partido) preparam para os dias da Festa o lançamento de novos discos e que algumas casas editoras prevêem lançamentos de artistas estrangeiros.

A encosta da Ajuda tem (já todos o verificaram) uma apreciável vantagem sobre o Vale do Jamor: as árvores e a sua sombra.

Não se pense contudo que o arvoredo é uma qualquer coisa que se limita a estar ali: a sua utilização teve de ser estudada e os serviços responsáveis do Parque Florestal de Monsanto alertaram justamente para os aspectos que há que serem por todos tidos em conta.

Assim, verifica-se que nem toda a zona de arvoredo fica incluída dentro do recinto da Festa: o motivo reside em que algumas das áreas de arvoredo são constituídas por jovens carvalhos, recentemente plantados e ainda frágeis, que não resistiriam ao intenso movimento de público. Para

que daqui a uns anos esses carvalhos possam dar uma sombra de copa frondosa, é necessário hoje deixá-los tranquilos no seu lento crescimento.

Mas, mesmo o restante arvoredo, na sua maioria composto todo por árvores jovens embora de crescimento mais rápido como é o caso dos pinheiros, exige cuidados. Assim:

- nada de pregar pregos ou atar cordas com pesos nas árvores;

- nada de entalhes, golpes, desenhos, esculturas, etc., etc...

- nada de corte de ramos para fazer um tecto aqui ou uma vedação ali.

Por outro lado ainda, uma precaução permanente: os incêndios. O cigarro esquecido, o fogareiro mal cuidado podem provocar males que nem por serem rapidamente debelados deixam de ser graves. Os bombeiros do Parque de Monsanto têm de acorrer durante o ano a uma média de mais de duas centenas de fogos no Parque! É de considerar como ponto de honra que a partir de agora, no recinto da nossa Festa, não tenham de acorrer a nenhum!

Atenção à limpeza: papéis, latas, garrafas abandonadas na sombra da árvore que antes nos acolheu — eis coisa que não pode suceder.

No Casalinho da Ajuda, a Direcção de Organização Regional de Lisboa, ficará numa zona situada em frente ao palco principal.

Terá, como em todos os anos, a presença das várias Comissões Concelhias e sectores da DORL.

No stand Central, haverá uma exposição sobre a actividade dos

comunistas no Distrito, exposição que se prolongará por temas nos pavilhões concelhios.

Serão focados, entre outros: a luta dos trabalhadores, o trabalho nas autarquias, as empresas nacionalizadas, o movimento camponês, a defesa das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos e a cidade de Lisboa.

No stand Central funcionará um auditório com capacidade para 150 pessoas, com um programa cultural e artístico que incluirá espectáculos de música, teatro, animação visual e colóquios.

Na praça Central do stand estará uma exposição do brinquedo antigo, enquadrada por várias pinturas alusivas ao Ano Internacional da Criança.

Na zona da DORL funcionará um palco com um vasto programa cultural.

Assinale-se ainda a presença de um típico arraial saloio nos Pavilhões dos Concelhos do Norte de Lisboa.

Segundo informações recolhidas junto da Comissão de Espectáculos da Festa, o próximo número do "Avante!" (26 de Julho, portanto) começará já a divulgar os nomes dos artistas convidados este ano.

A data representa um progresso! Na verdade, em 1976 (embora a Festa se tenha realizado mais adiantada em Setembro), foi no número de 26 de Agosto que surgiram as primeiras revelações; em 1977, foi no número de 18 de Agosto e, na do ano passado, no "Avante!" de 10 de Agosto.

E tudo parece indicar que não será apenas em datas que há novidades...

Ainda as pedras!

Quem esteve nos últimos dias no Alto da Ajuda, verificou que todos aqueles montes de pedras que, durante dias e dias, centenas de camaradas recolheram e empilharam na limpeza do terreno, mudaram de sítio: transportadas pelas pás mecânicas, acumularam-se todas num ponto do terreno.

Trata-se de uma história que vale a pena contar pois dá bem a ideia de quanto pode o esforço e a imaginação de quem trabalha para construir o que bem fundo o toca.

Sabem todos os que conhecem já a Festa do "Avante!" que o palco principal, sempre de grandes dimensões, é uma estrutura de tubo, com um estrado elevado de alturas que oscilam entre o metro e metro e meio. É uma estrutura complexa e dispendiosa, há que lhe assegurar resistência e estabilidade, a feitura do estrado tem exigências criadas pelo próprio trabalho de quem sobre ele trabalha dançando ou cantando.

Sucedeu que, olhando para as pedras, pensando no palco, um camarada no Gabinete Técnico da Festa deu voo à imaginação e perguntou: não será possível utilizar aquela pedra toda para fazer uma plataforma que seja exactamente a base do palco principal e depois seja apenas preciso arguer-lhe a estrutura para fixar a cobertura, altifalantes e projectores?

A questão foi discutida. As condições de cedência do terreno não permitem que se constuam obras com carácter definitivo (como seria, por exemplo um maciço de betão): mas seria possível fazer uma coisa estável com a pedra solta?

A tal "coisa" estável de pedra solta tem mesmo um nome: um enrocamento. E daí procurou-se um camarada que pudesse dar indicações precisas sobre o assunto: eis surgiu na pessoa de um militante do Partido engenheiro hidráulico especializado em obras

portuárias. A realidade é que muitos molhes, pontões, cais, etc. são exactamente feitos a partir de enrocamentos.

Reunião, estudo do problema — e solução. É possível. Há que fazer primeiro um muro num dos topos da plataforma, muro esse que tem de ser erguido colocando pedra sobre pedra, à mão, assegurando um mínimo de estabilidade: a esse muro, com as pás mecânicas, vai-se encostando o resto da pedra que se vai compactando, por exemplo, com um pequeno cilindro mesmo manual. Haverá depois que fazer novo muro no outro topo, acabar de encher a caixa assim formada, compactar novamente — e aí temos a nossa plataforma.

Aproveitando as pedras, respeitando as condições em que nos foi cedido o terreno, e economizando materiais e despesas.

Apenas um exemplo de trabalho. Apenas um exemplo de trabalho do nosso Partido.



EP e imaginação

Não guarde para amanhã a EP que pode comprar hoje. Muitos camaradas e amigos deixam para as vésperas da Festa a compra da EP. No entanto, para a implantação da Festa muitas despesas necessitam ser feitas — e este ano as despesas aumentaram, ao contrário da EP que mantém o preço do ano passado — e as receitas obtidas pela venda antecipada da EP suportam os gastos. Por isso a sugestão: na fábrica, no escritório, em qualquer outro local de trabalho vá ter com o camarada que vende as EP's e compre as que necessita. Ajuda o Partido e habilita-te ao próximo sortelo. Nos CT do Partido também se vende o Ingresso para a Festa do "Avante!"-79.

Das Beiras para a Festa: para já 20 camionetas

Em todos os distritos da Organização Regional das Beiras já se trabalha com afinco para que a Festa do "Avante!" seja um grande êxito, popular e político do nosso Partido.

Esta é a ideia central transmitida por todos os camaradas responsáveis pelo trabalho da Festa nos distritos.

Diversas iniciativas, algumas de carácter desportivo, procuram promover a venda da EP. Entretanto, estão já a preparar-se

excursões de camionetas que, num primeiro balanço, são mais de duas dezenas.

Existe ainda a possibilidade de se criarem dois comboios especiais, respectivamente de Aveiro e Castelo Branco.

No que diz respeito a comidas e bebidas haverá bom presunto e bom vinho do Dão, do distrito de Viseu, bom leitão e bom vinho espumoso da região de Aveiro, e ainda o bom queijo da serra, da região da Guarda. Isto para não

falar de outros petiscos característicos da zona centro. A doçaria estará presente: ovos moles de Aveiro e tigeladas de Castelo Branco.

Os Centros de Trabalho do PCP procurarão transmitir a actividade desenvolvida em relação à Festa com decorações adequadas, afixando gráficos sobre a venda da EP e dando a conhecer todas as iniciativas no âmbito da realização da Festa do "Avante!" que se venham a concretizar a nível da Organização Regional das Beiras.

A ajuda dos camaradas da Saúde

Desde o início dos trabalhos no Alto da Ajuda que ali se encontra um posto de socorros — reforçado nos fins-de-semana em que a afluência ao trabalho é maior — assegurado por camaradas do Sector de Saúde da ORL. Também médicos e enfermeiras têm dado o seu importante contributo, mercuriocrômio aqui, comprimido ali, ligadura acolá, muita boa vontade e carinho sempre.

E é exactamente dos camaradas da Saúde que vêm algumas indicações que a experiência lhes tem vindo a indicar, dirigidas aos muitos outros camaradas que participam nas jornadas de trabalho voluntário. Elas aqui vão.

Chapéus e água — O tempo (felizmente!) tem estado quente e o sol comparece todos os dias, tornando bem agradável o local, mas bastante mais duro o trabalho. Os perigos de insolação são reais, mas para eles há defesa: é indispensável usar um chapéu e beber frequentemente água.

E quando se fala em chapéu, fala-se em chapéu propriamente dito! De preferência com abas e tudo, que quanto mais abrigar, melhor.

Aliás, há com quem aprender a este respeito (como em outros!).

Porque será que ao longo de tantos e tantos anos se mantém essa imagem tão bela e característica das ceifeiras alentejanas, chapéu negro masculino desabado sobre os olhos negros e sorriso confiante?

Mesmo quando apenas um lenço, não um pequeno lenço, mas um vasto pano, cobrindo a tez, quase ocultando a face, bem tufado e solto?

A razão vem da experiência de anos e anos de trabalho sol a sol em campos que foram de exploração, são hoje os da Reforma Agrária, são hoje também os da ofensiva que todos combatemos, mas que foram e serão do sol duro em terra com poucas sombras. E esses chapéus de copa grande e abas largas garantem a defesa das zonas mais sensíveis da cabeça, uma quase «caixa de ar» que defende do calor excessivo e das inerentes congestões de circulação sanguínea.

Por outro lado, o cântaro de água que vai ao campo com o trabalhador é quase uma ferramenta. Matar a sede não é apenas um «gosto», é uma necessidade vital de refrescar o organismo, compensar a água perdida pelo suor. A «cervijinha fresquinha daqui a nada» é ótima... Mas um copo de água agora, outro daqui a uma hora, bebido tranquilamente, sem ser em grande quantidade — é muito melhor!

Luvvas — Muito do trabalho que há agora, e ainda durante bastante tempo, no Alto da Ajuda, exige que se lancem mãos-à-obra, não apenas em sentido figurado, mas muito real! São as pedras, são os cabos de enxadas, são os tubos, são as braçadeiras, são as placas de madeira, são as cordas, os martelos, os serrotes, etc., etc. Nem todos os camaradas que ali deitam mãos à obra da nossa Festa encontram essas tarefas e essas ferramentas no seu labor quotidiano: as bolhas, os calos, os golpes, as esfoladelas chegam depressa, são sem dúvida honrosos — mas dificultam o trabalho depois... Solução? Pois há e chama-se muito prosaicamente luvas!

Não é, naturalmente, necessário que todos os camaradas se decidam a investir um par de centenas de escudos nas rijas luvas que existem especialmente para isto em qualquer casa de ferragens: umas luvas velhas «que estão naquele caixote no armário da cozinha ao lado do balde» servem perfeitamente! Evitarão bolhas, evitarão a farpa da madeira metida dedo adentro — assegurarão que no próximo fim-de-semana... o trabalho continue!

As sandálias e as peúgas — Parece coisa de somenos, mas não é. A verdade é que aquele terreno ainda é irregular, tem terra, tem gravetos, tem pedras e, embora as sandálias sejam muito frescas, a verdade é que só protegem o pé por baixo: se um bocadinho de cardo esquecido resolve irromper pé adentro...

O ideal — pese embora o calor — é de facto a bota, que até tem a vantagem de aconchegar mais o pé para andar em terreno que ainda está irregular: mas o sapato, o tênis serve perfeitamente. E se o camarada insiste mesmo na sandália, então calce uma peúga, e se for grossa melhor! Posto o que, camaradas, ao trabalho!

Classificação Colectiva «Avante!»

● um aliciente para o programa desportivo

Todos os que de uma maneira ou outra se encontram ligados às actividades de cultura física e desporto no âmbito do Partido estão profundamente empenhados em fazer do programa desportivo da Festa do "Avante!" deste ano um grande êxito, o que será também uma forma de contribuir para o sucesso da própria Festa.

Diversas organizações regionais e outras organizações do Partido lançaram já ou planeiam para muito breve o lançamento de iniciativas desportivas integradas não só na promoção da Festa mas também na fase preparatória do programa desportivo. Os camaradas de Coimbra, por exemplo, estão a organizar para o início de Agosto uma grande iniciativa desportiva, que incluirá um torneio de futebol a cujo vencedor será atribuída a taça «Festa do Avante!».

Entretanto, o programa desportivo deste ano conterá algumas novidades, que deverão funcionar como alicientes redobrados para uma maior participação de todos os camaradas e amigos. Uma dessas novidades será a Classificação Colectiva «Avante!», cujo regulamento já publicamos, e que se pensa poder vir a constituir um incentivo e um estímulo a todo o trabalho a desenvolver desde já.

Jogos Populares e Tradicionais

Outra novidade será a maior atenção que este ano se dará aos Jogos Populares e Tradicionais, cumprindo aliás uma orientação geral definida no Encontro Nacional de 3 e 4 de Março. Recordemos que foi então aprovada por unanimidade uma moção na qual se recomendava «o levantamento e relançamento dos Jogos Populares e Tradicionais portugueses e tradicionais portugueses que desde há muito fazem parte da riqueza cultural das populações e que sempre se expressaram na actividade lúdica e produtiva», tendo-se igualmente recomendado a inclusão desses jogos «nos programas educativos e culturais e a sua divulgação através de iniciativas de carácter popular».

É assim que este ano o programa desportivo da Festa inclui torneios de Chinquillo e Malha, cujos regulamentos também já publicamos, o que não exclui a hipótese de se realizarem exposições de outros jogos. Daqui fazemos um apelo aos camaradas e amigos de Norte a Sul do país no sentido de, na medida das suas responsabilidades, contribuirem para o êxito deste tipo de actividade, que certamente constituirá um forte motivo de interesse da Festa e das iniciativas integradas na sua fase preparatória.

REGULAMENTOS DESPORTIVOS

Chinquillo «Malha Grande»

- O jogo do «Chinquillo Malha Grande» consiste no lançamento de uma malha, com o objectivo de derrubar um pau.
- Os jogadores devem efectuar o lançamento, obrigatoriamente com o pé sobre o tabuleiro, para trás da linha de trajectória definida pela «ecliz».
- A distância de pau a pau é de 10 metros.
- Os paus encontram-se situados sobre um tabuleiro com 40 cm de largura por 60 cm de comprimento.
- O pau tem uma altura variável entre 5 a 7 cm.
- A localização do pau é de 22 cm da ecliz.
- A ecliz é uma barra de ferro com 40 cm de comprimento por 6 cm de largura, situada na frente do tabuleiro. Esta não pode ser pisada pelo jogador.
- A malha não tem medidas nem pesos fixos variando consoante a vontade dos jogadores, normalmente oscila entre os 2 kg e 5 kg.
- O campo tem um comprimento de 18 metros, por 5 metros de largura.
- Cada linha é composta por 6 jogadores e 3 suplentes.
- Cada encontro tem a duração de 1 hora.
- Vence o encontro a equipa que ganhar mais partidas, durante o tempo limite de jogo.
- Vence o jogo a equipa que completar primeiro 24.
- Os pontos são contados pelo derrube de paus. Cada derrube equivale a 2 pontos.
- Marca igualmente 1 ponto a malha do jogador que ficar situada mais perto do pau.
- As malhas dos jogadores da mesma equipa, situadas logo a seguir àquela que marcou ponto serão beneficiadas, igualmente, por 1 ponto.
- Se a malha situada em 2.º lugar for da equipa

Chinquillo «Malha Pequena»

- O Jogo de Chinquillo Malha Pequena consiste no lançamento de uma malha, com o objectivo de derrubar um pau.
- Os jogadores devem efectuar o lançamento no espaço, através da linha imaginária traçada no prolongamento da ecliz.
- A distância de pau a pau é de 7,20 metros.
- Os paus encontram-se situados sobre um tabuleiro com 25 cm de largura por 50 cm de comprimento.
- O pau tem uma altura de cerca de 4,5 cm.
- A localização do pau é ao centro dos tabuleiros.
- A malha, embora não tenha um peso fixo, porque varia devido ao material que a compõe, tem medidas obrigatórias: 53 mm de diâmetro, por 13 mm de altura.
- A ecliz é uma barra situada na frente do tabuleiro, com 25 cm de comprimento, por 5 cm de largura. Esta não deve ser pisada pelos jogadores.
- O campo tem um comprimento de 12 metros, por 4 metros de largura.
- Cada linha é composta por 6 jogadores.
- Cada encontro tem a duração de hora e meia.
- Vence o encontro a equipa que ganhar mais partidas, durante o tempo limite de jogo.
- Vence cada jogo a equipa que primeiro completar 24 pontos.
- Os pontos são contados pelo derrube de paus, só contando os derrubos efectuados pela frente.
- Cada derrube equivale a 2 pontos. Marca igualmente um ponto, a malha do jogador que fica mais perto do pau.
- As malhas dos jogadores da mesma equipa, situadas logo a seguir àquela que marcou ponto, serão beneficiadas, igualmente por um ponto.
- Se a malha situada em 2.º lugar for da equipa adversária, não marca ponto, mas corta o ponto das restantes malhas.
- MALHA CORRIDA: consiste numa prova, individual, na qual cada jogador tem direito a efectuar 6 lançamentos.
- Será vencedor o jogador que derrubar maior número de vezes o pau.
- Nos Torneios há dois prémios: — para a melhor linha — para o melhor jogador
- Problemas omissos neste Regulamento, serão resolvidos por um Conselho Técnico, formado por um elemento de cada linha e um elemento da Comissão nacional do programa desportivo da Festa do Avante/79.

Torneio de Malha

- CAMPO: Área plana com a metragem de 10m x 4 m
- PALITOS: Dois palitos redondos com 2,5 cm de diâmetro, por 6 cm de altura (serve uns pedaços de cabo de vassoura).
- DISTÂNCIA ENTRE PALITOS: 7m coincidindo com a linha de lançamento, que terá no máximo 5 cm de largura.
- MALHA: De borracha ou pedra, com o diâmetro de 8 cm x 1 cm, de espessura.
- INÍCIO DO JOGO: Por moeda ao solo, entre equipas.
- LANÇAMENTO: Apoiar o pé esquerdo ou direito junto ao palito e por detrás da linha que marca os sete metros.
- PENALIDADES: Não será válida a pontuação se o concorrente avançar o pé da frente antes da malha cair no solo.
- EQUIPAS: De quatro ou seis concorrentes, só podendo ocupar o campo de jogos duas equipas, jogando alternadamente.
- PONTUAÇÃO: Derrube do palito 2 pontos, aproximação do palito 1 ponto
- PRIORIDADE NAS JOGADAS: A equipa que fizer a partida jogará sempre à frente.
- FINAL DO JOGO: Quando uma equipa alcançar o mínimo de 24 pontos.

Torneio de Futebol «Cidade de Lisboa»

- No próximo dia 28 que se iniciará o Torneio de Futebol «Cidade de Lisboa», iniciativa do CLL do PCP integrada no Festival Desportivo da Festa do "Avante!". Este Torneio é aberto a todas as colectividades populares de cultura e recreio, clubes populares, grupos desportivos de empresas, comissões de moradores e de trabalhadores. Não podem participar equipas federadas. Cada «team» pode inscrever um mínimo de 14 jogadores e um máximo de 22.
- A equipa vencedora participará no Torneio organizado pela Comissão Distrital, e receberá a Taça «25 de Abril, Sempre», cabendo à segunda classificada a Taça «Festa Defesa da Reforma Agrária». Serão oferecidas medalhas comemorativas a todos os participantes. As equipas que quiserem inscrever-se podem fazê-lo em qualquer Centro de Trabalho do Comité Local de Lisboa do PCP, sendo a inscrição no valor de 50\$00 por jogador. O prazo termina no próximo dia 26.

Classificação Colectiva Avante!

- No ano passado, o número de participantes no programa desportivo da Festa foi de 3 000. Ora a Competição Avante! é isto que acabámos de dizer: se em 1978 tivemos 3000 participantes, isso quer dizer que realizámos e obtivemos 3000 pontos. Este ano, vamos obter um resultado maior e melhor, a meta que apontámos é de 5000 pontos ou seja 5000 participantes.
- Mas a competição e classificação Avante! não tem apenas esta expressão e resultado embora este seja o principal e mais importante! As outras classificações expressadas da competição e classificação Avante! São os resultados obtidos por organização regional, distrital e concelhia.
- A competição Avante! expressa-se portanto pelo seguinte: Qual vai ser a organização concelhia que obtém mais pontos? Qual a organização distrital que obtém mais pontos? Qual a organização regional que obtém melhor resultado? Qual é o resultado que a organização do partido vai obter em relação ao ano passado? Estamos convencidos de que vamos vencer também esta competição e lutar pelo direito ao desporto.
- Como se organiza e processa a classificação?
- As organizações que realizaram iniciativas desportivas de Julho até aos dias da Festa, devem informar a Comissão Desportiva da Festa do Avante! de cada região enviando-lhe uma comunicação com a indicação da data da iniciativa, da/s modalidade/s e provas realizadas, do número de participantes, resultados individuais e dos jogos, e classificação das equipas (fínidos os torneios dos desportos colectivos: futebol, etc.).
- Estas informações devem ser enviadas pelas Comissões Regionais para a Comissão Desportiva Central da Festa do Avante! — Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa COEXAL.
- Se em 1978 tivemos 3000 participantes, isso quer dizer que realizámos e obtivemos 3000 pontos.
- Este ano, vamos obter um resultado maior e melhor, a meta que apontámos é de 5000 pontos ou seja 5000 participantes.
- Mas a competição e classificação Avante! não tem apenas esta expressão e resultado embora este seja o principal e mais importante! As outras classificações expressadas da competição e classificação Avante! São os resultados obtidos por organização regional, distrital e concelhia.
- A competição Avante! expressa-se portanto pelo seguinte: Qual vai ser a organização concelhia que obtém mais pontos? Qual a organização distrital que obtém mais pontos? Qual a organização regional que obtém melhor resultado? Qual é o resultado que a organização do partido vai obter em relação ao ano passado? Estamos convencidos de que vamos vencer também esta competição e lutar pelo direito ao desporto.
- Como se organiza e processa a classificação?
- As organizações que realizaram iniciativas desportivas de Julho até aos dias da Festa, devem informar a Comissão Desportiva da Festa do Avante! de cada região enviando-lhe uma comunicação com a indicação da data da iniciativa, da/s modalidade/s e provas realizadas, do número de participantes, resultados individuais e dos jogos, e classificação das equipas (fínidos os torneios dos desportos colectivos: futebol, etc.).
- Estas informações devem ser enviadas pelas Comissões Regionais para a Comissão Desportiva Central da Festa do Avante! — Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa COEXAL.
- Se em 1978 tivemos 3000 participantes, isso quer dizer que realizámos e obtivemos 3000 pontos.
- Este ano, vamos obter um resultado maior e melhor, a meta que apontámos é de 5000 pontos ou seja 5000 participantes.
- Mas a competição e classificação Avante! não tem apenas esta expressão e resultado embora este seja o principal e mais importante! As outras classificações expressadas da competição e classificação Avante! São os resultados obtidos por organização regional, distrital e concelhia.
- A competição Avante! expressa-se portanto pelo seguinte: Qual vai ser a organização concelhia que obtém mais pontos? Qual a organização distrital que obtém mais pontos? Qual a organização regional que obtém melhor resultado? Qual é o resultado que a organização do partido vai obter em relação ao ano passado? Estamos convencidos de que vamos vencer também esta competição e lutar pelo direito ao desporto.

Semana

11
Quarta-feira
1833 - Por ordem do governo do D. Miguel, são queimados, em Beja, três liberais.

O juiz-auditor do 2.º Tribunal Militar Territorial autoriza a libertação provisória do antigo director-geral da ex-PIDE, Silva Pais, que se encontrava preso no Forte de Caxias, desde Abril de 1974. Presentemente está a ser julgado, pelo assassínio do general Humberto Delgado. O secretário-geral do PS, Mário Soares, é recebido pelo Presidente da República a quem apresenta a proposta de que o Presidente "nomeie um primeiro-ministro socialista ou independente". Toma posse o novo director da Polícia Judiciária, juiz Torres Paulo, e mais três directores-adjuntos que passarão a exercer funções em Lisboa e Coimbra. Vinte e três deputados do Partido Socialista e do Partido Comunista subscrevem um abaixo-assinado de recolha de fundos para a construção de uma escola no Vietname. O Conselho da Revolução pronuncia-se pela inconstitucionalidade de um decreto aprovado pela AR e de um despacho do Governo Regional dos Açores. O ministro dos Transportes demitido exonera o Presidente do Conselho de Gerência da TAP, Monteiro da Silva. Em terrenos abandonados em Lisboa, próximo do Campo Pequeno, reabtem dois engenhos explosivos que não causam estragos. O conselho de ministros do Governo demitido aprova, numa nova atitude inconstitucional, um decreto-lei estabelecendo o regime jurídico dos baldios que atribui a respectiva administração às autarquias locais.

12
Quinta-feira
1780 - Nasce, em Castelo de Vide, João Xavier Mousinho da Silveira, acérrimo lutador contra o absolutismo.

Mário Soares, acompanhado de Salgado Zenha e Vitor Constâncio volta a avistar-se com o Presidente da República. Para viabilizar um V Governo, Mário Soares teria sugerido ao Presidente que convocasse com brevidade uma reunião conjunta das direcções do grupo parlamentar do PS e do agrupamento parlamentar dos social-democratas independentes. Em Roma começa a Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. O ministro demitido Vaz Portugal tentou limitiar a presença portuguesa à delegação governamental, contrariando as decisões da FAC. Contudo, representantes da Reforma Agrária e da CGTP participam de pleno direito. Na Assembleia da República, o PCP apresenta um projecto de lei sobre o Estatuto do Jornalista. Trabalhadores do Ministério da Indústria e Tecnologia manifestam-se junto às instalações daquele departamento governamental exigindo a satisfação das suas reivindicações.

13
Sexta-feira
1372 - São estuprados locais próprios para a venda de carne e pão na cidade de Lisboa.

O Presidente da República comunica a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições intercalares. Na sua comunicação ao país o general Ramalho Eanes referiu-se igualmente à formação de um governo de gestão até às eleições cujo programa será aprovado pela Assembleia da República. Antes da sua comunicação ao país o Presidente da República reunirá com o Conselho da Revolução, o qual deu o parecer favorável à dissolução da Assembleia. Trabalhadores das companhias aéreas TAP e SATA paralisam das 13 às 19 horas à excepção do aeroporto de Lisboa onde a paralisação se efectua das 11 às 17. A CGTP manifesta-se contra o decreto do Governo demitido sobre a actualização das rendas de casa, o qual permitiu "o aumento contínuo e vertiginoso das rendas, quer das casas antigas, quer das novas habitações".

14
Sábado
1856 - No reinado de D. Pedro V é abolida o castigo das varadas no exército português.

Um clarão de grande intensidade é observado por centenas de pessoas durante a madrugada. No aeroporto as tripulações de alguns aviões são também testemunhas do clarão que, durante segundos, iluminou por completo a zona. O fenómeno foi avistado em vários pontos do País e em Espanha. Dois indivíduos espanhóis assaltam um banco em Valença, tendo um deles sido capturado bem como o dinheiro roubado, no valor de três mil contos, recuperado. Em Évora, durante o plenário de delegados das UCP's e Cooperativas Agrícolas é decidido por unanimidade a paralisação no próximo dia 25 continue a ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária.

15
Domingo
1759 - Sebastião José de Carvalho e Melo é agraciado com o título de Conde de Oeiras. Só mais tarde obteria o título de Marquês de Pombal, como ficou conhecido.

O enfraquecimento de um detido provoca um motim na penitenciária de Coimbra. Os reclusos incendeiam a cadeia. Durante a repressão do motim dois presos são mortos pelos guardas prisionais. O plenário da União dos Sindicatos de Lisboa decide lançar uma campanha de esclarecimento e de denúncia sobre o chamado projecto "Gonçalves", o projecto do PS sobre as Comissões de Trabalhadores e o pacote "laboral" do demitido Governo Mota Pinto. Nos Açores, Mário Soares diz que o seu partido se vai empenhar numa campanha eleitoral destinada a vencer o bloco conservador monárquico sem, no entanto, fazer qualquer aliança eleitoral com a esquerda. "As eleições intercalares agora anunciadas não são as eleições que reclamavam as forças reacçãoárias" — declara, durante um comício em Belém, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. A UEDS declara a sua intenção de proceder à sua legalização como partido no próximo dia 25.

16
Segunda-feira
1975 - A França vota o apoio da CEE a Portugal.

A administração das minas da Panasqueira consome o "lock-out" ao encerrar as instalações e impedir o acesso dos trabalhadores aos seus locais de trabalho. Nos Açores, Mário Soares admite a subida dos socialistas nas próximas eleições intercalares. Nos TLP são reintegrados os últimos nove trabalhadores dos 18 suspensos arbitrariamente pela administração durante a greve de Fevereiro. Os detidos da penitenciária de Coimbra são transferidos, na sequência do motim, para outras instalações prisionais. Os seareiros ribatejanos pedem que o melão seja tabelado a 10\$00 o quilo. Os trabalhadores da fábrica de lamas Tomé Feteira por voto secreto, pronunciam-se maioritariamente pela nomeação de um gestor, repudiando assim o regresso dos antigos patrões.

17
Terça-feira
1448 - São compiladas todas as leis do reino por Rui Fernandes, passando a ser conhecidas por Ordenações Afonsinas.

Em Pias, forças da GNR ocupam a aldeia no decurso de uma operação preparada pelo MAP. Ficam feridos 64 trabalhadores, dos quais 15 recebem tratamento no hospital de Serpa. Os trabalhadores do Metro paralisam até ao meio-dia. Dois partidos de média potência rebentam durante a madrugada em instalações militares em Lisboa e Setúbal. Sá Carneiro, Amaro da Costa e Ribeiro Teles, respectivamente do PPD, CDS e PPM, que integram o bloco de direita, são recebidos em Belém. O Presidente da República consulta os partidos políticos sobre o governo de gestão. Álvaro Cunhal, Mário Soares, Amaro da Costa e Ribeiro de Almeida, este último do PPD, são recebidos em Belém. Entretanto a Presidência da República informa que Maria de Lurdes Pintassilgo, figura apontada em certos meios como futuro primeiro-ministro, fora convocada para um encontro com o general Ramalho Eanes. O governo demitido revêtu um plano de poupança de energia, do qual sobressai a diminuição das velocidades máximas nas estradas, o encerramento da televisão mais cedo e a diversificação dos horários de trabalho.

Os Comunistas na Assembleia da República

Uma provocação à Assembleia na boca de um deputado do CDS

Legislação sobre educação e ensino especial e direitos de autor, a discussão na Assembleia da República das alterações ao regimento propostas pelos deputados social-democratas independentes, e a criação de uma comissão eventual da Assembleia para a habitação foram os temas que dominaram os trabalhos da ordem do dia das últimas sessões plenárias da Assembleia da República.

Porém, o facto mais significativo — pela sua gravidade — terá sido o incidente registado na sessão da passada terça-feira e que levou o Presidente Teófilo Carvalho dos Santos a ter que interromper a sessão. Na origem do incidente esteve uma grave atitude assumida pelo deputado do CDS Cunha Simões que ofendeu a Assembleia da República enquanto órgão de soberania, e todos os seus membros, ao qualificá-la como «assembleia da vergonha», para além de outros insultos dirigidos ao deputado independente Aires Rodrigues. Depois dos trabalhos terem recommençado, o deputado do CDS — usou e vezeiro neste tipo de atitudes — já não retomou o seu lugar na

bancada, tendo na altura o presidente do Grupo Parlamentar do CDS pedido desculpa ao Presidente da AR e a toda a Câmara pelas afirmações soezes — foi assim que as classificou — de Cunha Simões. Só que, logo de seguida, o porta-voz do CDS, para sanar a questão, propôs algo de irrealizável, logo repudiado por deputados de outras bancadas: que as afirmações de Cunha Simões fossem rasuradas do «Diário das Sessões».

Entretanto, e por unanimidade, a Assembleia aprovou a criação, no seu âmbito, de uma comissão eventual para a habitação, proposta pelo CDS, tendo sido fixado um prazo de 90 dias a esta comissão para a apresentação de um parecer. A comissão eventual terá como objectivo analisar a actual situação da habitação em Portugal, designadamente a actuação dos órgãos e serviços estaduais, através do qual possa ser feito um levantamento de todos os problemas e condicionamentos existentes.

Por iniciativa do PS e com os votos favoráveis do PCP e independentes social-democratas, a AR aprovou na generalidade e na especialidade uma alteração ao Código dos Direitos de Autor, na sequência da qual

Contra a presença de Vaz Portugal na Conferência Mundial da Reforma Agrária

Setenta e quatro deputados da Assembleia da República, membros dos Grupos Parlamentares do PS e PCP, dirigiram um abaixo-assinado ao Presidente da Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, que decorre neste momento em Itália, protestando contra a presença nessa realização de Vaz Portugal.

É o seguinte o texto do abaixo-assinado: Os deputados abaixo-assinados dirigem-se a V. Ex.ª para manifestar o seu protesto pela presença nessa Conferência do sr. Apolinário Vaz Portugal, que se caracterizou como ministro da Agricultura e Pescas do Governo exonerado Mota Pinto, pelos ataques aos trabalhadores da Reforma Agrária, pela destruição de Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção, pela concessão de benesses aos latifundiários e que, agora, se apresenta na Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural, sem qualquer representatividade e legitimidade, pois pertence a um governo demitido, exorbitando uma vez mais as suas funções.

A luta dos mineiros da Panasqueira

No prosseguimento dos conflitos havidos nesta Assembleia entre a Comissão Intersindical das Minas da Panasqueira e o meu Grupo Parlamentar, eu e o meu camarada Jorge Leite deslocámo-nos à Panasqueira e Barroca Grande no passado dia 11 do corrente mês a fim de verificar as razões do conflito ali existente assim como as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores mineiros. Numa área de 20 quilómetros que conta com três aglomerados populacionais, onde vivem cinco mil pessoas, a companhia anglo-americana Beralt é dona e senhora de tudo o que ali existe, explorando uma das maiores minas do mundo e a maior da Europa, como demonstram as 9 750 toneladas de volfrâmio, 400 de cassiterite e 6 275 de pirites de cobre extraídas de 1973 a 1978. Só nos últimos dois anos os lucros da empresa atingiram os 650 mil contos.

Um ensino especial para os deficientes

Dois objectivos fundamentais presidiram à apresentação do projecto de lei 165/79 sobre ensino especial, do PCP. 1.º — desbloquear no mais curto prazo a reforma das estruturas responsáveis pelo ensino especial, pois é sabido a incapacidade de resposta das atuais estruturas públicas de apoio a deficientes e é notória a desco-ordenação geral desses mesmos serviços existentes. No que diz respeito especificamente ao ensino especial, consideramos que não será possível pôr cobro à grave situação existente no sector sem

Uma legislação hipócrita

A situação que se vive no nosso país no que respeita ao direito do casal decidir — de acordo naturalmente com as suas crenças religiosas ou princípios ideológicos — sobre os filhos que deseja ter, é uma situação preocupante que nos leva a vir aqui colocar alguns problemas que se prendem com os seus aspectos mais graves. Por outro lado os mesmos problemas se põem em relação a milhares de mães solteiras na situação de maternidade não desejada por razões de ordem económica, social, moral ou outras.

Deputados comunistas na Panasqueira onde os homens são velhos aos 35 anos

As minas da Panasqueira, localidade isolada, quase do mundo, onde vivem cerca de 5000 pessoas, totalmente dependentes daquele grande império que é a Beralt Tin & Wolfram — nas palavras do deputado comunista Jerónimo de Sousa — foi visitada recentemente por uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, constituída pelo camarada referido e o deputado comunista Jorge Leite. Revelando as impressões da visita, que resultou de um convite por parte da Comissão Intersindical da empresa, o camarada Jerónimo de Sousa apontou-nos alguns aspectos da situação que ali se vive. É elevada a percentagem de jovens que é empregue em mão-de-obra. Mais de mil trabalhadores têm menos de 25 anos. As difíceis condições de trabalho fazem com que um homem de 35/40 anos seja considerado velho. Trabalhadores há que, com 10 anos de mina — no fundo ou à superfície — sofrem já os efeitos da silicose. A solidariedade das mulheres na luta dos mineiros contra a exploração da multinacional

Intervenções

Grande, do Rio e da Panasqueira, os homens estão gastos aos 35 anos. Nos últimos 20 anos a média de um trabalhador por semana, 1381 homens foram apunhalados pela silicose. Nas casas da Panasqueira, o calor é a retrete comum de homens, mulheres e crianças. Os jovens mineiros solteiros vivem em casernas, em quartos de 4 pessoas, dispostos apenas de uma tarimba de ferro e um armário de madeira onde misturam a roupa e as botas de mina com os seus marcos utilitários. Dos 1700 mineiros, cerca de 70 por cento têm menos de 25 anos.

Este Portugal que é nosso, este Portugal de Abril, não pode permitir que as multinacionais continuem a ter as mesmas práticas de exploração e pressão como se estivessem nos tempos de Salazar e Caetano. Em resposta à luta dos mineiros, a administração resolveu enviar 24 notas de culpa aos dirigentes e delegados sindicais e a 3 trabalhadores mais prestigiosos e combativos. Essas notas de culpa, que apontam para 4 despedimentos, limitam-se a fazer acusações genéricas, chegando ao cúmulo de considerar crime os apelos que os mineiros fizeram às suas famílias para se manifestarem junto dos portões da empresa.

particularmente, o Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa e a estrutura que responde pela planificação e problemas dos deficientes em geral em especial, das crianças deficientes. (...) Em primeiro lugar foi nos dois sentidos a preocupação de que a futura lei pudesse à luz de qualquer vesga interpretação, de um qualquer governante de inspiração reacçãoária e vezo totalitário, pudesse conduzir na prática a uma ingerência da administração pública na vida interna, na esfera livre de actividade e na orientação das organizações do sector cooperati-

vo e privado que se vêm dedicando um esforço altamente positivo e desinteressado, para a resolução das carências e problemas dos deficientes em geral e em especial, das crianças deficientes. O articulado apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP visa precisamente o contrário e a enumeração que propusemos para as competências do Instituto Especial continuará a ser respeitada e a autonomia de tais organizações. (...) Nada em nossa opinião deve afectar a liberdade de iniciativa e a autonomia própria das organizações

rementeu o aborto para clandestinidade e em condições de risco, sendo anualmente provocando numerosas mortes e prejuízos por vezes irreparáveis e devastadoras na saúde das mulheres. O que se verifica na realidade é que quem menos tem é quem mais riscos corre, inclusive o da perda da própria vida. Quem tem condições para pagar pode recorrer e recorre a clínicas com todas as condições higiénicas e terapêuticas, aqui ou lá fora, ficando assim prati-

casamente ao abrigo de complicações e prejuízos para a sua saúde ou de riscos para a sua vida. Todos sabemos que assim é. E é inadmissível que num país onde, segundo alguns dados, mais de 100 000 mulheres anualmente interrompem a gravidez, se sentem no banco dos réus uma ou outra isoladamente por aquele mesmo motivo. Trata-se de uma legislação hipócrita, como é evidente, cujas conse-

quências desabam com todo o seu peso sobre as mulheres das classes economicamente mais desfavorecidas.

Por tudo isto pensamos que a repressiva legislação em vigor tem necessariamente que ser revista e substituída por nova legislação que contemple os direitos das mulheres portuguesas e digna do Portugal de Abril. É evidente que isto não impõe de forma alguma, seja a quem for, a interrupção da gravidez se

populares em torno da resolução dos problemas concretos dos deficientes. Não confundimos porém, e em nosso entender não deve ser confundido pela Assembleia da República, com o desenfreado comércio que, sem qualquer assunção, alguns desenvolvem sobra das graves carências existentes no sector.

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).

Assim suceda. Está como sempre esteve aberto à discussão e encaráo muito concretamente novas iniciativas que permitam a tradução no plano legal dos objectivos e reivindicações dos deficientes portugueses (Zita Seabra, em 17/7/79).



Gonelhistas e CTs
Uma traição
nunca vem só

Obrigado a desistir da «lei Gonelha», o PS corre agora contra o tempo para fazer aprovar, com os votos agradecidos da direita, uma lei que gonelhista como a outra. Antes que ocorra na prática a anunciada dissolução da Assembleia da República, prevista para 27 de corrente, o deputado Carlos Lage, membro da presidência do Grupo Parlamentar socialista, inclui entre os diplomas que pretende ver votados, nos próximos dias, a lei relativa às Comissões de Trabalhadores.

Importantes objectivos alcançados
com a luta e a unidade na CP

● Quem são os responsáveis pela crise ● Outras lutas no sector

Assinalada por um passo importante para a resolução do conflito na CP, por novas paralizações, umas já cumpridas e outras anunciadas pelo progresso das negociações na Rodoviária Nacional (RN) e por uma tomada de posição de sete Sindicatos, que contribui para esclarecer as razões da crise no sector, a luta nos Transportes prossegue com o fortalecimento da unidade dos trabalhadores, enquanto «o Governo Mota Pinto, moribundo, desacreditado e exonerado, continua a desenvolver uma forte ofensiva contra as empresas de transportes nacionalizadas e contra os que nelas trabalham».

reajustamentos de salários que ficam aquém do aumento do custo de vida no período de vigência dos ACTs em revisão. Enquanto isso, a população é prejudicada. Pioram os serviços prestados. Os transportes vão encolher. O material deteriora-se. E bem por isso os encargos dessas empresas nacionalizadas deixam de aumentar assustadoramente.

«Firme passo na dura caminhada», a assinatura do novo ACT da CP é saudada pelos ferroviários comunistas num comunicado do secretariado da Célula, que assinala justamente a «elevada maturidade política e consciência de classe, soberamente demonstrada» pelos trabalhadores nos três meses de luta - «período semeado de traçoeiros obstáculos».

comunistas alertam para a necessidade cada vez maior de dar combate sem tréguas ao divisionismo e exortam mais uma vez todos os ferroviários à unidade, à coesão e à solidariedade com as suas Direcções Sindicais Ferroviárias.

Característica comum a todas as paralizações tem sido a preocupação de prejudicar o menos possível os utentes e designadamente os trabalhadores que utilizam os transportes. Ninguém pode pôr em causa a justiça da luta desenvolvida pelos trabalhadores dos transportes. Ninguém lhes pode negar o direito constitucional de recorrer às paralizações quando outras formas de luta estão esgotadas e o bloqueio às negociações é mantido pelas administrações das empresas e pelo Governo.

Firmeza e unidade
vencem na CP

Reunidos em plenário, no último sábado, os trabalhadores ferroviários ratificaram, entretanto, o acordo de princípio estabelecido no dia anterior entre a Comissão Sindical Negociadora (CSN) e o conselho de gerência da CP. A tabela salarial é aumentada em 19,5 por cento. As diuturnidades sobem para 500 escudos. O subsídio de deslocação passa de 140 para 160 escudos e é criado pela primeira vez um subsídio de assiduidade no montante de 50 escudos por cada dia de serviço efectivo.

Embora não tenham sido ainda atingidos todos os objectivos das justas reivindicações dos ferroviários (regulamento de carreiras, de cantinas, formação profissional, saneamento económico-financeiro da empresa, etc.), a Célula assinala desde já «a vitória da unidade dos trabalhadores contra os interesses do capitalismo, cuja recuperação é mais do que nunca pretendida pelo defuncto Governo MPPD/CDS e representado na CP pelo conselho de gerência». Recordando que «face à unidade dos trabalhadores, o CG e o Governo foram obrigados a recuar», os ferroviários

Carris, TAP
Metro e Transtejo

Entretanto, prossegue a luta na Carris, na TAP, no Metro e na Transtejo. A Carris tem uma paralisação anunciada para hoje entre as 9 e meia e a uma da tarde. As reivindicações, idênticas às do Metro e das outras empresas em luta pelos ACTs nos transportes, incidem sobretudo nos aumentos salariais da ordem dos 23 por cento. As formas de luta adoptadas com êxito e forte adesão destinam-se a desbloquear as negociações e a alcançar salários dignos e compatíveis com o custo de vida.

Uma aberração histórica

O projecto de Lei 143/1 chega ao ponto inaudito de proibir (o verbo usado é mesmo esse: proibir) qualquer manifestação de solidariedade entre trabalhadores desde que ela envolva ajuda financeira. É a mesma coisa que proibir dois mais dois de serem quatro. Mas o PS não se preocupa com estas pequenas questões. Ao estabelecer essa proibição, nomeadamente entre diferentes comissões de trabalhadores, o PS parece não dar pela «aberração histórica» que comete (a expressão é do deputado comunista Jorge Leite ao intervir contra o projecto na Assembleia da República) e não se preocupa sequer em justificá-la, porque, de facto, não tem justificativa.



A defesa de controlo operário, ou controlo de gestão, como é designado constitucionalmente, é uma das mais fortes razões da luta contra o projecto de lei do PS para as Comissões de Trabalhadores

A ser aplicado o projecto socialista tornaria inviável o controlo de gestão reconhecido pela Lei Fundamental do País, a Constituição de 1976; as eleições das CTs passariam a depender de modelo único; os trabalhadores não permanentes não poderiam eleger nem ser eleitos; independentemente da sua dispersão geográfica, cada empresa só poderia ter uma CT; os membros das CTs seriam drasticamente limitados (até 200 trabalhadores: 3 elementos; até 500: 5; até 1000: 7; mais de 1000: 11); limitado seria também o tempo legal disponível para reuniões; as CTs desapareceriam na Função Pública e assim por aí fora até às assumidas «tentativas de transformar, descarada ou subrepticamente, as comissões de trabalhadores em órgãos de administração da empresa, ou em órgãos da administração indirecta do Estado, designadamente, conferindo ao patronato poderes para controlar disciplinarmente a sua actividade», como Carlos Brito advertiu na Assembleia da República ao apresentar a declaração de voto do PCP acerca do projecto acabado de passar com os votos da direita.

Uma estranha e perigosa
concepção... de classe

Parte integrante da contra-revolução legislativa, que conta com peças tão famigeradas como a lei Barreto, a lei gonelhista para as CTs aponta, entre outros objectivos parcelares, um que se deve incluir entre os mais graves. É o que pretende responsabilizar civil e criminalmente os membros das Comissões de trabalhadores e das Comissões Coordenadoras quando exerçam de modo abusivo os seus direitos, sem responsabilizar do mesmo modo as entidades patronais.

É, segundo o projecto gonelhista, quem julgará esses actos dos membros das CTs não serão os trabalhadores que se elegeram. Será o patronato. Sublinhando essa «estranha e perigosa concepção do PS», o deputado comunista Jerónimo de Sousa lembrou na Assembleia da República que essa norma transformaria as estruturas representativas dos trabalhadores em «comissões das empresas, consagrando desse modo a ingerência do patronato nas organizações dos trabalhadores».

Para essa ingerência remete aliás todo o projecto quando pretende retirar aos trabalhadores o direito constitucional de se auto-organizarem. Na linha do «projecto Gonelha» para os Sindicatos, volta aqui a aparecer para as CTs o «figurino único». O desprezo pelos princípios consagrados constitucionalmente dá forma a todo o projecto.

Esse desprezo é patente por exemplo nos artigos 17.º, n.º 3 e 25.º, n.º 2, que atacam directamente o controlo de gestão para que dele não fique um rasto visível. Em troca desse controlo, o projecto do PS paga perigosamente o seu tributo, como assinalou Jorge Leite, a «uma concepção de parceria social, economicista, cogestionária (quanto aos fins, embora não cogestionária quanto aos meios)» que obviamente nada tem a ver com a Constituição.

Para o PS o exercício do direito ao controlo de gestão e de outros direitos das CTs não deve interferir na gestão patronal. Deve reduzir-se «a pouco mais do que ao aumento da produtividade da empresa. Isto é: os trabalhadores devem exercer o controlo de gestão em benefício dos interesses dos donos das empresas. Estranha concepção esta — sublinharia Jorge Leite — que quer pôr um direito dos trabalhadores vocacionado para a sua libertação ao serviço daqueles que defendem as relações de exploração porque delas beneficiam».

O PS não ouve os trabalhadores

O resultado da consulta pública sobre o projecto de Lei 143/1 não foi tido em conta pelo PS. A participação legal dos trabalhadores na discussão dos diplomas que directamente lhes interessam encontrou mais uma vez tapados os ouvidos da direcção de um partido que se afirma defensor dos interesses laborais.

O projecto do PS para as CTs manda às urtigas o papel de relé que as CTs têm desempenhado na defesa e consolidação do regime democrático, nas conquistas económicas e sociais que são apêndice de Abril e parte integrante da Constituição.

Assim não pode o PS estranhar que contra a sua lei das CTs se voltem a erguer o movimento operário, as estruturas representativas dos trabalhadores, o movimento sindical, o PCP e outras forças democráticas.

Não pode estranhar o PS que os trabalhadores considerem o ataque às CTs como um acto de traição a todos os trabalhadores portugueses.

Violência na Jacinto
Ministérios abusam do poder
para cobrir manobras de um sabotador

As primeiras horas da manhã de segunda-feira, fortes contingentes da GNR e da PSP cercaram as instalações da Jacinto, na Rua da Piedade (Porto), na Ribeira (Matosinhos) e em Santa Cruz do Bispo (Matosinhos) para expulsarem da empresa 38 trabalhadores suspensos (dos quais 32 membros das Comissões de Trabalhadores e Sindical) e para impor a presença dos «jagunços» da Fidelis e de dois técnicos, contratados pelo patrão sabotador Jorge Marinho, após a escandalosa desintervenção decidida pelo Governo Mota Pinto.

Ao verificar que, nas duas últimas semanas, estavam a ser goradas as suas manobras para lançar a empresa na falência, com o fito de fazer mais uma negociação, o Jorge Marinho desenvolveu inúmeros contactos, tocou uma estranha e escandalosa rede de contivências e de cobertura em sectores do aparelho de Estado (MIT, MAI, comandos das forças militarizadas), suspendeu 38 trabalhadores colocados em postos-chave da fábrica e obteve o apoio policial para lançar uma segunda e mais violenta ofensiva repressiva.

«Trabalhadores da Jacinto lutam contra a política de destruição do sabotador Jorge Marinho, apoiado pelo MIT, MAI e MT», este o texto inscrito num cartaz afixado pelos trabalhadores nas três unidades da empresa, que é simultaneamente, e esclarecedor do grau de consciência de classe do pessoal e da determinação que os animou, anima e animará nesta luta sem quartel, travada desde o momento em que o Governo Mota Pinto decidiu devolver a unidade fabril

ao ver um pastor alemão à entrada do portão). Alguns líjpes e muitos agentes da GNR. Tudo isto era o que se via junto da secção de Santa Cruz do Bispo, desde a manhã de segunda-feira. De vez em quando, o portão abria-se. Operários e operárias reagiam à tentativa dos «jagunços» da Fidelis de não consentirem na sua reentrada.

A fábrica parecia um forte. Às janelas e postigos assomavam alguns trabalhadores. Os portões abrem-se. Saem dois agentes da Inspeção do Trabalho. Contactados por dirigentes sindicais para intervir no sentido de garantir a sua entrada nas instalações (como sucedia na Rua da Piedade e na Ribeira) escusam-se: «daí lavamos as mãos», dizem enquanto iam para o carro do MT. Nem com a lei da greve e a informação de que a sua entrada era consentida pelo comandante da secção de Leça da Palmeira da GNR, os quatro sindicalistas conseguiram convencer o tenente da GNR presente na dependência de Santa Cruz do Bispo da Jacinto. «Quem manda aqui são estes senhores», dizia apontando para os jagunços.

Durante mais de uma hora, ali estiveram os dirigentes sindicais aguardando o cumprimento da lei. Cerca das 17 horas, os «jagunços» carregam sobre os dirigentes sindicais. Um deles, era uma

mulher em adiantado estado de gravidez, que andou aos baldões pelo chão. Quando os trabalhadores e populares acorriam em defesa dos sindicalistas, elementos da GNR carregaram brutalmente. À noite, cerca das 23 horas, populares reconheceram «gorilas». Dirigem-se para eles. De novo, surgem GNRs para proteger a jagunçada e espancar os populares, um dos quais ficou ferido.

Unidade, luta
e solidariedade

Só uma grande unidade e a determinação da esmagadora maioria dos trabalhadores da Jacinto têm garantido a resistência e o sucesso já obtido nesta luta desigual. Com o mesmo empenho com que labutaram para salvar a empresa da falência e do encerramento, com o mesmo saber com que elaboraram detalhadas propostas para a melhoria e futuro da empresa, os trabalhadores (na sua maioria mulheres) têm desenvolvido uma luta tenaz tendo como objectivos a garantia dos seus direitos, a superação da crise da empresa e a derrota dos planos repressivos e liquidacionistas do sabotador Marinho.

Veze sem conta têm sentido a solidariedade dos trabalhadores de outras empresas e dos moradores das imediações das

unidades da fábrica. Veze sem conta têm permanecido no interior da empresa durante a noite, enfrentando gorilas e espancamentos. Nas formas de luta adoptadas e na mesa das negociações têm tido sempre em conta a necessidade de neutralizar o plano do Marinho para levar a fábrica à ruína.

O patronato sabotador joga premeditada e calculadamente o agravamento da situação. Recusa o diálogo e as negociações. Adopta posições e atitudes provocatórias, cujo grau se tem vindo a agravar. Envereda por uma posição de força. Obtém — ainda não se sabe bem como, porque ninguém quer arcar com o peso da ilegalidade — uma requisição de forças militarizadas sobscrita pelo MIT e dirigida ao MAI, que este cede com o aparato e amplitude já conhecidos.

A situação criada a partir de segunda-feira, além de ser ferida de legalidade desde o seu início, está a gerar situações nada abonatórias para as forças militarizadas. Será que as autoridades já se deram ao trabalho de apurar o que é, quem paga e financia a «Fidelis»? E, de seguida, podem ir à Constituição. Ali, no parágrafo quarto do Artigo 46.º verificarão a ilegalidade e inconstitucionalidade desta associação de malfatores armados, como comprovam as exhibições e ameaças já

presenciadas por trabalhadores da Jacinto e de outras empresas. Como o têm demonstrado nestes dias difíceis, os trabalhadores da Jacinto não estão dispostos a permitir que a empresa encerre, seja arruinada pelo patrão ou retorne ao «24 de Abril». Como eles dizem na tarde de terça-feira, à entrada das instalações da Rua da Piedade, no Porto: «A luta continua, Fidelis, para a rua».

Repúdio do
Comité dos Têxteis

O Comité de Classe dos Têxteis do Porto do PCP emita, entretanto, um comunicado referente às últimas violências na Jacinto e repudiando «mais este passo na escalada repressiva contra os trabalhadores, assim como o envolvimento da PSP e da GNR ao lado do patronato. Exige a intervenção dos órgãos de soberania para cessar a violência e obrigar o patronato à negociação». «O Comité de Classe dos Têxteis do Porto do PCP apóia firmemente a justa luta dos trabalhadores da Jacinto e apela a todos os trabalhadores e à população em geral para que intensifiquem por todas as formas a sua activa solidariedade.

«A luta dos trabalhadores da Jacinto e a luta de todos os trabalhadores contra a repressão e as polícias privadas pelo direito ao trabalho».



A violenta repressão na Jacinto depara com a determinação e a unidade dos trabalhadores organizados em luta por direitos fundamentais

Grande vitória
na Tomé Feteira

As forças da PSP que diariamente compareciam em Vieira da Leiria, vigiando as instalações da fábrica de limas Tomé Feteira, retiraram, finalmente, na terça-feira e depois de uma votação secreta entre os trabalhadores, realizada na véspera — na qual 347 se manifestaram contra o regresso dos antigos patrões preferindo a nomeação de um gestor e apenas 134 trabalhadores manifestaram a sua concordância pelo regresso dos Feteira —, os operários da fábrica de limas estabeleceram um acordo, posteriormente ratificado em plenário, após o que será assinado na delegação do Ministério do Trabalho em Leiria.

Os Feteira comprometeram-se a pagar os nove dias de greve espontânea provocada pela sua presença e pela da força de choque da PSP e, muito embora não abdicam da propriedade da empresa, comprometeram-se igualmente a nomear dois gestores profissionais (um técnico, outro administrativo), reconhecendo por outro lado a gestão da Comissão de Trabalhadores até ao próximo dia 31, data em que o trabalho é interrompido por motivo de férias.

Os Feteira comprometeram-se ainda a aceitar o controlo de gestão por parte da Comissão de Trabalhadores, nos termos que a Constituição estabelece. Não poderão, por outro lado, auferir vencimentos da fábrica se não

trabalharem directamente na empresa. Por outro lado a família Feteira não levantou problemas quanto ao montante gasto pela Comissão de Trabalhadores referente ao processo e recursos em tribunal para adquirir personalidade jurídica que lhe permitisse gerir a empresa.

Abandonada pelos Feteira após o 25 de Abril em situação financeira difícil, a fábrica de limas foi recuperada economicamente pelos trabalhadores.

Já a dar lucros — e não tão pequenos como isso — o Governo PS/CDS desintervencionou a empresa em 1977, entregando-a ao patronato que, no entanto, durante mais de dois anos a ignorou.

Sempre gerida pelos trabalhadores e bem gerida — como o provam os resultados obtidos — a fábrica volta a chamar a atenção dos Feteira precisamente no fim do governo-protector-dos-patrões Mota Pinto/PPD.

Acompanhados por forças da PSP — a exemplo do que tinham feito pouco antes do 25 de Abril para reprimir uma greve — os Feteira apareceram em Vieira da Leiria.

Não contavam com a determinação dos trabalhadores na luta pela defesa das conquistas alcançadas. Os Feteira recuaram. Um acordo foi estabelecido. Foi uma vitória, uma grande vitória, dos operários e restantes trabalhadores.

A Beralt interessada
em agudizar o conflito?

● Novas formas de luta podem ser aprovadas hoje

Não há dúvida que a administração da multinacional Beralt Tin & Wolfram, que explora o coto mineiro da Panasqueira, está interessada em agudizar o conflito que mantém com os trabalhadores das minas.

Na terça-feira última, uma delegação dos mineiros foi recebida, em Lisboa, pelo ministro do Trabalho o qual informou que a administração não quer abdicar dos processos disciplinares instaurados aos delegados e dirigentes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores e, por outro lado, recusa a retroactividade nos subsídios

reivindicados pelos trabalhadores. Paralelamente, mostra-se disposta a conceder aumentos salariais de 18 por cento desde que fosse redigido novamente o acordo de princípio sobre horários estabelecido na última reunião entre os trabalhadores e a administração da mina no Ministério do Trabalho, no passado dia 10.

Sendo este, precisamente, um dos principais pontos em litígio, tudo indica que uma nova redacção serviria apenas para concretizar as intenções da administração em obrigar aos seus dias de trabalho por semana, com

um aumento substancial do horário semanal.

Recusando, como é evidente, esta manobra, a delegação intersindical da empresa, fez esforços para voltar a ser recebida ainda ontem juntamente com a administração da empresa pelo Ministério do Trabalho. Caso isso não se concretize está previsto, para hoje, um plenário dos trabalhadores, pelas 15 horas, onde a situação será analisada de forma a poderem estabelecer-se novas formas de luta.

Entretanto, as mulheres, mantêm o seu ânimo de luta. Ainda no sábado, impediram que alguns trabalhadores administrativos

satisfizessem o horário que o patronato pretende impor.

Começamos por dizer que a Beralt está interessada em agudizar o conflito. Só assim se compreende a posição intransigente que mantém quanto à resolução do conflito que opõe a administração aos mineiros, à qual não deve ser estranha, certamente, o apoio do demitido Governo Mota Pinto/PPD, o qual, felizmente, não tarda, vai abandonar definitivamente o poleiro.

Sobre a situação na Panasqueira, publicamos na pág. 4 uma entrevista com o deputado comunista Jerónimo de Sousa.

Readmissão nos TLP

A luta dos trabalhadores e do seu Sindicato acabou por repor a legalidade nos TLP, obrigando à readmissão dos membros da Comissão Negociadora Sindical despedidos e posteriormente suspensos na sequência da greve de Fevereiro.

Trata-se dos últimos 9 trabalhadores que faltava readmitir após 144 dias de suspensão.

Nas negociações prolongadas, que levaram à anulação dos despedimentos e das suspensões, o Sindicato dos Telefonistas conseguiu ainda que

a administração daquela empresa pública considerasse justificadas as faltas posteriores à requisição civil, contando esses dias para efeitos de promoção.

Vitória significativa dos trabalhadores na luta pelos seus direitos constitucionais e contra a repressão nas empresas apoiadas pelo Governo defuncto, a readmissão agora completada dos sindicalistas dos TLP deve ser seguida da anulação da requisição civil, legal perante a lei da greve e que motivou um processo apresentado em tribunal pelo Sindicato.

Belém foi ponto de encontro para milhares

Milhares de pessoas, sábado e domingo, passaram pela Festa da Liberdade, em Belém, iniciativa da Organização Regional de Lisboa do PCP. Contudo, a grande concentração — justificando o interesse que o evoluir da situação política está a despertar entre as amplas camadas da população — verificou-se no domingo à tarde, antecedendo o comício em que falou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e cujo discurso publicamos, na íntegra, noutro local.

Aliás, o interesse era tanto que nessa tarde os trabalhos preparatórios da Festa do «Avante!» quase paralisaram e a maioria dos camaradas que, no Casalinho da Ajuda, participavam na jornada de trabalho, em jeito de manifestação, deslocaram-se a Belém.

Todos os locais foram aproveitados para assistir ao comício. Enquanto uns procuravam as sombras, outros camaradas aproveitaram a Torre de Belém. As ameias e as janelas manufacturadas abarrotavam. No cimo, uma bandeira nacional e outra do Partido estremejavam à brisa.

No local da Festa, para além das bancas de comes e bebes promovidas por diversos organismos do PCP, não faltaram os vendedores ambulantes, que tiveram oportunidade de fazer bom negócio, nomeadamente no que diz respeito à venda de bebidas frescas.

Enganaram-se os reacçãoários

No comício, antecedendo a intervenção do camarada Álvaro Cunhal, falaram os camaradas António Cordeiro, membro do Comité Local de Lisboa, e o camarada Jerónimo de Sousa, membro do CC e deputado.

O primeiro abordaria o tema da Festa do «Avante!», salientando a dada altura terem-se enganado o Governo e demais forças reacçãoárias ao julgarem poder impedir a sua realização não cedendo o vale do Jamor e dificultando outros terrenos.

As próximas eleições para as autarquias locais, nomeadamente em Lisboa, foi outros dos assuntos focados, declarando o camarada Cordeiro que a experiência de 3 anos de gestão ineficaz, burocrática e desinteressada por parte da esmagadora maioria das Juntas de Freguesia, da Câmara e da Assembleia Municipal é bem o exemplo de que a resolução de inúmeras carências e problemas com que a população da

freguesias e da cidade será possível.

O Governo dá o exemplo

Entretanto, o discurso do camarada Jerónimo de Sousa teria como tema central a Lei das Comissões de Trabalhadores, do PS, e sobre a qual publicamos, noutro local, um artigo.

Falando dos ataques e manobras que hoje o movimento operário e popular enfrenta, Jerónimo de Sousa começaria por afirmar:

Para continuarmos a lançar sobre as costas dos trabalhadores e do povo os custos da crise e da sua política ruinosa, antipatriótica e antidemocrática, o grande patronato e o seu governo fazem subir o custo de vida de modo exorbitante e negam os justos aumentos de salários que os trabalhadores reclamam. A fim de imporem esta exploração desenfreada, muitos patrões, gozando de uma escandalosa impunidade, usam e abusam da prepotência e da ilegalidade, pretendem limitar direitos e liberdades dos trabalhadores, reprimindo, suspendendo e despedindo dirigentes e delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores.

Apontando os exemplos da Sorefame, Comelna, Pastelaria Suíça, Lusalite e outras empresas onde a unidade e luta dos trabalhadores tem impedido o aumento da repressão patronal, o camarada Jerónimo de Sousa apontou alguns exemplos da cobertura e exemplo dado pelo demitido Governo Mota Pinto/PPD a esta actividade do grande patronato, como é o caso da Junta Autónoma das

Estradas, onde um delegado sindical é alvo de processo disciplinar, por dois deputados da Assembleia da República, um comunista e um socialista, terem participado num plenário comemorativo do 25 de Abril dentro das instalações, a convite do Sindicato da Função Pública.

Frisou ainda que o Governo Mota Pinto demitido se empenha em violar a Constituição e as leis, chegando ao cúmulo de fazer uma «pacotada» de leis laborais contra os trabalhadores como se estivesse na plenitude de funções e não demitido como está.

Provas desportivas, gincana, pintura, modelagem, robóticos, fantoches, palhaços, exibição de grupos de ginástica e canto livre com José Barata

Objectos perdidos

No final da Festa, em Belém, foram encontrados três porta-chaves com chaves, uma pulseira e um passe social. Estes objectos podem ser levantados no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.

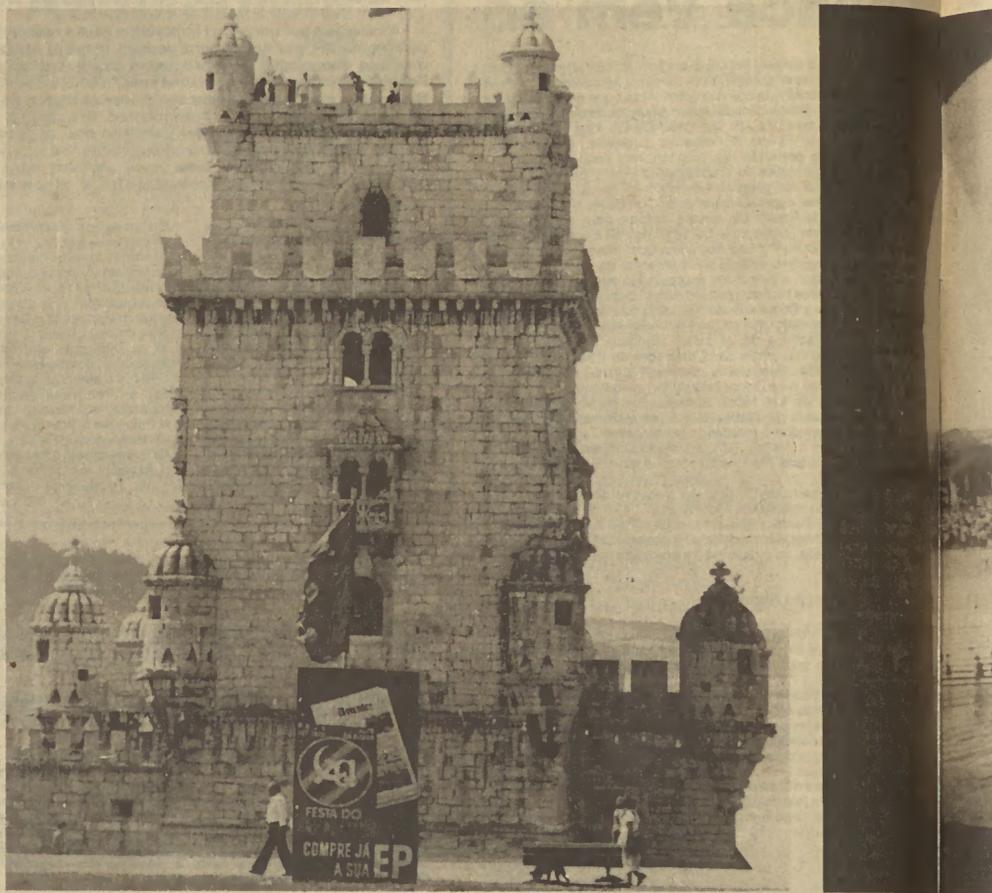
cidade se debate não se compadecem com palavras e falsas promessas, mas só poderão resolver com uma gestão verdadeiramente democrática.

E, acrescentou, mais adiante: O reforço significativo das posições da APU e a derrota das posições dos partidos reacçãoários, PPD e CDS, serão a melhor garantia de que o progresso e desenvolvimento das

Rifas sorteadas

São os seguintes os números das rifas sorteadas na Festa da Liberdade: 1.º prémio — 814; 2.º prémio — 2092; 3.º prémio — 2868; 4.º prémio — 3742; 5.º prémio — 1816. Os prémios podem ser levantados no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, em Lisboa.

Moura, Carlos Mendes, Grupo «Trovante», Edmundo Silva, José Jorge Letria, Júlia Babo, o grupo «Canto Claro» e o Rancho Folclórico dos Avieiros foram algumas das iniciativas que ocuparam os dois dias de festa. No sábado à noite decorreu uma sessão especialmente dedicada ao fado, bastante concorrida.



A situação política

Camaradas:

Conforme era de prever, a situação política e a crise governativa conheceram nos últimos dias novos desenvolvimentos.

O Governo exonerado Mota Pinto/PPD, governo de inconstitucionalidade, do arbítrio, da ilegalidade e da injustiça, governo que continua sem interrupção as suas decisões inconstitucionais, escandalosas e antipopulares, está finalmente chegando aos seus últimos dias e não se sabe se haverá algum piedoso que lhe reze pela alma. A reacção faz tudo para que fique. Mas vai mesmo para a rua!

Trata-se agora da formação de um governo de gestão, da dissolução da Assembleia da República e da preparação para as eleições intercalares, que poderão ter lugar dentro de pouco mais de 3 meses.

O que é mais saliente no momento actual é a confirmação de que as instituições funcionam e de que haverá uma solução constitucional para a crise.

Novas batalhas nos esperam. Vamos para elas com confiança. A reacção sairá derrotada e Portugal seguirá o caminho da liberdade, da democracia, do progresso social, da independência, aberta pelo glorioso 25 de Abril.

A latente crise governamental e a queda de sucessivos governos

Quando se fala de crise de governo, há a tendência para considerar apenas aquela que respeita a um Governo demitido ou em vias de demissão.

Esta é porém uma acepção estreita da expressão «crise de Governo».

De facto Portugal vive uma crise governamental latente desde 1977, ou seja, desde o momento em que, com a contra-revolução legislativa (aprovação da lei Barreto, da lei PPD do arrendamento rural ou dos senhorios ricos, da chamada lei da delimitação dos sectores público e privado, da lei das indemnizações, etc.) o PS que se encontrava no governo, sozinho, mas aliado de facto ao PPD e ao CDS, enveredou pelo caminho aberto da recuperação capitalista, latifundista e imperialista e da liquidação das conquistas democráticas consagradas na Constituição.

Com essa política passou a viver-se uma crise latente de governo. E porquê? Porque essa política está completamente desajustada da nova realidade portuguesa criada com a revolução. Não têm em conta as transformações democráticas realizadas, designadamente as grandes conquistas de alcance histórico que foram as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo da gestão. Exige grandes sacrifícios ao povo português em benefício exclusivo do grande capital, dos latifundiários e dos especuladores. Não pode resolver nenhum dos grandes problemas nacionais. E encontra naturalmente pela frente a resistência e a luta, justas e legítimas, dos trabalhadores e de vastas massas da população.

Essas as razões fundamentais da crise governamental latente desde 1977 e da repetida explosão de súbitas crises governamentais agudas com a queda de sucessivos governos, ante a vaga de indignação, de protesto e de luta popular, o fracasso estrondoso da sua política e a consequente erosão das forças que os apoiaram.

Assim caiu e caiu bem o governo do PS sozinho aliado de facto à direita. Assim caiu e caiu bem o governo de coligação contra-natura PS-CDS. Assim caiu o governo M. Pinto que foi aguentado até hoje a fazer mal e a praticar verdadeiros crimes, mas que cairá também de facto e de vez deitado justamente para o caixote do lixo da História.

As diferenças de opinião acerca do ritmo de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, assim como as rivalidades entre partidos e pessoas, as ambições de mando, as disputas de lugares de chefia e de tachos pesaram sem dúvida na criação de condições para a queda dos governos.

Os factores fundamentais foram porém o desajustamento entre a política de direita e a realidade democrática, o agravamento das condições de vida do povo e dos problemas nacionais e a luta das massas populares, que é e será um factor determinante na vida política nacional.

Neste preciso momento em que chega a seu termo a Assembleia da República eleita em 1976, é oportuno tirar esta lição tendo em vista as futuras eleições, a perspectiva dos seus resultados e a consequente formação de um governo que (conforme estabelece a Constituição) os deve necessariamente ter em conta.

Uma política contra os trabalhadores e as classes

laboriosas, a recuperação capitalista, latifundista e imperialista não servem nem ao povo nem ao país e resolvem nem podem resolver os grandes problemas nacionais.

Qualquer outro governo que no futuro se formar-se e a prosseguir a mesma política de recuperação capitalista estaria irremediavelmente condenado ao fracasso e a ir também finalmente para a rua.

A luta do PCP para a saída da crise

Em 1977, com a contra-revolução legislativa, tornou-se evidente que a própria Constituição e o próprio regime democrático eram postos em causa.

A crise de governo tomou-se inevitável. O PCP desde então indicou uma saída constitucional para a crise. Como todos nos lembramos, foi em 31 de Julho de 1977 que o CC do nosso Partido, proclamando a necessidade de substituição do governo PS e a inevitabilidade da queda, apontou duas saídas possíveis: ou um governo Palataforma, resultante de um acordo entre partidos (designadamente do PS e do PCP), ou realização de eleições intercalares (às quais durante algum tempo chamou «antecipadas»).

Nessa altura, as forças reacçãoárias, interessadas na aplicação da contra-revolução legislativa, na continuação do governo PS sozinho e numa eventual coligação do PS como primeiro passo para o afastamento do PCP da área do poder, acusaram as propostas do PCP de serem um autêntico golpe de força.

Que era inadmissível realizar eleições em 1977 e que elas teriam obrigatoriamente de ser realizadas em 1978 diziam uns. Que o povo não estava preparado para eleições. Que a realização de eleições era desastrosa. Que a dissolução da Assembleia da República significava a dissolução da democracia. E assim por diante.

Entretanto, agora, dois anos mais tarde e apenas um ano das eleições de 1980, quando são maiores os inconvenientes do que em 1977 de mais umas eleições, alguns dos que protestavam contra as eleições intercalares invocando os princípios democráticos, invocam de acordo com a sua realização invocando mesmamente interesses de partido e de classe.

Desde 1977 para cá, designadamente nos momentos das quedas dos governos, o nosso Partido (sempre) busca de uma saída constitucional para a crise política. Tem insistido, com pequenas diferenças resultantes das condições particulares das conjunturas, nas duas grandes saídas constitucionais apresentadas pelo CC em 31 de Julho de 1977: um governo democrático ou eleições intercalares.

A necessidade de adoptar uma dessas duas saídas colocou-se ainda com maior preminência com a formação e actuação, à exoneração e a continuação posterior de decisões inconstitucionais, ilegais, usurpadoras e criminosas do governo Mota Pinto/PPD/CDS.

Nós apelidámos justamente o governo Mota Pinto/PPD/CDS governo M. Pinto/PPD, porque era e é um governo que serve o PPD com a política do mesmo PPD. E foi recentemente apelidado de governo M. Pinto/PPD/CDS porque de facto estes dois partidos o apolam activamente e gostariam que ele continuasse a sua feroz ofensiva contra os trabalhadores e contra as grandes conquistas democráticas, mantivesse o aparelho do Estado e a Comunicação Social nas mãos da reacção e dirigisse o processo eleitoral criando condições antidemocráticas que permitissem que a direita, minoritária de facto, obtivesse um resultado eleitoral maioritário.

Apesar de ser bem conhecido que sempre defendemos as duas saídas possíveis, certos políticos disseram que o PCP se pronunciou contra a formação de um governo para suceder ao Governo Mota Pinto.

Isto não é de forma alguma exacto. O PCP insistiu na necessidade de um governo democrático, tendo como suporte principal na Assembleia da República a existente maioria do PS e do PPD. Repetidas vezes o declaramos.

Quem não esteve interessado nessa solução foi o PPD, que em vez de examinar com o PCP tal possibilidade, repetidas diligências para alianças com o PPD e o CDS.

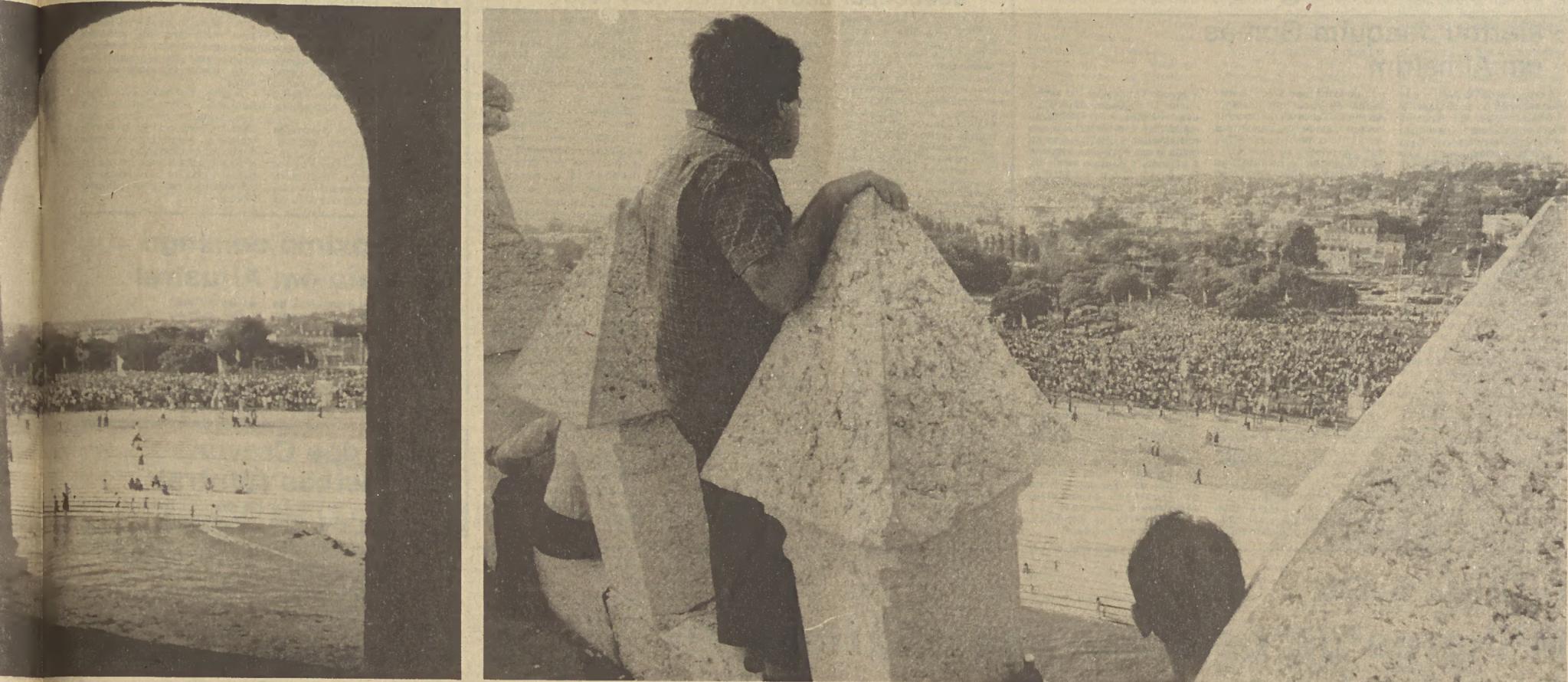
O PCP insistiu também na sua disposição a examinar as possibilidades da formação de um Governo tendo como base principal de apoio os deputados do PS e do PPD (ex-PPD).

Quem não esteve interessado em examinar com o Partido essa solução foi o PS.

O nosso Partido nada tem a ver, nem directa



Alvo de pessoas na Festa da Liberdade



Política analisada por Álvaro Cunhal

indirectamente, com as negociações entre o PS e a ASDI. A ter-se formado um governo PS-ASDI, o PCP não estava nem directa nem indirectamente vinculado a qualquer posição em relação a ele. A verdade porém é que tal governo não se formou. Então, não se tendo concretizado a formação de um governo com base maioritária na Assembleia da República, a única saída era a realização de eleições intercalares, conforme o PCP vinha dia a dia insistindo. Certos políticos contrários às eleições, citaram o PCP, dizendo em certa altura que o PCP era também contra a realização de eleições intercalares. Isto também é completamente falso como é sabido. O PCP sempre colocou qualquer desta duas alternativas (governo democrático com apoio maioritário, ou eleições) como completamente constitucional e desejável. E, sempre insistiu na necessidade de eleições intercalares se não fosse possível a formação de um governo democrático.

A realização de eleições solução constitucional e desaire da reacção

Em termos gerais, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições constituem uma saída inteiramente constitucional para a crise. Entretanto, a compreensão do significado da realização de eleições intercalares é dificultada, tanto pelas questões que colocam alguns sectores democráticos, como pela campanha triunfalista que a reacção imediatamente desencadeou.

Alguns sectores democráticos afirmam que a decisão de realizar eleições intercalares foi uma cedência às exigências dos partidos reaccionários. As forças reaccionárias, por seu lado, fazem grande alarido proclamando como grande vitória sua a realização de eleições intercalares. O jornal reaccionário «O Dez de Junho» (por exemplo) vai ao ponto de publicar os retratos de Sá Carneiro, Freitas do Amaral e de R. Teles do micro-PPM, chamando-lhes «os vencedores da crise».

É verdade que as forças reaccionárias reclamaram eleições e as eleições vão ter lugar. Mas a verdade não se limita a isto.

A verdade é que as eleições intercalares agora anunciadas não são as eleições que reclamavam as forças reaccionárias.

As forças reaccionárias reclamavam (contra a Constituição) que as eleições para a Assembleia da República deveriam dispensar as eleições de 1980, que a Assembleia eleita deveria ter poderes de revisão constitucional e que a revisão constitucional não deveria exigir o voto de uma maioria de dois terços dos deputados nem respeitar os limites obrigatórios indicados no Art.º 29.º da Constituição entre os quais a nacionalização, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos.

As forças reaccionárias reclamavam uma nova lei eleitoral que liquidasse o princípio da proporcionalidade e que procedesse a uma tal divisão dos círculos eleitorais que os partidos reaccionários acabassem por ter a maioria dos deputados mesmo com a minoria dos votos.

As forças reaccionárias reclamaram um referendo inserido nas eleições, que pusesse em causa a Constituição e o regime democrático.

Tudo isto reclamavam o PPD, o CDS, o micro PPM, a bagunça do PDC, os capitalistas e latifundiários da CIP e da CAP, os jornais fascistas e reaccionários, proclamando que só em tais condições poderiam aceitar a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições.

Conseguiu a reacção estes objectivos? Não, camaradas. Pelo menos de momento, a verificarem-se, como esperamos as linhas gerais anunciadas pelo Presidente da República as reclamações da reacção para a utilização de métodos inconstitucionais não recebem (como naturalmente não podiam receber) satisfação.

Pela comunicação do Presidente da República do dia 13, concluiu-se que, ao contrário do que pretendia a reacção, estão criadas condições para que as eleições se realizem de facto no quadro constitucional.

As eleições anunciadas serão «intercalares» e não «anticipadas» como exigiam as forças reaccionárias. A lei eleitoral é a que é. A Assembleia da República a eleger agora não terá poderes de revisão constitucional, ao contrário do que exigiam as forças reaccionárias. Não terá

lugar qualquer referendo, ao contrário do que exigiam as forças reaccionárias. Os princípios constitucionais presidirão a realização de eleições, ao contrário do que exigiam as forças reaccionárias.

É isto uma vitória da reacção? Não, camaradas. A realização de eleições, tal como é anunciado, obedecerá aos princípios constitucionais.

Trata-se de um sério desaire para as forças reaccionárias e um importante passo para a consolidação da democracia portuguesa.

A questão do governo de gestão

Naturalmente, camaradas, que nem tudo está ainda claro. E um dos aspectos da saída da crise que conserva pontos obscuros é o relativo à formação do governo de gestão.

É uma questão muitíssimo importante, porque são ainda mais de 3 meses que esse governo vai durar e em 3 meses pode fazer-se muito mal ou muito bem aos trabalhadores, ao regime democrático, ao país.

Além disso, um governo em período eleitoral, se não se orienta pelos princípios constitucionais, pode comprometer as liberdades, o carácter democrático e os resultados das eleições.

O nosso Partido tem insistido em geral que um governo de gestão deve respeitar rigorosamente a Constituição, se deve manter estritamente nos limites do andamento dos negócios correntes do Estado, deve ter um papel moderador e capacidade de diálogo, deve assegurar um verdadeiro pluralismo nos órgãos de comunicação social do Estado designadamente na TV, na Rádio, nos jornais estatizados, deve assegurar condições de liberdade e de democracia em todo o país.

O nosso Partido tem-se também declarado pronto a contribuir de forma directa ou indirecta, para a formação do governo de gestão e mantém sem alteração esta disponibilidade.

Na sua comunicação do dia 13, o Presidente da República apontou como características de um governo de gestão a formar, garantias de independência e neutralidade, não constituir motivo de afrontamentos e conflitos, não privilegiar qualquer partido.

São a nosso ver princípios gerais aceitáveis, que nenhuma força política pode legitimamente contestar.

Resta ver como se traduzirão na prática estes princípios gerais, uma vez que as realidades nem sempre correspondem às palavras que as definem.

Assim, por exemplo, fala-se agora de um primeiro-ministro «independente». Mas também Mota Pinto se apresentou como «independente» e veio a revelar-se como um servil e brutal instrumento da política do PPD, do CDS, do PPM, do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo.

Por isso, a posição do PCP em relação ao governo de gestão, dependerá da forma como no concreto, sejam postas em prática as características e o perfil indicados em termos gerais.

Julgaremos o governo de gestão, não tanto pelos rótulos como se apresenta, mas pelas pessoas que o compoñham, pela política que defina e pela sua actuação prática.

Se oferecer o mínimo de condições aceitáveis, actuaremos para facilitar e não para inviabilizar a sua formação, a fim de que o exonerado e usurpador governo M. Pinto cesse o mais rapidamente possível as suas funções e com elas a sua actuação criminosa e a fim de caminharmos rapidamente para as eleições intercalares.

Não sabemos ainda qual será a posição do PS nesta matéria. É entretanto oportuno afirmar que, no nosso entender, seria um erro de perigosas consequências se, pelo facto de não ter sido aceite a formação de um governo do PS com a ASDI, o PS tomasse a atitude de votar contra um governo de gestão que, por preencher condições aceitáveis para a democracia, os partidos reaccionários rejeitassem igualmente. Tal atitude seria extremamente perigosa para o regime democrático.

Ninguém se deve deixar enganar pelos gritos de vitória da reacção por se irem realizar eleições intercalares.

A reacção diz-se satisfeita, mas está furiosa. Furiosa porque vê que estão comprometidos, pelo menos de momento, os seus esquemas anticonstitucionais. Por isso tudo fará para conseguir ainda alterar os termos da saída da crise agora apontados e possíveis. Tudo fará para tentar novamente desestabilizar a situação e conduzir as instituições a um impasse.

Os democratas devem estar extremamente vigilantes

em relação a tais propósitos e previsíveis actuações em correspondência com eles.

É de vital importância (particularmente no preciso momento que vivemos) que as instituições funcionem e que os órgãos de soberania funcionem regular e normalmente nos termos constitucionais.

No que respeita à Assembleia da República (como em relação aos outros órgãos de soberania) defendemos os seus direitos, competências e prerrogativas. Mas, estaremos frontalmente contra eventuais tentativas de, em torno da discussão do governo de gestão, criar um conflito de competências entre órgãos de soberania e procurar com processos dilatórios e de chicana impedir a dissolução da Assembleia e a consequente realização das eleições.

A saída constitucional está apontada: as eleições intercalares.

É tarefa dos democratas olhar de frente a perspectiva das eleições e concentrar todas as suas energias de forma a que as eleições venham a contribuir para uma grande derrota da reacção e uma grande vitória da democracia.

Este objectivo está perfeitamente ao alcance das forças democráticas portuguesas.

A grande tarefa: ganhar as eleições

Talvez impressionados com a campanha da reacção, ou talvez querendo apenas dramatizar a não formação do governo PS - dissidentes do PPD, alguns democratas afirmam que, realizadas agora as eleições ofereceram perigo para as forças democráticas e que ofereceriam menores perigos se fossem apenas realizadas em 1980.

Estas ideias, a nosso ver, não correspondem à situação e às perspectivas reais.

É duvidoso que o PS pudesse em 1980 ter mais votos do que agora nas eleições intercalares, se constituísse governo com os dissidentes do PPD e prosseguisse a previsível política de recuperação capitalista. O PS no governo com tal política sofreria novos desgastes, seja no interior do Partido, seja no eleitorado.

A observarem-se os princípios democráticos, a ocasião para a realização de eleições não é mais desfavorável dentro de três meses do que dentro de um ano.

Mas o importante não é a discussão a este respeito.

O importante é considerar que, realizando-se eleições intercalares, os seus resultados terão profundas consequências na vida política nacional e, sendo assim, todos aqueles que defendem a continuação do Portugal de Abril têm de encarar as próximas eleições como uma grande batalha e têm de encarar a vitória eleitoral como um grande objectivo.

Em que deverá consistir a vitória eleitoral das forças democráticas? Teremos ainda ocasião nos tempos próximos, a começar pela reunião do Comité Central do nosso Partido, que terá lugar na próxima 4.ª feira, dia 18, de definir melhor a orientação do Partido em relação às eleições intercalares.

De momento, é de recordar que o Partido tem indicado três resultados principais a alcançar.

O primeiro resultado a alcançar é a derrota da reacção, - do PPD, do CDS, e outros partidos reaccionários - o que significa mantê-los em minoria na Assembleia da República.

Os partidos reaccionários procuram naturalmente apresentar-se desde já como previsíveis vencedores das eleições. Formaram uma chamada «Frente Eleitoral» a querer aparentar força, mas mostrando fraqueza pela necessidade de se encostarem uns aos outros. Proclamam ser uma alternativa à «maioria de esquerda» que infelizmente existe em números mas não como realidade política. Tudo isto esconde entretanto enorme recelo das eleições.

Têm razão para isso.

Os partidos reaccionários estão desmascarados aos olhos de amplas massas pela sua própria política e designadamente pela sua efectiva identificação com a actuação do governo de Mota Pinto. O PPD está esfrangalhado desde a saída de mais de metade dos seus deputados. O CDS perde gente em todo o país. O PPM é uma anedota. E o PDC só não se pode considerar também uma anedota, porque os seus conflitos internos parecem tão sujos que muito dificilmente podem dar vontade de ir.

Há muitas razões para pensar que muitos eleitores que votaram nos partidos reaccionários, agora já estão esclarecidos e não repetirão o seu voto.

Confiamos em que os partidos reaccionários sofrerão novamente nas eleições uma séria derrota, continuando em minoria.

E isso terá consequências transcendentais. Porque cairão por terra todos os seus planos e ambições, todos os seus projectos para liquidarem o regime democrático.

O segundo resultado a alcançar nas eleições intercalares é uma maioria de votos para os partidos democráticos, designadamente para o PCP e o PS.

Algumas pessoas perguntam se se pode considerar, verdadeiramente o PS como um partido democrático, uma vez que a sua política contra os trabalhadores e contra as conquistas da revolução e as suas alianças à direita são altamente responsáveis pela situação actual.

Como é sabido, nós criticámos severamente a política da direcção do PS.

Combatemos a sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e as suas alianças com a reacção. Desmascarámos as suas actuações divisionistas no movimento sindical, em aliança com o grande patronato, o PPD e o CDS. Desmascarámos o significado da lei Gonalves, lei fascizante que visa a liquidação da liberdade sindical e da grande organização sindical unitária dos trabalhadores portugueses - a CGTP-IN.

Mas apesar de tudo isso não esquecemos que a grande maioria dos membros do PS e dos seus eleitores são democratas sinceros que querem consolidar o Portugal de Abril.

E é por isso, que apesar das alianças à direita do PS, continuamos a considerar decisivo que comunistas e socialistas conservem a maioria na Assembleia da República.

E de prever que, nas próximas eleições, a votação do PS valha a descer.

Pela nossa parte entendemos ser importante para o regime democrático que os votos do PS não desçam verticalmente e é importante que se mantenha de facto uma maioria numérica do PS e PCP mesmo que não se venha a transformar numa maioria política.

Confiamos, camaradas, em que este resultado será também alcançado.

O terceiro resultado a alcançar nas eleições intercalares é um aumento substancial do número de votos e de deputados do PCP.

Trata-se de um resultado que acabará por ser determinante para possibilitar a formação de um governo verdadeiramente democrático.

O PCP está forte, os seus efectivos aumentam, a sua influência de massas aprofunda-se, o seu prestígio ganha novas camadas e sectores da população. É de prever um bom êxito nas próximas eleições.

E é por isso, camaradas, que os grupos esquerdistas (de alguns dos quais ninguém mais ouvira falar) reaparecem agora muito activos. E é por isso que a imprensa reaccionária e de direita dedica vasto espaço ao relançamento político de Otelo Saraiva de Carvalho por nele verem um concorrente do PCP.

A reacção faz e fará incessantes esforços para dividir os trabalhadores, enfraquecer o PCP e roubar-lhe parte do seu eleitorado.

O povo português adquiriu porém nestes últimos anos uma riquíssima experiência acerca do que quer e do que significa o esquerdismo e por isso o novo relançamento esquerdista poderá enganar algumas pessoas, mas pouco altera o quadro político português.

Ninguém contesta que o PCP é o único grande partido que defende consequentemente os interesses e direitos dos trabalhadores, a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras conquistas da revolução, o regime democrático consagrado na Constituição.

O PCP é o mais sólido baluarte político do Portugal de Abril.

Não só os comunistas, mas vastíssimas camadas do povo português têm plena compreensão de que quanto mais forte for o PCP melhor se podem defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares, as conquistas da revolução, o regime democrático, a independência nacional.

Não estamos ainda em campanha eleitoral. Mas pode antecipar-se que uma votação em massa no PCP será nas eleições intercalares, o caminho seguro para tornar finalmente possível a formação de um governo democrático com uma política democrática.

É para este resultado que precisamos de começar desde já a trabalhar.

Abaixo o governo usurpador M. Pinto/PPD/CDS!
Avante pela rápida formação de um governo de gestão!
Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores e a unidade de todos os democratas!
Viva o PCPI!

«O sectarismo e as ilusões esquerdistas são dois inimigos a vencer!»

— alertou Joaquim Gomes em Almeirim

A organização do Partido e as eleições para as autarquias foi o tema central da Reunião Regional de Quadros promovida pela OR de Santarém do PCP em Almeirim, no último domingo, e na qual participaram as camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Raimundo Cabral, da Comissão Política.

O encontro, que contou com a presença de 288 quadros comunistas, iniciou-se com uma intervenção do camarada Carlos Pinhão, do CC e responsável pelo trabalho das autarquias no DORSA. O balanço da actividade já realizada com vista às próximas eleições locais constituiu, aliás, o núcleo da intervenção proferida por aquele camarada.

Seguiram-se, no uso da palavra, camaradas de todos os concelhos do distrito, que se referiram em particular à situação actual do trabalho desenvolvido pelas organizações concelhias e locais do Partido, dando igualmente algumas perspectivas de acção no futuro imediato. A primeira parte da reunião terminaria com as intervenções de representantes da UJC e UEC.

Um relatório apresentado pela comissão técnica eleitoral dos trabalhos da segunda parte do encontro, seguindo-se um animado debate em que participa-

ram, de forma mais directa, camaradas de Alcanena, Golegã, Abrantes, Santarém e Coruche. Falaram ainda os camaradas Joaquim Lino, membro da DORSA, que se referiu ao movimento sindical unitário e às manobras divisionistas; Vítor Fernandes, também da DORSA, que falou sobre os fundos; Eugénio Pisco, do CC e da DORSA, que se deteve na participação das mulheres, jovens, operários e comerciantes nas listas da APU, um camarada das UCP's; e Raimundo Cabral, que se referiu inicialmente à necessidade de uma melhor ligação do Partido às populações, com o objectivo de ultrapassar as dificuldades existentes na formação de listas representativas.

As conclusões da reunião foram, em seguida, postas à votação dos presentes, tendo-se registado unanimidade e aclamação na aprovação do documento.

O encontro terminaria com a intervenção do camarada Joaquim Gomes, que se referiu aos trabalhos e à importância da reunião, e também à situação política no nosso país e às tarefas dos comunistas no momento presente.

Em relação a este último aspecto, afirmaria a dado passo o dirigente comunista: **No nosso Partido e nas forças de esquerda há dois inimigos principais**

A DORN defenderá os seus legítimos direitos!

● MEIC de Mota Pinto pretende desocupar sede do PCP no Porto

O MEIC de Mota Pinto notificado há dias do nosso Partido para desocupar o Centro de Trabalho da Rua Anibal Cunha, no Porto, no prazo de dois meses. Denunciando energicamente esta «tentativa de limitação dos direitos e liberdades e da actividade de um grande partido político democrático, nas vésperas de eleições intercalares e de eleições para as autarquias», a Direcção da Organização Regional do Norte (DORN) do PCP divulgou recentemente um comunicado em que sublinha a dado passo:

«Notificações idênticas à que foi remetida ao PCP, a propósito do CT da Rua Anibal Cunha, foram também enviadas ao MDP e ao PCP quanto a sedes localizadas em Setúbal, o que revela uma acção premeditada do Governo Mota Pinto contra organizações políticas democráticas.»

No referido documento, a DORN manifesta o seu espanto por tal decisão, «que quebra, de forma intempestiva e unilateral, as negociações que decorriam com vista a encontrar uma solução por mútuo acordo». Recorda a DORN que o Partido «tem direitos adquiridos e interesses relativos ao edifício: a sua ocupação foi legítima, e como tal reconhecida, ao tempo, pelos órgãos do poder». Por outro lado, no edifício e no terreno anexo os militantes

comunistas realizaram diversas obras e melhoramentos avaliados em milhares de contos.

Historiando os acontecimentos, divulga a DORN: «Em 17 de Maio do ano corrente o MEIC dirigiu ao PCP um ofício sobre este assunto, propondo o estabelecimento de contactos a fim de encontrar uma plataforma de entendimento. Em 25 do mesmo mês, uma delegação do PCP avisou-se com o adjunto do secretário-geral do MEIC, tendo resultado clara, a disposição mútua de negociação do problema, com respeito pelos direitos e interesses do PCP. Na altura, o PCP mostrou-se aberto a várias soluções e apresentou um conjunto de propostas, nomeadamente as de compra ou aluguer do imóvel e terreno anexo ou de compra apenas do terreno anexo e de utilização do imóvel, por prazo a estabelecer por acordo.»

O que se passou em seguida evidencia claramente os propósitos de uma política reaccionária e antidemocrática. Com efeito, «esquecendo» as propostas do Partido, o Ministério de Mota Pinto optou pela seguinte manobra: «Não chegou a comunicar ao PCP o resultado da apreciação de qualquer destas propostas e, em 2 de Julho, notificou

o PCP» nestes termos: «deve desocupar todo o imóvel sito à Rua de Anibal Cunha, n.º 92 a 94, na cidade do Porto e promover a sua entrega a este Ministério no prazo de 60 dias.»

Salientando que tal decisão contraria «de forma inesperada o processo de negociação que se havia estabelecido, que o PCP, por seu lado, está disposto a prosseguir», o comunicado da DORN declara que «não se pode deixar de considerar» aquela atitude do MEIC «como uma tentativa de limitação da actividade dos comunistas.»

«Há outras situações semelhantes às do Centro de Trabalho de Anibal Cunha quanto a sedes de outros partidos, cuja regularização não consta que tenha passado pelos processos que o MEIC está a procurar utilizar no caso presente» — acrescenta o documento da DORN, que «considera que tal atitude só pode ser entendida no quadro da actuação legal e conflituosa do Governo Mota Pinto». A terminar, «afirma a sua disposição de recorrer a todos o meios ilegais e constitucionais para a defesa dos seus legítimos direitos quanto à utilização» do referido edifício.

Sábado e domingo: Viana do Castelo em festa

No próximo fim-de-semana Viana do Castelo está em festa. A iniciativa, que se realizará na Mata do Cais Novo, em Darque, pertence à Comissão Distrital do Partido e chama-se «Festa da Amizade», jornada com vasto programa cultural desportivo, recreativo e de convívio. Ponto alto da Festa será o grande comício com o camarada Carlos Abóim Inglês, do CC, no domingo.

No sábado à tarde decorrerão diversas actividades infantis, nomeadamente pinturas, desenhos e representação teatral (actuação do grupo «A Gruta»). À noite haverá um arraial minhoto, com os tradicionais cantares ao

desafio, estando também prevista a exibição dos ranchos folclóricos de Castelo de Neiva, Alvarães e Arosoa.

No domingo de manhã haverá uma movimentação desportiva com uma «Marcha da Amizade» e uma travessia a nado do Rio Lima, ligando a cidade ao Cais Novo.

À tarde, a «Festa da Amizade» terá uma sessão de Canto Livre em que actuará Júlia Babo, José Manuel Osório, o conjunto «Mundo Novo» e Jorge Lomba, entre outros. O comício inicia-se às 17 e 30 e à noite haverá um grande balário popular com música até de madrugada, pelo conjunto «Xenon».

No próximo domingo há festa em Aljustrel

Integrada na campanha de recolha de fundos para a compra da nova sede distrital do PCP em Beja, decorrerá no próximo domingo, durante todo o dia, em Aljustrel, a «Festa da Represa da Mina», onde, num ambiente de viva amizade, se encontrarão para conviver trabalhadores agrícolas, operários, mineiros, emigrantes

e suas famílias. Esta iniciativa dos comunistas de Aljustrel tem um diversificado programa de animação cultural e recreativa, estando também marcado para a tarde um comício em que intervirá o camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do CC e chefe de redacção do «Avante!».

Festa dos Cravos nas Mercês (Sintra)

Quem no próximo fim-de-semana passar pelas Mercês, em Sintra, encontrará certamente um ambiente bem alegre e um convívio popular aberto a todos. Com efeito, no sábado e domingo, os comunistas da localidade promovem a «Festa dos Cravos», cujo programa inclui, entre outros atractivos, actuação

de ranchos, Canto Livre, revista popular e bailário (desde as 17 horas de sábado até à madrugada de domingo) e ainda nova sessão de Canto Livre e comício entre às 17 e às 21 de domingo. Os camaradas leitores estão desde já convidados. E não se esqueçam de levar um amigo!

Reunião de Quadros na Marinha Grande

A Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP leva a efeito no próximo domingo, dia 22, na Marinha Grande, uma importante reunião de quadros do Partido com a seguinte ordem de trabalhos: 1. Balanço e actividade pré-eleitoral. Definição e objectivos

c com vista às eleições intercalares e das autarquias. 2. Análise da situação política. A reunião tem início marcado para as 14 e 30 e os seus trabalhos decorrerão no Sport Império Marinhense. Participação do camarada Jaime Félix, membro do Secretariado do Comité Central.

Tomar e Rio Maior: reunião em S. Bernardo

Por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP, realizam-se hoje, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho de S. Bernardo (à Estrela), em Lisboa, duas importantes reuniões abertas à partici-

pação de todos os militantes e simpatizantes do Partido naturais ou ligados a Tomar e Rio Maior, e que residam na área de Lisboa. O convite aqui fica. Não faltar!

Sábado, em Corroios uma grande iniciativa dos comunistas

A Comissão de Freguesia do PCP de Corroios (concelho do Seixal) promove no próximo sábado, no Largo do Mercado, a partir das 21 horas, uma grande jornada de unidade, convívio e informação política, que terá o seu ponto alto com um comício no decorrer do qual usará da palavra o camarada Velga de Oliveira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, e membro do Comité Central.

Na parte artística da iniciativa participaram nomes bem conhecidos de todos nós e também vários amadores. No sábado, vale a pena passar por Corroios!

Domingo: festa no Vale do Rossim

No Vale do Rossim (Seiá), os comunistas levam a efeito no próximo domingo uma grande festa-convívio que decorrerá todo o dia, com um animado programa cultural, recreativo e desportivo, estando também marcado para a tarde um comício em que intervirá o camarada Jaime Serra,

membro da Comissão Política do CC do Partido. Desde já revelamos que, além do comício, a jornada terá momentos de especial significado nas actividades infantis e no Canto Livre. Mas, melhor que todas as revelações é, sem dúvida, ir até ao Vale do Rossim, no domingo.

Mais de mil pessoas numa festa em Bencatel

Mais de mil pessoas, militantes, simpatizantes e amigos do Partido, entre outros democratas, participaram no último fim-de-semana numa grandiosa festa popular realizada em Bencatel, concelho de Vila Viçosa, por iniciativa da Comissão de Freguesia local do PCP.

No domingo, o programa da festa incluiu um comício em que falou o camarada Severiano. Falcão, deputado e membro do Comité Central, que analisou a actual situação política, tendo-se também referido às tarefas dos comunistas no momento presente. Samuel, Carlos Paulo, os Pioneiros de Viana do Alentejo e o grupo folclórico de Campo Maior foram os animadores do espectáculo realizado no domingo. No dia anterior, marcaram presença destacada as provas desportivas e o bailário.

Cartões do Partido

Recordamos aos camaradas aceites como membros do Partido há mais de um mês e que ainda não têm o cartão, que devem, o mais depressa possível, contactar pessoalmente ou por escrito a Comissão Central da Organização, organismo onde devem expor o seu assunto. A CC da Organização funciona na Rua Soeira Pereira Gomes, 1699 Lisboa, Codex.

Figueira da Foz: Mihares de pessoas nas «Férias-79»

● Jaime Serra falou no comício da Festa

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, a Figueira da Foz viveu no último fim-de-semana (de sexta-feira a domingo) uma grandiosa festa popular, já conhecida como a melhor (em variedade e qualidade) festa da região do litoral. «Férias 79» foi, na verdade, uma entusiástica iniciativa dos comunistas da Figueira, que juntou em alegre convívio vários milhares de pessoas: militantes, simpatizantes e amigos do Partido, democratas, trabalhadores, banhistas, emigrantes, estrangeiros, jovens, enfim um variado leque humano que durante três dias passou pela Avenida de Espanha, junto ao quebra-mar.

A Festa ocupou uma área de 7 mil metros quadrados (o dobro do ano passado) e o seu programa foi cumprido e até reforçado, sendo de salientar, neste aspecto, a actuação (extra-programa) do Grupo Folclórico de Beira Mar (Cova-Gala), a quem os presentes dispensaram fortes aplausos.

Na sexta-feira, a Festa decorreu só de noite (a partir das 21 horas), tendo-se registado a actuação de diversos artistas, nomeadamente Nuno Gomes dos Santos, Manuel Branco, Samuel, José Jorge Leiria, Maria Dulce, Teresa Paula Brito, o Grupo de Cantares e Cordas do Ateneu de Coimbra. «A Mulher e a Revolução» foi o tema do colóquio em que participou a camarada Aida Nogueira, membro do CC do Partido e deputada. Houve ainda projecção de filmes.

Aterfófilismo e ténis de mesa, canções por José Barata Moura, palhaços, actuação de diversos ranchos folclóricos (Quilões, Infantil Brás do Mondego, Ereira, Infantil do Outeiro-Paião, Pauliteiros de Alqueidão e Flores do Mondego), filmes, colóquio sobre desporto com Carlos Abreu, e actuações do Grupo de Intervenção Musical 1.º de Maio, Brigada Victor Jara, Irene Cruz, Carlos Mendes, Edmundo Silva, Fernando Farinha, Luísa Basto, João Fernando, «Os Galés» de Setúbal e José Barata Moura, entre outros, constituíram o programa da Festa no seu segundo dia (sábado).

No domingo, a actividade desportiva voltou a marcar presença no período da manhã (xadrez e atletismo, essencialmente), assim como as iniciativas infantis. De registar a participação do grupo «Os Navais» dos Ranchos de Maiorca, Infantil de Matos e Banda de Laredo. Durante a tarde, colóquio sobre temas diversos mobilizaram a atenção e a presença de muitos participantes, apesar do intenso calor que se fez sentir.

A realização de eleições intercalares, nos precisos termos definidos pelo Presidente da República, significa que, pelos menos por agora, sofreram um rude golpe e estão afastados os planos inconstitucionais da reacção, nomeadamente a abolição do voto proporcional, a anulação das eleições de 1980,

espectáculo e da música, as «Férias 79» deram também a imagem da organização do Partido: motivo de interesse foram, sem dúvida, os pavilhões instalados no recinto pelos camaradas de Aveiro, Leiria, Santarém, Viseu, Guarda, Coimbra, Montemor, Condeixa-Soure e Cantanhede, além das organizações do concelho da Figueira, incluindo as da UJC e UEC.

Bares, restaurantes e «comes e bebes» também não faltaram na Festa, que encerraria por volta da 1 e 30 de segunda-feira. O sorteio das entradas (o bilhete de ingresso para os três dias custava 80\$00) coube ao número 420, que teve direito a um «Mimicha», o símbolo dos Jogos Olímpicos de 1980.

«Férias 79» foi um êxito. «Férias 79» foi ainda melhor. Para o ano, «Férias 80» irá mais longe!

A par do desporto, da cultura, do

Actividades

- 1.º Encontro de Quadros das OGMA - Reuniu no último sábado, no CT de Alhandra, o 1.º Encontro de Quadros do Partido das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), com a presença do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC e director do «Avante!». No decorrer do encontro foram discutidos os principais problemas da organização na empresa, tendo, no final, Dias Lourenço feito uma intervenção sobre o momento político, que foi ouvida não só pelos participantes no encontro, como também pelos alhandrenses que assim o quiseram, e que encheram por completo a sala do CT.
- Grande Festa de Campo - No fim-de-semana de 28 e 29 deste mês decorrerá na Barragem da defesa, na Cooperativa das Cortiçadas, S. Sebastião da Glestreia, entre Évora e Montemor, uma Grande Festa de Campo promovida pela Comissão Distrital de Évora do PCP, cujo programa inclui: actuação de artistas e ranchos folclóricos, jogos populares, baile, vacada, «comes-e-bebes», concurso de pesca, exposições, «noite de fado» e cantares ao desafio. No segundo dia da festa (domingo) realizar-se-á uma manhã infantil dedicada ao AIC e à tarde um comício. Haverá parques de campismo e estacionamento.
- Iniciativas em Viseu - Uma festa popular em Mangualde (no Alto da Senhora do Castelo) com intervenção política, música, danças regionais e Canto Livre, no próximo domingo; e uma sessão de esclarecimento político no Carmulim, no próximo dia 29, no salão da colectividade «Os Modestos», são duas iniciativas a realizar brevemente pelo Partido no distrito de Viseu, onde a reacção caciquista, val cada vez mais perdendo terreno e influência.

Carlos Brito no comício que encerrou em Alvalade-Sado a «Festa do Trabalhador»

Diversas iniciativas de carácter cultural, desportivo, recreativo e de convívio assinalaram, no último fim-de-semana, a realização, em Alvalade-Sado, da «Festa do Trabalhador», organizada pela Comissão de Freguesia local do PCP.

Intervir nas zonas conflituosas da sociedade portuguesa — afirmaria, a dado passo da sua intervenção, o dirigente comunista, fortemente aplaudido pela assistência.

Mais adiante, sublinhou: «O bloco reaccionário-monárquico está a pôr todo o seu empenho na continuação do Governo Mota Pinto. Não espanta é o seu Governo. É preciso desalojar dos Ministérios e mandar para a casa o Governo exonerado de Mota Pinto/PPD/CDS.»

Referindo-se às questões políticas dos últimos dias, esclareceu o camarada Carlos Brito que o anunciado Governo PS/ASDI não dá muita pena: «apresentava-se com um programa» de direita, onde não cabiam as alterações à lei Barreto e à lei do Arrendamento Rural.

Pretendiam-se já alterações na lei do Serviço Nacional de Saúde, no sentido de a piorar. Mas apresentava-se também como um Governo para andar aos tombos, um Governo de base e apoio instáveis, que não duraria muitos meses a cair e deixaria o país perante as mesmas opções que hoje tem de fazer, mas então em muito piores circunstâncias.

Detendo-se no próximo acto eleitoral, declarou a dada altura: «As eleições têm grande alcance político, que se repercutirá na vida de todos os portugueses. Ante as eleições, não é legítimo que qualquer trabalhador fique indiferente. Esse acto tem a ver com o seu futuro, com o futuro dos seus filhos, com o futuro de Portugal. Há que tomar posição e intervir de forma mais consequente, que assegure

Agenda

- Dia 20, Sexta-feira
Montijo, às 21 e 30, sessão de cinema no Centro de Trabalho: «Os jardins de infância» e «Bandeira de Outubro». ● Límieiras (Vila Nova da Barquinha), às 21 e 30, sessão na Escola Primária. ● Benfica do Ribatejo, às 17 horas, convívio de saiores, com os camaradas Carlos Pinhão, do CC, e José Moura, da DORSA. ● Lisboa, às 21 e 30, no CT de Alfama, iniciativa social promovida pela célula dos músicos.
- Dia 21, sábado
Aljustrel, às 16 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do CC e Chefe de Redacção do «Avante!». ● Montijo, às 21 e 30, plenário de militantes no Centro de Trabalho. ● Volta do Vale (Copo), às 19 e 30, sessão junto ao Centro de Cultura Popular, com o camarada Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC. ● Faro do Alentejo (Cuba), durante todo o dia, festa com canto livre, actividades para os pioneiros e intervenção política. ● Corroios, às 21 e 30, comício no Largo do Mercado com o camarada Velga de Oliveira, membro do CC e deputado. No fim, canto livre.
- Dia 22, domingo
S. José de Lameiros, às 18 e 30, sessão de esclarecimento junto ao coreto, com os camaradas Carlos Pinhão, do CC, e Argemínio Mocho. ● Cova do Gato (Abela), às 18 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada Domingos Lopes.

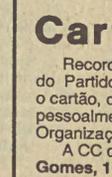
Campanha dos 20 mil Do Porto para a Ajuda com carro na bagagem

Dentro de alguns dias, vão começar a ser vendidos os bilhetes para o grande sorteio organizado no âmbito da campanha dos 20 mil contos — para uma sede no Norte à altura do Partido. Daqui ao dia 9 de Setembro, último dia da Festa do «Avante!», muitos serão os que tentarão a sorte e arriscarão bastante.

Os prémios são tentadores: um carro, uma motorizada e uma máquina de lavar. Na Festa do «Avante!» os participantes poderão ver com os seus olhos os três prémios. Os camaradas do Norte virão do Porto para a Ajuda com um carro na bagagem. Quem fará a viagem de regresso com o automóvel, uma motorizada ou uma máquina de lavar roupa?

Mas, a campanha continua. Tal como já havia sucedido em Vila Nova de Gaia, foi um rotundo êxito a iniciativa dos camaradas da Comissão Concelhia de Lousada, organizada no sábado e domingo passados. Cerca de três mil pessoas afluíram naqueles dois dias ao parque da Vinha da Capela, em Romariz, Meinedo, para participarem nesta significativa jornada de convívio, contribuindo para diminuir a distância da meta fixada pelos camaradas da Organização Concelhia de Lousada do nosso Partido.

Nesta primeira festa promovida pelos comunistas em Meinedo, participaram Fernando Farinha, Sérgio Mendes, Carlos Cunha, Francisco Costa, Gilberto



e Júlio Couto. A meio da tarde de domingo, o camarada António Mota, membro da DORN e suplente do CC, fez uma intervenção política. Entre os múltiplos atractivos, havia como é habitual uma rifa. Para os interessados, informamos que o carro de chá será entregue ao possuidor do bilhete com o número 1301 (mil trezentos e um).

Plenário em Évora das UCP's e Cooperativas Apesar da ofensiva, serenidade e confiança

«Vamos tendo os degraus da escada mais longe uns dos outros» — esta frase pronunciada por Chaveiro, membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, no Plenário Regional das UCP's/Cooperativas Agrícolas da zona da Reforma Agrária realizado no sábado passado em Évora, surgiu como um corolário mais ou menos metafórico mas muito claro das consequências desastrosas provocadas na zona da RA pela críminosa política do MAP, o que levou o mesmo orador a concluir sobre o que foi uma verdadeira tônica deste Plenário: a necessidade do reforço da unidade e da organização dos trabalhadores para se avançar na defesa da Reforma Agrária, a mais querida conquista da Revolução de Abril, como foi também referido no salão do Garcia de Resende.

Estiveram presentes neste Plenário representantes de todas as UCP's e Cooperativas Agrícolas dos Distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, numa cobertura total de toda a zona da RA, bem como uma delegação parlamentar do PCP (o PS foi convidado mas não enviou qualquer representação) e ainda representantes da Comissão Organizadora da 3.^a Conferência da Reforma Agrária e da Comissão Promotora do Tribunal Cívico.

Após mais de três dezenas de intervenções, foram aprovadas as Conclusões do Plenário por unanimidade e aclamação, onde se reclama

que seja afastada da composição do governo de gestão a constituição toda a equipa de Mota Pinto, designadamente Vaz de Portugal e João Goulão, se afirma a determinação de lutar para que os inimigos da Reforma Agrária e da Democracia sejam derrotados nas eleições intercalares, para que estas constituam uma vitória das forças democráticas, se define o prosseguimento da luta pela suspensão de todas as acções contra a Reforma Agrária e a luta pela recolha dos frutos pendentes e a luta pela restituição às UCP's/Cooperativas Agrícolas das terras,

gados, máquinas e outros bens usurpados.

Exige-se ainda que se considere sem qualquer validade a nota oficiosa do MAP demitido de Vaz Portugal acerca da cortiça (pois esta pertence às UCP's e Cooperativas, que têm todo o direito de proceder à sua livre comercialização), se prossegue a luta pelo pagamento das dívidas, dos subsídios e pela reabertura das linhas de crédito que tenham em conta a necessidade imperiosa do desenvolvimento da agricultura, designadamente nas UCP's e Cooperativas Agrícolas, se exija aos departamentos estatais

competentes que tomem desde já as medidas adequadas com vista à próxima campanha de sementeiras Outono/Inverno e que à frente dos serviços do MAP, designadamente nos ex-CRRA, sejam colocados homens sérios que cumpram a Constituição.

Definem-se acções

Para alcançar os objectivos propostos, o Plenário decidiu levar a cabo as seguintes acções e iniciativas: manter, de acordo com cada situação concreta, a luta contra as entregas ilegais de terras, com concentrações nas herdades, manifestações nas povoações e diligências junto dos órgãos de soberania e do poder local com grandes delegações dos trabalhadores e suas organizações; intensificar a recolha dos frutos pendentes cultivados com o esforço dos trabalhadores através da ajuda e solidariedade de umas UCP's/Cooperativas às outras e solicitando o apoio das populações; apoiar outras

acções de massas de modo que os agrários não se apoderem das terras e outros bens a que não têm direito; reforçar a luta no plano jurídico recorrendo de todos os processos de entregas ilegais de terras e outros bens, processando criminalmente os responsáveis e executores das ilegalidades e aqueles que mais se distinguem na repressão; melhorar a informação e a propaganda junto da opinião pública sobre o que se está a passar na Reforma Agrária; promover a visita às UCP's/Cooperativas Agrícolas de jornalistas, personalidades e organizações democráticas nacionais e estrangeiras.

Em relação aos indivíduos que mais se têm notabilizado em todo o estadal de arbitrariedade, corrupção e violência que o MAP tem levado para os campos do Alentejo e Ribatejo, o Plenário reclama que seja levantado um processo aos indivíduos dos SGEF, ex-CRRA, acusados de corrupção, abuso, arbítrio

e desrespeito pela legalidade democrática, designadamente os técnicos Alberto Costa, Daniel Fernandes, Nunes, Pedro Pais e Luis Capoulas Santos, de Évora, Pacheco e «Ratoeira», de Coruche, Pires, Adérito e Ferreira, de Portalegre e Maceta e António de Sousa, de Beja, e ainda os advogados Pires da Costa, Barbosa Correia e Manuel de Oliveira Porta, de Évora, e Urnal, de Beja. Foi ainda reclamado o apuramento das responsabilidades e consequente processamento pelas brutalidades e ofensas ordenadas ou praticadas pelo capitão Correia Dias, capitão Garcia, tenente Jerónimo Santos, tenente Miguel Santos, tenente Ferro, Faustino e sargentos Bile e Ramos, em serviço na GNR.

Paralisação no próximo 25 de Julho

Face à gravidade da actual ofensiva contra a Reforma Agrária, o Plenário decidiu convocar uma paralisação geral do sector agrícola, para

o próximo dia 25 de Julho, paralisação que se fará em todo esse dia com plenários nos locais de trabalho, durante a parte da manhã, a que se seguirá concentração de máquinas com bandeiras a longo das estradas, distribuindo-se documentos à população e apelando-se à solidariedade de outros sectores.

Tal paralisação poderá ser suspensa pelos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e pelos Secretariats e Unidades das UCP's e Cooperativas Agrícolas caso, e só se, até lá, a ofensiva for suspensa ou o próximo governo der garantias de que não prosseguirá com ela — tendo aquelas organizações dentro do mesmo espírito, ficado encarregadas de estudarem a possibilidade e oportunidade de uma deslocação dos trabalhadores da Reforma Agrária a Lisboa.

Foi ainda decidido que logo que se forme o próximo governo, de gestão, uma Comissão representativa dos

cinco distritos da zona da Reforma Agrária solicitará audiência ao primeiro-ministro e a outros órgãos de soberania, a fim de reclamar garantias com vista às próximas sementeiras de Outono/Inverno, de crédito, apoio técnico e fornecimento de sementes. Nessa audiência reclamar-se-á ainda a revisão urgente dos casos mais graves que destruíram ou afectaram gravemente as UCP's/Coop. Agrícolas, sem o que estas não poderão iniciar as sementeiras.

Foi ainda aprovada uma moção, por unanimidade e aclamação, onde se repudia firmemente a atitude do MAP em afastar os representantes dos trabalhadores da Reforma Agrária da delegação oficial portuguesa à Conferência da FAO, e se manifesta a solidariedade e apoio à delegação da CGTP-IN presente na Conferência da FAO devido à solidariedade da Confederação Mundial do Trabalho e da Federação Sindical Mundial.

Realizou-se no Funchal o I Plenário Regional da APU

Contando com a presença de cem pessoas, realizou-se no passado dia 15 no Funchal, Região Autónoma da Madeira, o I Plenário Regional da APU, onde participou um membro da sua Comissão Nacional, o camarada Luis Sá.

É necessário e é possível a apresentação de listas da APU em todas as Câmaras e Assembleias Municipais e na generalidade das Freguesias da Região — esta foi a conclusão dos representantes dos vários concelhos e freguesias, considerando-se a apresentação de tais listas, na perspectiva das eleições

para os órgãos de poder local que se realizou no final do ano, da maior importância política.

Essa apresentação de listas, se por um lado reflecte os progressos dos ideais democráticos na Região, é, por outro lado, imprescindível em face das múltiplas carências existentes e da gestão incompetente, desastrosa

e caqueira que a força dominante, o PPD, tem desenvolvido nas Câmaras e Juntas de Freguesias, sendo certo que a actuação de outras forças políticas, designadamente o PS e os GDUP's, já demonstrou não constituir uma alternativa válida à gestão do PPD.

As listas da APU constituem a garantia de um trabalho sério, competente e dedicado no sentido de elevar as condições de vida materiais e culturais das populações — são os factos que o demonstram. Nas dezenas de eleições intercalares para autarquias locais já realizadas apenas a APU não desceu nos órgãos autárquicos em que, antes, tinha a maioria. Quer nas eleições para a Câmara de Évora, quer para a Assembleia de Freguesias de Fanhões, reforçou consideravelmente os seus votos e posições. Tal facto demonstra que o povo aprovou a gestão democrática da APU onde teve oportunidade de a experimentar, e rejeitou a gestão de outros partidos onde tomou conhecimento dela.

O I Plenário Regional da APU sublinhou que, à semelhança do que tem acontecido no continente, as listas da APU na Região Autónoma da Madeira devem estar abertas não apenas aos membros dos Partidos, mas também a todos os homens e mulheres que estejam sinceramente dispostos a empenhar-se na resolução dos problemas das populações, qualquer que seja a sua opinião em questões de política geral e estejam ou não inscritos noutros partidos.

A Madeira não é Jardim

Finalmente o I Plenário Regional da APU concluiu que, não estando

em causa a autonomia regional, o governo reaccionário de Alberto João Jardim não se pode permitir usurpar poderes que face à Constituição e às leis em vigor cabem de direito aos municípios — na verdade é completamente incoerente que um governo que, demagogicamente, diz defender a autonomia, queira centralizar funções e competências que cabem aos órgãos autárquicos.

Esta tendência centralizadora, de que existem numerosos sintomas, nomeadamente uma tentativa de controlo e manipulação dos meios de comunicação social e da gestão das Escolas, revelou-se muito nitida no que toca à aplicação da Lei das Finanças Locais na região. Seguindo na esteira do PPD que, coligado ao PS e ao CDS, começou por aprovar na Assembleia da República uma Lei do Orçamento Geral do Estado que defraudou os Municípios do país em mais de 15 milhões de contos (mais de meio milhão de contos aos municípios da Madeira), o governo regional do PPD fez aprovar um decreto regional que tenta perpetuar a intervenção salazarista que é o sistema de subsídios e comparticipações às autarquias, sistema que se presta claramente a pressões e chantagens sobre o sentido do voto do eleitorado, além de contrariar muito claramente a própria autonomia municipal.

Assim, o Plenário exigiu, em moção aprovada por unanimidade, que a Lei das Finanças Locais seja aplicada integralmente e que o governo reaccionário do senhor Jardim ponha termo às suas práticas caciquistas arbitrárias e desrespeitadoras da real autonomia dos municípios.

O Plenário pronunciou-se ainda a favor da transferência de poderes das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesias, conforme, aliás, prevê a lei das Autarquias e a Lei das Finanças Locais, tendo, finalmente, procedido a um profundo levantamento das carências dos Concelhos e Freguesias da Região, analisando a situação existente

e a acção negativa do governo Regional, designadamente no domínio da habitação, da saúde, do turismo, dos transportes, do desporto e da electrificação.

No dia seguinte, 16 de Julho, houve uma conferência de Imprensa onde foram apresentadas as conclusões deste I Plenário Regional da APU.

Encontro de municipais do concelho de Lagos

Realizou-se no passado sábado, dia 14, na Escola Preparatória de Lagos um Encontro de Municipais do concelho de Lagos promovido pela APU, onde esteve presente e participou o representante da Região Autónoma da Madeira, o camarada Luís Sá.

O encontro realizou-se num ambiente de confraternização e de troca de experiências, tendo sido o objectivo principal promover o conhecimento das dificuldades que os municípios enfrentam, nomeadamente a situação das freguesias rurais — que, com tantas carências, mais parecem viver fora deste tempo —, os problemas dos pensionistas e reformados face

à alta do custo de vida e falta de estruturas de apoio, a situação das crianças sem creches nem jardins de infância, a questão do porto de Lagos (com dragagens a decorrer de forma preocupante e sem se conhecer que tipo de obras se lhe vão seguir), o agravar das dificuldades de acesso à habitação por parte das populações de menores recursos, o atraso no completamento ou início do saneamento básico, etc.

O encontro fez-se ainda eco das reivindicações da CURPRIL, Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Lagos e da secção local do MDM, de serem considerados parceiros sociais locais nas deliberações das autarquias sobre assuntos do seu âmbito específico de acção social.

No final usaram da palavra o vice-presidente do MPD/CDE, Luís Catarino, e o deputado do PCP Cavaleira Antunes.

em causa a autonomia regional, o governo reaccionário de Alberto João Jardim não se pode permitir usurpar poderes que face à Constituição e às leis em vigor cabem de direito aos municípios — na verdade é completamente incoerente que um governo que, demagogicamente, diz defender a autonomia, queira centralizar funções e competências que cabem aos órgãos autárquicos.

Esta tendência centralizadora, de que existem numerosos sintomas, nomeadamente uma tentativa de controlo e manipulação dos meios de comunicação social e da gestão das Escolas, revelou-se muito nitida no que toca à aplicação da Lei das Finanças Locais na região. Seguindo na esteira do PPD que, coligado ao PS e ao CDS, começou por aprovar na Assembleia da República uma Lei do Orçamento Geral do Estado que defraudou os Municípios do país em mais de 15 milhões de contos (mais de meio milhão de contos aos municípios da Madeira), o governo regional do PPD fez aprovar um decreto regional que tenta perpetuar a intervenção salazarista que é o sistema de subsídios e comparticipações às autarquias, sistema que se presta claramente a pressões e chantagens sobre o sentido do voto do eleitorado, além de contrariar muito claramente a própria autonomia municipal.

Assim, o Plenário exigiu, em moção aprovada por unanimidade, que a Lei das Finanças Locais seja aplicada integralmente e que o governo reaccionário do senhor Jardim ponha termo às suas práticas caciquistas arbitrárias e desrespeitadoras da real autonomia dos municípios.

2º ACAMPAMENTO DE LISBOA
Monte Gordo 15 a 21 de Julho/79

Pioneiros em Monte Gordo

Monte Gordo, no Algarve, está a mobilizar as atenções de centenas de Pioneiros de Portugal e de outras crianças de vários pontos do nosso país. E isto porque está ali a decorrer, terminando no próximo sábado, o II Acampamento dos Pioneiros da Região de Lisboa, com a participação de 230 crianças, estando, por outro lado, marcado para domingo o início, no mesmo local, do II Acampamento Distrital dos Pioneiros do Algarve, que reunirá 200 crianças de toda esta região, além de representantes dos Pioneiros da República, Socialista, da Checoslováquia.

O local escolhido para a realização dos acampamentos está situado na mata nacional entre Monte Gordo e Vila Real de S. António, tendo ali sido instaladas todas as estruturas necessárias ao bom funcionamento das «aldeias» da petizada. O acampamento dos Pioneiros da região de Lisboa — que se deslocaram para Monte Gordo num comboio especial na manhã do último domingo — está a decorrer num ambiente de animado convívio e alegria, sendo de sublinhar as múltiplas iniciativas que se têm realizado, desde actividades de praia até visitas

a fábricas e à vila, passando por jogos recreativos.

O acampamento dos Pioneiros do Algarve, por seu turno, tem o seguinte programa (referimos apenas as iniciativas mais importantes):

Dia 22 (domingo) — abertura às 17 horas e lancho-convívio, com a presença do camarada Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC; jantar às 20 e descanso a partir das 22. Dia 23 — das 9 às 11 e 30, praia e actividades desportivas orientadas por professores de Educação Física; entre as 17 e as 19, passeio na vila; das 20 às 22, convívio e saudação dos pioneiros da Checoslováquia. Dia 24 — manhã na praia; entre as 17 e as 19, visita a fábricas, seguindo-se um convívio e actividades subordinadas ao AIC. Dia 25 — visita ao estaleiro e jornada de solidariedade com a Reforma Agrária. Dia 26 — das 17 às 19, construção na areia; entre as 20 e as 22, convívio e jornada de solidariedade com os novos países africanos de expressão portuguesa. Dia 27 — demonstrações de salvamento na praia de Vila Real de S. António. Dia 28 — visita ao porto de pesca e farol; convívio e sessão sobre os direitos das crianças; às 17, festa de encerramento.

Começa já no dia 27: Acampamento da Juventude na Caparica mobiliza grande entusiasmo!

S. João da Caparica (27 deste mês a 15 de Agosto), Furdouro-Ovar e Praia de Françelos-Porto (ambos de 3 a 19 de Agosto) são os locais escolhidos pelas organizações da UJC para a realização de três acampamentos que estão a despertar grande entusiasmo entre a juventude.

Praia e campo, convívio e amizade, actividades culturais, desportivas e recreativas serão pontos comuns aos três acampamentos, isto sem falar do baixo preço das inscrições, da facilidade de transporte e das próprias condições de apoio e estruturas a utilizar pelos campistas: bares, restaurantes, armazéns de géneros, lavabos, postos de primeiros socorros, secretarias, etc.

O acampamento em S. João da Caparica, junto ao campo de futebol da Trafaria, é o primeiro a iniciar-se, estando neste momento a sua actividade preparatória numa fase derradeira.

O acampamento deste Verão. Encontrámo-lo a ele, a muitos outros jovens, sob um tórrido sol, roubando horas ao justo descanso de um fim-de-semana, participando numa jornada de trabalho de limpeza e preparação do local do acampamento. E nesse trabalho, onde se faz de tudo um pouco, a imaginação, o esforço e o convívio, são também instrumentos combinados harmoniosamente, a criar momentos que ficaram gravados como imagens de preparação de umas férias inesquecíveis.

Mas o objectivo que nos levou lá foi recolher informações e, se possível, entrevistar a Comissão Organizadora do Acampamento. É que este tem já início no final da próxima semana, mais concretamente, dia 27, sexta-feira.

É evidente que também demos uma mãozinha no trabalho, e mais agradável se tornou depois a conversa que travámos, numa breve pausa aproveitada para refrescar a garganta, numa das muitas frescas sombras existentes.

Conosco, estão quatro camaradas ligados ao Acampamento de Lisboa-Setúbal. São eles o Artur Vale, electricista, o Capucho, empregado; o Amaro, operário e a Graça, única rapariga existente na comissão organizadora.

pelas razões que levaram a promover este Acampamento, considerado a iniciativa central de Verão da UJC. Uma das principais razões é a difícil situação financeira de muitos jovens, agravada com o aumento constante do custo de vida, que os leva a não passar as férias como desejariam. Nesta situação — diz-nos o Artur — e com o objectivo de proporcionar umas férias agradáveis aos jovens, em bom convívio e camaradagem, e oferecendo boas condições, o Acampamento pretende ser a resposta a esse problema que atinge muitos jovens.

Erguar um Acampamento da Juventude constitui tarefa que exige esforço e trabalho, organização e, sobretudo, muita imaginação. O ano passado tudo começou do zero. Metro a metro, teve que se desbravar todo o terreno, alterando-o-lhe a fisionomia, transformando-o de uma zona árida e acidentada em local agradável.

«Embora o local seja o mesmo, todas as operações tiveram de se repetir. Teve de se recomprar tudo de novo — refere o Amaro — pelo que temos vindo a realizar jornadas de trabalho, a primeira das quais foi nos dias 16 e 17 de Junho. O terreno estava todo cheio de ervas e tivemos de o limpar, tirar lixo

e ramos partidos, etc... Só então se começou depois a abrir as fossas, a montar o palco, colocar postes, abrir arruamentos, etc...»

Mas tudo isto não é feito sem dificuldades e problemas. Só a persistência, vontade e imaginação das centenas de jovens que por lá têm passado, têm permitido a sua resolução. O Amaro cita-nos, entre outros, o problema da obtenção de «materiais como madeiras, tubos, estruturas, etc...». Mas também isto se conseguiu ultrapassar e «neste momento já lá temos água, telefone, luz» — conclui.

Programa aliciente

Existem muitos motivos para que um jovem passe as suas férias neste Acampamento. A inscrição é baratíssima, apenas 50\$00, acrescidos diariamente de 7\$50 ou 15\$00 conforme se tenha ou não tenda. E que dizer das outras condições que são oferecidas, seja ao nível de meios e estruturas de apoio ao campista, seja por exemplo, ao nível do rico e variado programa de actividades de carácter recreativo e desportivo?

Está a ser elaborado um programa que irá preencher todos os dias do Acampamento — sublinha o Capucho, prosseguindo: «Irá haver passagens de filmes, colóquios

sobre temas diversos (desporto, situação internacional), uma balde por semana (de máscaras de batata, etc.) concursos de dança, cantos livres, estando já assegurada a presença de vários cantores bem conhecidos da Juventude...»

Haverá — prossegue — um fogo de campo de recepção aos campistas onde decorrerá um concurso de anedotas e onde actuarão alguns grupos amadores de Canto Livre.

Haverá também iniciativas espontâneas como as já célebres «caça aos gambuzinos» e aos «pássaros moles».

Na parte desportiva terão lugar várias provas de atletismo, uma simultânea de xadrez, um «rally» pedestre, torneio de futebol, de 5 e de «ping-pong», jogos de futebol masculinos e femininos entre Lisboa e Setúbal, tendo ainda lugar a final do Torneio de Futebol do Barreiro.

Mas não ficam por aqui os pólos de atracção deste magnífico programa. Ao que nos diz o Capucho haverá também algumas surpresas e, claro está, uma boa parte da programação está «reservada à espontaneidade, ao improviso de todos quantos queiram mostrar no palco as suas qualidades artísticas...»

Mas ainda há mais. Vejamos o que a Graça tem para nos dizer sobre as restantes condições oferecidas aos campistas.

«É só mais isto — diz-nos ela em jeito de graça: haverá um armazém diariamente abastecido com todos os produtos essenciais (carne, peixe, pão, leite, frutas, etc.) a preços ligeiramente inferiores aos do mercado; haverá um bar e restaurante onde se poderá beber um copo e conversar com um amigo, e onde serão servidas refeições de preço acessíveis; haverá banheiros com água corrente; casas de banho; serviço de recepção e telefone, etc...»

Entretanto, a comissão organizadora tem uma sugestão a fazer a todos os campistas no sentido de estes se organizarem em brigadas.

ACAMPAMENTOS DA JUVENTUDE

S. JOÃO DA CAPARICA
27 JULHO A 15 AGOSTO
FURADOURO - OVAR
3 A 19 AGOSTO
PRAIA DE FRANCELOS - PORTO
3 A 19 DE AGOSTO

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

«Este ambiente...»

Entusiasmo e trabalho, alegria, convívio e muita juventude, eis, em síntese, como caracterizar o clima que se vive no recinto do Grande Acampamento da Juventude 79 da região de Lisboa e Setúbal.

Nunca esteve num acampamento a passar férias como no ano passado. Esteve ali uma data de malta — éramos mais de mil — rapazes e raparigas. A malta conheceu-se, gente de muitos lados. O que se diz é que um jovem vai passar férias a outros sítios e não encontra este ambiente, não encontramos tanto convívio, tanta alegria e tanta juventude. Nós não temos no país uma outra concentração da juventude como nestes acampamentos promovidos pela UJC.

Esta, a afirmação que ouvimos de um jovem que fomos encontrar em S. João da Caparica. Referiu-se à realização do acampamento do ano passado e as suas palavras valem bem como nota de apresentação, como documento vivo que deixa antever o que será



É assim se vai construindo o palco... Com madeira, pregos e muita boa disposição. Artistas e grupos bem conhecidos da juventude por lá passarão no decorrer do acampamento

FICHA DE INSCRIÇÃO PROVISÓRIA

NOME _____

LOCALIDADE _____ BI _____

COM TENDA SEM TENDA

DIAS DE PRESENÇA

27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
----	----	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Polónia Do rio Odra ao Mar Báltico 35 anos de socialismo

Na noite de passagem de ano de 1943 para 1944 em Varsóvia, durante a ocupação nazi, agrupamentos de esquerda liderados pelos comunistas criaram o Conselho Nacional do País. Estavam lançadas as bases da actual República Popular da Polónia, cujo 35.º aniversário se comemora no próximo domingo, dia 22 de Julho.

A formação do Conselho Nacional — de que faziam parte o Partido Operário Polaco dirigido pelos comunistas, o Partido Operário dos Socialistas Polacos de esquerda, o Partido Democrático da burguesia progressista, o Partido Camponês «Vontade do Povo» e outras organizações clandestinas de esquerda e democráticas — surgiu na sequência do rompimento das conversações entre o Partido Operário Polaco e a representação no país do governo de emigração em Londres.

Recorde-se que esse rompimento foi provocado pelo facto do governo de emigração em Londres se recusar a cooperar com a União Soviética, cujos Exércitos se aproximavam da fronteira da Polónia, enquanto o Partido

Operário considerava tal cooperação indispensável para uma ampla e activa luta contra o ocupante nazi, bem como para a posição e segurança de pós-guerra da Polónia.

O Conselho Nacional do País, que no início não possuía o apoio da maioria da nação, conseguiu rapidamente desenvolver a sua influência entre os operários, camponeses e intelectuais progressistas, alargando a sua organização a camadas cada vez mais amplas, graças não só ao seu programa social democrático e progressista, mas também à activa luta desenvolvida contra a ocupação nazi.

A autoridade do Conselho Nacional consolidou-se ainda mais quando em 1944 doctou a junção do Exército Polaco — formado pela

União dos Patriotas Polacos na URSS com a ajuda das autoridades soviéticas — com a força guerrilheira que constituía o Exército Popular (criada e dirigida por aquele Conselho).

Conseguido o apoio de massas necessário à sua acção, o Conselho Nacional decidiu criar, em 20 de Julho de 1944, o Comité Polaco de Libertação Nacional (órgão executivo provisório). E no dia 22 de Julho de 1944, no primeiro podópo de terra polaca libertado pelo Exército Soviético e pelo Exército Polaco, em Chelm, é publicado o Manifesto do Comité Polaco de Libertação Nacional.

Neste Manifesto se define o programa do novo Poder. Destacava-se, antes do mais, a necessidade da vitória final da guerra contra o ocupante nazi; a completa libertação e unificação do território polaco desde o rio Odra ao mar Báltico; a aliança e amizade com a União Soviética e a manutenção de boas relações com os aliados ocidentais; a criação do novo Estado popular-democrático.

Como o programa defendia, o novo Estado deveria assentar numa ampla frente nacional, na reforma agrária sem indemnizações, na passagem para a gestão do Estado dos bens e fábricas alemãs, no ensino gratuito.

O reconhecimento do Poder do Comité Polaco de Libertação Nacional torna-se uma realidade, não obstante eventuais colisões com os representantes locais do governo de emigração em Londres.

As novas autoridades organizavam a vida pública e económica do país, lançando-se ao mesmo tempo na reconstrução das destruições provocadas com a guerra e recolhendo assim o amplo apoio da sociedade.

Quando em 31 de Dezembro de 1944 o Comité se transforma em Governo Provisório não se levantam dificuldades ao seu reconhecimento, em primeiro lugar pela URSS e logo depois pela Checoslováquia e pela Jugoslávia.

O posterior entendimento do Governo provisório com ex-militantes do governo de emigração em Londres (que decidem colaborar com o novo Poder e integrá-lo), levava à formação, através de decreto do Conselho Nacional do País, do Governo Provisório da Unidade Nacional, reconhecido logo após pela França, Inglaterra, Estados Unidos e outros países da Europa ocidental.

As novas fronteiras da Polónia foram então aprovadas na conferência de Potsdam, no dia 2 de Agosto de 1945, pela URSS, EUA e Inglaterra.

Quando em Março de 1946 se realizou na Polónia o referendo sobre o novo sistema, reformas e fronteiras do país, a vitória coube ao poder popular. Assim como as primeiras eleições para o Parlamento polaco (Dieta), efectuadas em Janeiro de 1947, em que os partidos agrupados, que constituíam a base do novo Poder, constituíram mais de 80% dos votos.



S. Tomé e Príncipe independente há quatro anos

Há quatro anos, a 12 de Julho de 1975, as ilhas de São Tomé e Príncipe tornavam-se independentes do colonialismo português e rompiam com uma relação de dependência de cinco séculos. Nascia a República Democrática de São Tomé e Príncipe, fruto da vontade de um povo, que tantos séculos de colonialismo e a brutalidade do regime fascista não conseguiram vergar, povo que, na altura própria, o liderado pela sua vanguarda, o MLSTP, soube tomar o destino nas próprias mãos.

Muitas coisas aconteceram nestes quatro anos de independência, muitas delas pondo à prova as capacidades criadoras do povo são-tomense, muitas delas exigindo sacrifícios e esforços e todas acabando por constituir novos passos no caminho do progresso, da independência, da liberdade.

Entre as vicissitudes e dificuldades com que a jovem República

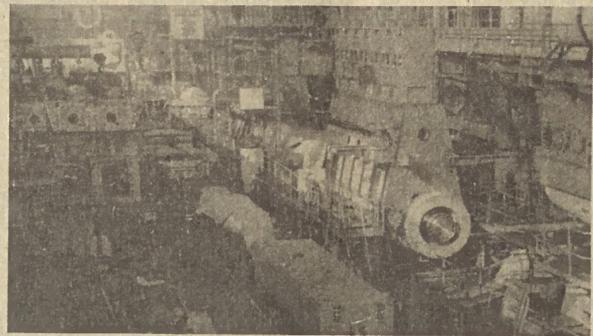
se teve de bater durante estes quatro anos, avultou uma vasta operação inspirada em projectos neocolonialistas e que previa a invasão do país por mercenários a soldo do estrangeiro. A conjura foi denunciada na ONU pelo próprio presidente de São Tomé e Príncipe, camarada Manuel Pinto da Costa, e o governo são-tomense, vendo os espaços aéreo e marítimo do seu país constantemente violados por barcos e aviões desconhecidos, pediu auxílio a Angola e à Guiné-Bissau, cuja solidariedade activa foi suficiente para fazer desvanecer a ameaça.

um grande esforço nos transportes, nas indústrias transformadoras e na energia, aplicaram-se investimentos em novas indústrias e ampliaram-se as já existentes (cerâmica, plásticos e embalagens, torrefação de café, bebidas e sector cervejeiro).

Muitas foram as tarefas que se colocaram ao povo da jovem República quando da independência, pois a sua dependência da metrópole colonial e a fragilidade de estruturas que o colonial-fascismo lhe impusera, exigiram esforços muito grandes, abnegação e trabalho para ir fazendo emergir o seu país para uma nova realidade, mais justa, mais fraterna e próspera. A solidariedade internacionalista, entretanto, tal como tem sido um estímulo nesta caminhada difícil mas exaltante da construção do futuro, continuará a dar à jovem República todo o apoio necessário para o seu crescimento e fortalecimento.



Em Poznan existe uma poderosa indústria naval, célebre em toda a Europa. À esquerda, E. Gierk, primeiro-secretário do POUW, acompanhado de P. Janoszewicz, primeiro-ministro, visita a Feira Internacional da cidade. À direita, uma fábrica de motores para barcos



Ir ao cinema em Moscovo

O XI Festival de Cinema de Moscovo terá lugar de 14 a 28 de Agosto próximo. Comemorando o 60.º aniversário do cinema soviético, o Festival irá galardoar várias personalidades pela sua contribuição para o desenvolvimento da arte cinematográfica.

Como habitualmente, concorrem ao Festival filmes infantis, curtas e longas metragens, além de se exibirem vários filmes fora de competição.

Funcionará também um mercado, organizado pela «Sovexportfilm», empresa soviética para a importação e exportação de filmes.

O XI Festival Internacional de



A entrada do cinema moscovita «Perekop». Na altura em que a foto foi tirada, estava ali em exibição um filme de produção soviético-checoslovaca



Cena de um filme para a TV soviética sobre os primeiros dias de existência da frota russa

Moscovo será uma verdadeira festa da arte cinematográfica democrática. A direcção do Festival de Moscovo já convidou jornalistas de 129 países e espera que o número de participantes seja o maior de sempre.

Vem a propósito, a pretexto do Festival, dizer algo sobre a actividade cinematográfica na URSS.

É frequente encontrarmos em Moscovo, nas paragens dos transportes públicos, pessoas que lêem atentamente um cartaz, que é mudado com certa regularidade. Trata-se do programa de cinema, das 119 salas da capital, para os próximos 2 ou 3 dias.

Efectivamente o soviético vai muito ao cinema. Só em Moscovo, são vendidos cerca de 500 000 bilhetes de cinema por dia. E este número não justifica qualquer perplexidade se tivermos em conta a variedade de programas e o relativamente baixo preço dos bilhetes, que não excede os 10 kopeques (seis escudos) para crianças e 15 ou 30 kopeques nos bilhetes para adultos, conforme se trata da sessão da tarde ou da noite.

As estrelas

Na União Soviética as estrelas de filmes são muito concorridas e não é fácil encontrar bilhetes. Nessas estrelas estão presentes o realizador, actores e técnicos que produziram o filme, e que assim podem não só acompanhar as reacções do público, como participar nas discussões sobre a obra que foi apresentada.

Após a estreia oficial, o filme, de que são sempre tiradas diversas cópias, passa a ser exibido simultaneamente em vários cinemas da capital e em muitas salas das milhares de cidades, vilas e aldeias espalhadas por todo o País.

Actualmente estão a produzir-se cerca de 200 filmes por ano, existindo estúdios de cinema em todas as Repúblicas — o que, por sua vez, justifica a existência, em Moscovo, de quinze salas onde se exibem os filmes das respectivas quinze Repúblicas Federadas.

Alternativas de escolha

Muitos cinemas moscovitas promovem a exibição de ciclos de cinema, dedicados às obras dos realizadores mais conhecidos, ou a algum género cinematográfico (como os «Ciclos da Comédia»). Estes ciclos são, naturalmente,

acompanhados de conferências que ajudam o público a familiarizar-se com a problemática do cinema. Neste contexto são exibidas, sempre com muita aceitação, as «semanas do cinema estrangeiro».

Os amantes de filmes antigos, nomeadamente do cinema mudo, dispõem de uma sala especial, «Illusion», onde tais filmes são projectados diariamente. Pertencem aos arquivos da «Gosfilmofond», cinematoteca da URSS, que possui um riquíssimo património de películas nacionais e estrangeiras, bem como uma biblioteca e um arquivo documental, essenciais aos estudiosos da arte cinematográfica.

Mas há também os chamados cinemas de «reprise», onde se exibem os filmes que já saíram das salas de estreia. Aliás, os espectadores de cinema têm possibilidade de influenciar a programação dessas salas, por exemplo, entregando à administração do cinema do seu bairro uma ficha especialmente preparada para esse efeito e onde inscrevem o nome do filme que gostariam de ver proximamente. Nas sessões de cinema são normalmente exibidos os filmes mais votados.

Atenção pelas crianças

Paralelamente deve-se recordar o papel e a importância das salas especializadas, sem esquecer que também se pode ver cinema na empresa onde se trabalha, num centro cultural, etc. Existem salas onde só se projectam filmes científicos, ou de desenhos animados. É com certeza, não podíamos deixar de fazer referência às 13 salas de cinema exclusivamente dedicadas às crianças — das quais a mais popular é a «Pioner» — e onde os jovens não só vêem filmes de todas as nacionalidades e de todo o Mundo, como contactam com os profissionais do cinema e assistem à cinematização de obras clássicas da literatura russa que constam dos seus programas de estudo.

Em atenção a este público juvenil, os cinemas da capital têm uma programação especial nos meses de férias. Então as «matinéas» são dedicadas às crianças, exibem filmes novos, uma «revista de actualidades cinematográficas» especialmente concebida para estes jovens espectadores e os documentários das populares séries «Quero Saber Tudo», «Estrelinhas» e «Contemporâneo».

Soviéticos batem recorde de permanência no espaço

O recorde de permanência no espaço foi batido no passado domingo pelos cosmonautas soviéticos Vladimir Lyakhov, de 37 anos, e Valery Rymun, de 39, que registaram então uma estada de 139 dias e meio a bordo da estação orbital «Salyut 6».

O anterior recorde de voo espacial tripulado, que pertencia também

à União Soviética, havia sido estabelecido na mesma estação orbital, em Novembro do ano passado.

Como salientou o cosmonauta veterano Alexei Leonov, no jornal «Estrela Vermelha», aquele feito constitui «mais uma prova da capacidade do homem em permanecer no Espaço durante longos períodos».

Os dois recordistas, que comemoraram a proeza com um bem merecido feriado, durante o qual assistiram a programas de televisão transmitidos de Moscovo, têm estado sozinhos desde o início da sua missão, em 25 de Fevereiro, ao contrário dos cosmonautas que os antecederam.

Os trabalhos já realizados na estação orbital revelam que

a «Salyut» — lançada em Setembro de 1977 — continua a funcionar em boas condições, sendo de esperar que os dois cosmonautas continuem a bordo ainda durante mais algum tempo.

Segundo alguns peritos, a «Salyut» deverá ser depois encaminhada para camadas mais altas da atmosfera, onde se desintegrará.

Há no mundo 52 milhões de crianças obrigadas a trabalhar

As crianças dos 10 aos 14 anos constituem 4 por cento da mão-de-obra dos países capitalistas desenvolvidos. A protecção a estes trabalhadores de menor idade é nula. Não existem contratos, não há subsídios, abonos ou seguros, os salários são os que os patrões querem. Os acidentes de trabalho vitimam, anualmente, milhares destas crianças, que perfazem 52 milhões em todo o mundo.

Mais de 100 mil menores trabalham nas empresas da capital espanhola. Segundo o jornal «CADERNOS para o Diálogo», em toda a Espanha existem 280 mil crianças nesta situação.

Perto de um quarto dos adolescentes espanhóis não têm possibilidade de estudar. Segundo o «Cambio 16», 70 por cento das crianças, entre os 12 e os 15 anos não lêem e a razão é a mesma que leva os pais a enviarem os filhos para a fábrica: dificuldades económicas.

Em Itália, embora a lei proíba que menores de 14 anos trabalhem, mais de 150 mil são utilizados na construção, cem mil nas pequenas fábricas têxteis e de artesanato, 200 mil na esfera do comércio e serviços e perto de meio milhão na agricultura.

Na praça central de Altamura, por uma pequena soma em dinheiro, alguns queijos e um molho de lenha pode-se ter ao serviço crianças a partir de 6 anos.

O jornal italiano «República» assinala que as famílias pobres são obrigadas a pôr os filhos a trabalhar devido ao desemprego.

Dia e noite, as crianças guardam os rebanhos e dormem com os animais. Dois dos pequenos jornaleiros da Altamura suicidaram-se há pouco tempo. No entanto, diz o «Correo de la Sera», a justiça italiana não encontrou «corpo de delito» nas práticas desumanas dos patrões sobre os seus escravos, da mesma maneira que não encontrou motivos jurídicos na causa da morte anual de mais de mil

crianças em acidentes de trabalho.

Vejamos o que sobre este tema dizem ainda alguns jornais de diversos países.

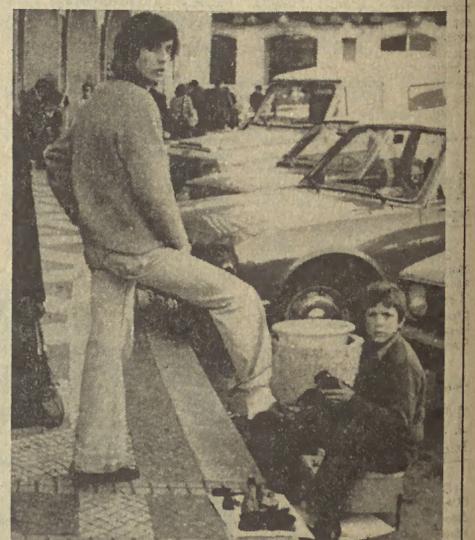
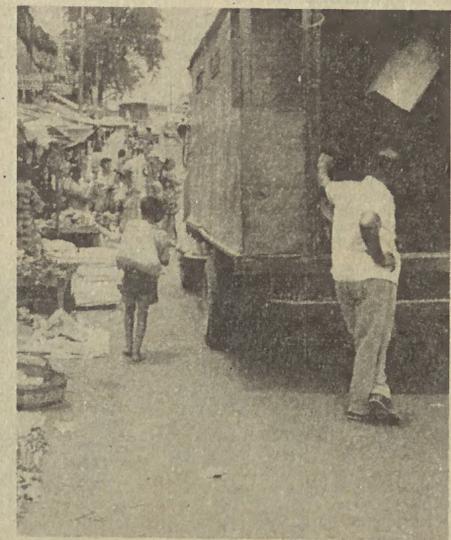
«A verdadeira causa dos maus tratos infligidos às crianças é a miséria, o desemprego, as habitações precárias, a falta de assistência médica. Nós chegámos a tentar criar o mito de que as crianças, a juventude são um dos nossos principais tesouros. Mas, na verdade, não apenas apreciamos a juventude como mercadoria e não os jovens em si, sobretudo quando pertencem às classes desfavorecidas ou às minorias raciais». («The New Republic», dos EUA)

«Em Itália a mortalidade infantil constitui um flagelo social, uma exploração lançada sobre as classes desfavorecidas. Não há hospital que possa salvar uma criança que nasce em lugares onde dormem cinco pessoas em cada cama, onde as latrinas estão na cozinha e as mães passam o período de gravidez sem serem consultadas uma vez que seja». («Corriere della Sera», de Itália)

A Grã-Bretanha é um dos poucos países onde os castigos corporais estão consignados na lei. «Os castigos corporais são aplicados frequentemente nas escolas escocesas



e irlandesas. Num inquérito realizado em quarenta escolas secundárias da Escócia verificou-se que um terço dos alunos entre os 13 e os 15 anos sofrem, em média, um castigo corporal de quinze em quinze dias». («The Guardian», de Inglaterra)



Flagrantes como estes são fáceis de surpreender em qualquer parte do mundo capitalista, mesmo nos países mais industrializados; comentários para quê? A realidade ali está, para quem não se recusa a vê-la

Advertisement for 'O Militante' magazine, featuring a portrait of a man and text about the Communist Party of Portugal.

Advertisement for 'O Militante' magazine, featuring a portrait of a man and text about the Communist Party of Portugal.

Semana

11 Quarta-feira 1789 - Luis XVI, com a aristocracia pretendendo em vão a dissolução da Assembleia Nacional, tenta o golpe extremo demitindo o primeiro-ministro liberalizante Necker.

Os destroços da estação espacial norte-americana "Skylab" caem na extensa zona do globo compreendida entre a África Oriental, Oceano Índico e Austrália; pedaços de certa envergadura atingiram regiões circundantes de algumas cidades australianas, não havendo notícias de vítimas, desconhecendo-se ainda os locais onde...

12 Quinta-feira 1875 - S. Tomé e Príncipe torna-se independente.

A revista "Jeune Afrique" revela que o primeiro-ministro sionista Menahem Begin ameaçou o "ayatollah" Khomeini por meio de uma carta particular; a revista acrescenta, ainda que estaria a ser preparado em Israel um pequeno exército de 10.000 iranianos, composto essencialmente por ex-agentes da "Savak" e da "Guarda Imperial" do regime do xá...

13 Sexta-feira 1793 - É assassinado Jean-Paul Marat, dirigente da Revolução Francesa.

Segundo autoridades americanas, o ditador da Nicarágua, Somoza, parte para a Guatemala para se encontrar com dirigentes dos três Estados da América Central geridos por militares reacionários - Guatemala, Honduras e El Salvador. O presidente do Peru, general Morales Bermudez, devolve à Assembleia Constituinte o texto constitucional que esta lhe havia enviado, por considerar que a Assembleia "excedeu a sua função específica ao interferir em actos governamentais"...

14 Sábado 1889 - É formada a II Internacional.

Terminam as contagens dos votos das eleições bolivianas realizadas a 1 deste mês, tendo saído vitorioso o candidato da Frente de Unidade Democrática e Popular (FUDP), considerada de unidade de esquerda. Um atentado à bomba junto a um bar madrileño frequentado por simpatizantes e intelectuais de esquerda, mata uma mulher e fere cerca de uma dúzia de pessoas.

15 Domingo 1958 - Os EUA invadem o Líbano.

O presidente Carter dos EUA discursa para os seus concidadãos num tom solene, afirmando-lhes que a raiz de todos os "males" da sociedade norte-americana está na "crise do petróleo", pelo que propôs um "plano energético". O ditador Somoza demite os oficiais superiores do seu Exército. O primeiro-ministro indiano, Morarji Desai, demite-se do seu cargo, na sequência de todas as dissidências ocorridas no seio do seu partido, o Janata. A agência oficial iraniana PARS informa que no passado dia 14 morreram 22 pessoas e 40 ficaram feridas em violentos recontros entre manifestantes armados e guardas revolucionários islâmicos na cidade curda de Marivan. Um incêndio que se julgava oriundo criminoso, destrói quase por completo a delegação do Partido Comunista Espanhol em Guadalajara. Os dois cosmonautas soviéticos que se encontram a bordo da estação orbital "Saliut-6" estabelecem novo recorde de permanência no espaço completando 140 dias de permanência na estação. Quatro guerrilheiros autodesignados de palestinos, que atacaram a embaixada egípcia em Ankara e mantiveram várias pessoas como reféns, rendem-se a um dos dois representantes da OLP que penetrou na embaixada para tentar chegar a um acordo.

16 Segunda-feira 1956 - Apoio do Soviético Supremo da URSS aos Parlatmentos de todos os países do mundo em prol do desarmamento.

O antigo vice primeiro-ministro indiano Charan Singh apresenta a sua candidatura ao posto de primeiro-ministro, em substituição de Desai. O chefe de Estado iraquiano, general El-Bakr, anuncia a sua retirada por motivos de saúde do cargo de presidente da República, anunciando a nomeação de Saddam Hussein, actual vice-presidente do Conselho de Comando da Revolução, para os lugares que ele ocupava até ao momento.

17 Terça-feira 1930 - É fundado o Partido Comunista da Colômbia.

Começa em Monróvia a Cimeira dos Chefes de Estado da OUA. O ditador Somoza envia uma carta com o pedido de demissão ao Congresso. Demite-se o ministro da Defesa iraniano, Taghi Riahi. Kurt Waldheim afirma em Benguela que a ONU é da opinião que têm de se realizar na Rodésia eleições supervisionadas internacionalmente.

Chegou ao fim a ditadura na Nicarágua!

Há 45 anos, Anastásio Somoza - pai do ex-ditador da Nicarágua - mandava assassinar Augusto César Sandino, herói nacional nicaraguense, patriota e "general dos homens livres" que, anos antes, chefiara a rebelião popular contra a ocupação americana. Hoje, a dinastia Somoza caiu vencida pelos legítimos herdeiros do combate de Augusto César Sandino - as forças da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Há ainda hoje quem, num excesso de zelo suspeito, chame ao actual Somoza - o último da dinastia - o Presidente Somoza. É o caso da RTP que, no jornal da passada segunda-feira iniciava o noticiário sobre a situação na Nicarágua precisando nestes termos: "O Presidente Somoza, chefe do Governo da Nicarágua..."

Porém, Somoza e seus antecessores foram, nunca foram, nem para a Nicarágua nem para os povos do mundo, "presidentes", mas os mais cruéis e sanguinários ditadores da América Latina.

A história da ditadura da família Somoza começa nos anos vinte, com a ingerência do imperialismo americano na Nicarágua e a criação da célebre Guarda Nacional, com o objectivo de tomar aquele país em mais um instrumento dócil da política americana na região. Era, aliás, um militar dos EUA que chefiava a Guarda Nacional.

Em 1932, o comando da Guarda Nacional foi entregue a Anastásio Somoza I que se tornou, pouco depois, "presidente" da República. Em 1967 foi a vez do filho, na altura comandante da Guarda Nacional, ocupar a presidência.

Resultado desta dinastia de ditadores fascistas apoiada pelo imperialismo: nos últimos quarenta anos, mais de 50 mil nicaraguenses foram mortos pela ditadura - e este número não engloba as dezenas de milhares de mortos tombados entre a população civil nos últimos tempos. Enquanto o ditador possui mais de 30 por cento da superfície arável do país, mais de metade das explorações de criação de gado e 46 por cento das plantações de café, 90 por cento da população rural é analfabeta e 60 por cento das mortes tem como causa a ausência de cuidados médicos.

São realidades cruéis que mostram bem a razão pela qual Somoza viveu as últimas semanas entricheirado no seu palácio e guardado pela elite da Guarda Nacional, desde sempre treinada por militares

para a região, enviando inclusive um seu representante para conversações com membros da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Essas dúvidas, com efeito, não surgem por acaso. Os fretes de Somoza à política agressiva do imperialismo americano são conhecidos: foi da base militar de Puerto Cabezas, no Atlântico e em território da Nicarágua, que largaram os navios com mercadorias que desembarcaram em Cuba em Abril de 1961 para afogar a Revolução Cubana em sangue; foi do aeródromo militar de Manágua que descolaram os aviões que bombardearam bairros da Guatemala, quando um "fantoche" ao serviço do imperialismo americano dirigiu um golpe de Estado contra o governo progressista de Jacobo Arbenz; unidades da Guarda Nacional somozista participaram na repressão da revolução popular na República Dominicana.

Antes e durante a realização, em meados do passado mês de Junho, da conferência extraordinária dos

ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização dos Estados Americanos, o imperialismo americano ainda usava para a Nicarágua a sua receita tradicional: apoio total a Somoza. Porém, no decurso da conferência, foi o próprio secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, quem operou o primeiro "golpe de rins" - sacrifício de Somoza e solução do problema da Nicarágua através do envio de forças armadas interamericanas que contribuiriam para aquilo que Vance chamou "governo moderado de pacificação nacional". Isto, quando as forças patrióticas nicaraguenses com um governo provisório já constituído, controlavam as mais importantes cidades e vilas da Nicarágua. Mas, para Vance, essas forças lideradas pela Frente Sandinista de Libertação Nacional não passavam de "rebeldes" apoiados por Cuba e uma série de outros Estados!

A proposta americana foi rejeitada e, em seu lugar, foi aprovada uma proposta apresentada pelos países do grupo andino (Bolívia, Venezuela, Equador, Peru e Colômbia) que reconhece como principal culpado da presente crise política da Nicarágua o tirânico regime de Somoza. A proposta aprovada - com 17 votos favoráveis num total de 27, e apenas dois votos contrários (os do representante de Somoza e de outra sangrenta ditadura pró-americana, a do Paraguai) - refere a inadmissibilidade de qualquer ingerência nos assuntos internos da Nicarágua. Até o imperialismo americano, receando ficar isolado, acabou por aprovar a proposta...

De tal modo que um porta-voz da embaixada americana em Manágua declarou no passado domingo que a utilização de aviões americanos "T-28" por parte da Guarda Nacional de Somoza constituía uma violação da lei sobre a neutralidade. Isto, da parte de quem sempre armou o exército fascista e treinou os seus oficiais!

Um plano de paz para a Nicarágua

A ditadura somozista vive os seus momentos finais. Ao mesmo tempo que, por todo o país, as forças da Frente Sandinista de Libertação Nacional reforçam as suas posições, os patriotas nicaraguenses divulgaram, ultimamente, um plano para uma solução política do conflito, destinado a evitar que mais sangue corra na pátria de Augusto César Sandino.

O plano já divulgado pela FSLN exige a renúncia de Somoza ao Congresso, o qual, por sua vez, entregará o Poder ao Governo de Reconstrução Nacional. O objectivo deste governo será o de abolir a constituição somozista, dissolver o Congresso e ordenar à Guarda Nacional o fim imediato das hostilidades. O documento apresentado pela Frente Sandinista refere que a solidariedade dos povos e Estados da América é indispensável para que se concretize um plano de paz para a Nicarágua.

A Frente Sandinista

A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi fundada em 1961 por jovens revolucionários e transformou-se, desde então, na força de oposição mais combativa ao regime somozista, lutando há dez anos de armas na mão contra o tirano Anastásio Somoza, filho do assassino de Sandino.

Lutando pela construção de uma nova sociedade, a FSLN pretende a instauração na Nicarágua de um governo democrático que responda às necessidades do povo, dando a terra aos camponeses e assegurando o trabalho e a saúde para todos.

De entre as tarefas imediatas proclamadas pela Frente Sandinista destacam-se a queda do regime somozista, a nacionalização dos bens do ditador, a destruição do aparelho



Augusto César Sandino, o "general dos homens livres", depois de combater a ocupação do seu país pelos norte-americanos, foi assassinado por Somoza I em 21 de Fevereiro de 1934. Permaneceu como símbolo da resistência dos patriotas nicaraguenses

repressivo, a garantia das liberdades e direitos democráticos incluindo o reconhecimento dos partidos políticos e o direito dos trabalhadores de se organizarem livremente.

Éxitos militares, políticos e diplomáticos

Perante a evidência cada vez maior da queda a curto prazo de Somoza e do seu sangrento regime ditatorial, os EUA intervieram a sua política pública e mantêm um embaixador especial em conversações com representantes da Junta Provisória da Nicarágua.

Porém, e ainda recentemente, a Frente Sandinista de Libertação Nacional denunciou um plano urdido pelo imperialismo, sob o nome de código "Luz Verde Rei II", e destinado a assassinar o tirano Somoza



Membros da Guarda Nacional passam em revista todos os veículos, em Manágua, quando, ainda há poucos dias, tiveram a esperança de poder voltar a controlar a capital

A questão dos refugiados: uma manobra do imperialismo no Sudoeste Asiático

Washington, Londres, Pequim e capitais da CEE: locais onde se arquitetam as campanhas que visam caluniar o povo que, hercoticamente, infligiu ao imperialismo americano uma das mais profundas derrotas da sua história. O imperialismo, de braço dado com a traíção chinesa, e depois de ter perdido a guerra no campo de batalha, lança uma campanha de diversão destinada a caluniar a República Socialista do Vietname. Porém, também desta feita é neste outro combate, as armas da razão empenhadas pelo povo vietnamita levam de vinda o terrorismo das palavras. A questão dos "refugiados" não passa de uma vasta manobra destinada a criar dificuldades diplomáticas e económicas ao Vietname. Mas, tal como as bombas de "napalm" dos gigantes "B-52" não liquidaram a resistência de um povo, nem o numeroso exército chinês foi suficiente para liquidar a independência nacional da República Socialista do Vietname, também não será agora que as armas da calúnia e da pressão poderão atingir o alvo.

Nos últimos tempos, as grandes agências noticiosas internacionais multiplicaram declarações oficiais dos Estados Unidos, de Inglaterra, da RFA, de França ou da China, trazendo para as primeiras páginas dos jornais a "questão dos refugiados". Na base de todas essas declarações há uma intenção manifesta: um apelo para que a comunidade internacional exerça pressões sobre o Vietname para que este modifique a sua política.

Mais uma vez o imperialismo utiliza o cavalo de batalha dos "direitos humanos" - desta vez aplicados aos refugiados da Indochina - para esconder os malogros da sua política externa e atacar o socialismo. Isso mesmo foi denunciado numa carta divulgada em Paris e assinada por proeminentes figuras intelectuais, políticas e religiosas da República Socialista do Vietname onde, a determinado passo, se salienta: Depois de séculos de colonialismo, de 20 anos de neocolonialismo e de dez anos

de presença militar norte-americana no Vietname, não compete aos primeiros e actuais carniceros do povo vietnamita dar-nos lições de moral e humanitarismo.

Aliás, essas lições são quotidianamente dadas pelo próprio povo vietnamita. Assim, o primeiro-ministro da RS do Vietname, Pham Van Dong, ainda recentemente declarou em Paris que o seu país participaria na Conferência de Genebra sobre os refugiados, ao mesmo tempo que reafirmou a decisão de resolver o problema, com a condição do assunto ser visto simplesmente num ângulo humanitário.

Mas, ao mesmo tempo que se empenha em resolver o problema de que não é responsável, a República Socialista do Vietname vai mais longe: tem demonstrado aos olhos do mundo, aos olhos dos povos amantes da paz e do progresso, as verdadeiras causas da questão dos refugiados.

As "lágrimas de crocodilo" que o imperialismo verte

Numa declaração recentemente tomada pública, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Socialista do Vietname aborda em profundidade a questão dos refugiados e denuncia as "lágrimas de crocodilo" do imperialismo e dos seus aliados, os expansionistas de Pequim. Diz-se nessa declaração: No decorrer dos últimos trinta anos, as forças imperialistas, desde os colonialistas franceses, aos imperialistas americanos e aos expansionistas de Pequim,

Crise de energia ou crise política?

DRAMÁTICO - eis o adjectivo utilizado pelos grandes meios de informação para classificar o discurso de Jimmy Carter perante a televisão do seu país, ao anunciar o seu programa tendente a resolver a grave crise energética com que se debatem os Estados Unidos. O programa de seis pontos do presidente norte-americano, que visa fundamentalmente limitar as importações de petróleo e desenvolver outras fontes alternativas, não foi contudo suficiente para que tal adjectivo fosse tão depressa e tão unanimemente aplicado. O caso é que Carter, falando da crise de energia, abordou uma outra crise mais vasta que designou por "crise de confiança" que, nas suas palavras, ataca "o coração, a alma e o espírito" da vontade nacional americana.

PORÉM, tanto Carter como os seus concidadãos têm ambos razão - o primeiro preocupado com a falta de confiança, os segundos a braços com crises e, entre elas, a da confiança no futuro. A crise energética é apenas a ponta do véu da crise mais vasta com que se debate o sistema capitalista e as pretensas "sociedades da abundância" nele baseadas. Estranhas sociedades da abundância são estas em que os responsáveis da administração se vêem obrigados a pedir, a exigir aos seus concidadãos que reduzam o consumo da gasolina, que se sirvam dos transportes públicos e deixem de utilizar o automóvel, e que diminuam os gastos com o aquecimento ou o ar condicionado...

O programa energético anunciado por Carter, ao mesmo tempo que pede aos americanos reduções drásticas no campo do consumo de energia, pretende financiar-se num meio pantanoso e escorregadio: nos fabulosos lucros obtidos pelas companhias petrolíferas. Lucros que continuam sempre sendo fabulosos, com crise de energia ou sem ela, o que constitui um indicador seguro de que a crise energética não é para todos. Se há as multinacionais do petróleo cujas actividades, até agora, têm passado bem com ou sem crise petrolífera, não será agora um discurso dramático e um programa restritivo de Carter que lhes virão a criar dificuldades.

A questão central não reside na crise energética, mas na persistência de uma política externa que ameaça a paz e a segurança dos povos. Não é por acaso que o discurso de Carter surge poucos dias depois de destacados dirigentes árabes e palestinos terem dirigido solenes advertências aos Estados Unidos, em virtude da sua política no Médio-Oriente. Dizendo o que disse e propondo o que propôs, Carter quis significar que os Estados Unidos não pensam alterar tal política e que, por conseguinte, se vão expor às represálias económicas que os países árabes, em tal caso, não deixarão inevitavelmente, de pôr em prática.

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL POR UMA VIRAGEM DEMOCRÁTICA NA POLÍTICA NACIONAL

O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido em sessão plenária no dia 18 de Julho, examinou a situação política decorrente da decisão do Presidente da República relativa à realização de eleições intercalares.

Uma solução constitucional

1. Com o lançamento da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e a contra-revolução legislativa em 1977, iniciou-se uma crise governativa latente que se expressou na demissão de sucessivos governos.

Desde a reunião do CC de 31 de Julho de 1977, o PCP tem apresentado duas saídas constitucionais: ou a formação de um governo democrático ou eleições intercalares.

Com a exoneração do Governo Mota Pinto, de novo o PCP insistiu numa das duas saídas para a crise.

Apesar das insistências do PCP, o PS não mostrou interesse em examinar com o PCP nem as possibilidades de formação de um governo que tivesse como suporte principal a maioria numérica de deputados do PS e do PCP que existe na Assembleia da República, nem as possibilidades de formação de um governo tendo como base de apoio na Assembleia da República os deputados do PS e da ASDI (ex-PPD).

Não tendo podido concretizar-se a formação de novo governo com vista a governar o país até às eleições de 1980, a solução constitucional da crise era necessariamente a realização de eleições intercalares.

Em termos gerais a saída para a crise apresentada pelo Presidente da República — formação de um governo de gestão, dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições intercalares — constitui uma solução constitucional inserida no quadro do funcionamento normal das instituições e dos órgãos de soberania. Constitui uma afirmação da vitalidade e um passo na consolidação do regime democrático consagrado na Constituição da República.

Derrota política da reacção

2. Eleições, nos termos constitucionais, não são as eleições que as forças reacçãoárias, designadamente o PPD e o CDS, pretendiam, reclamavam e exigiam.

O PPD, o CDS e outros partidos e sectores reacçãoários exigiam, contra os preceitos constitucionais, que as eleições a realizar por dissolução da Assembleia da República dispensassem as de 1980; que a nova Assembleia tivesse poderes de revisão constitucional; que na revisão constitucional não fosse necessária a maioria de dois terços, nem respeitados os limites materiais da revisão (que estabelecem como insusceptíveis de revisão as nacionalizações, a Reforma Agrária, as liberdades e direitos dos trabalhadores e outras características do regime democrático português); que fosse adoptada uma nova lei eleitoral que abolisse a proporcionalidade do voto; que, como forma de manipulação do eleitorado, fosse utilizado o referendo, não admitido pela Constituição.

Estas exigências do PPD, CDS e outras forças reacçãoárias, se fossem concretizadas, dariam lugar a um verdadeiro golpe de Estado com a revisão inconstitucional da Constituição e à liquidação do regime democrático.

O facto de estas exigências não terem sido obtidas e o facto de as eleições, tal como se anunciam, serem realizadas no quadro das instituições e segundo os preceitos constitucionais, representam uma séria derrota política das forças reacçãoárias, designadamente do PPD e do CDS.

Urgência da substituição do Governo Mota Pinto

3. Como primeiro passo do processo constitucional que culminará nas eleições, coloca-se com urgência a formação de um novo governo que substitua o exonerado Governo Mota Pinto.

O Governo Mota Pinto, que realiza a política do PPD e do CDS, e é activamente apoiado por estes partidos e por todas as forças reacçãoárias, significa a instauração de facto de uma situação inconstitucional. O Governo conduz uma verdadeira guerra contra os trabalhadores e contra o Povo português. Viola ostensivamente a Constituição e as leis. Abusa do poder. Usurpa competências da Assembleia da República. Desrespeita as decisões da Assembleia e dos tribunais.

A sua ofensiva de arbitrariedades, ilegalidades, esbulhos, extorsões, roubos, brutalidades e violências contra a Reforma Agrária; a entrega arbitrária de empresas a um patronato sabotador e criminoso; a autorização da emissão de 100 milhões de contos de títulos do Estado para indemnizações aos grandes capitalistas e agrários; a aprovação inconstitucional de leis fora da sua competência (sobre os baldios, sobre crimes e penas, sobre rendas de casa, etc.), a entrega em série, a inimigos da democracia, de postos-chave no aparelho do Estado e na comunicação social, caracterizam o exonerado Governo Mota Pinto como um governo fascizante e ditatorial, que procura destruir o regime democrático.

É uma evidência que as decisões e medidas inconstitucionais, ilegais e arbitrárias do Governo Mota Pinto são nulas por natureza. O CC do PCP uma vez mais declara que o PCP lutará para que essa nulidade seja juridicamente reconhecida e sejam repostas as situações afectadas.

Saliêntando o escândalo para a democracia que representa este Governo, que o CDS e o PPD pretendiam que governasse até às eleições — o CC do PCP reclama a pronta formação de um novo governo e a imediata cessação de funções do Governo Mota Pinto.

Formação do novo governo

4. O CC do PCP considera que as características do novo governo definidas em termos gerais na comunicação do Presidente da República — independência, neutralidade, não ser motivo de afrontamentos e conflitos, não representar nem privilegiar qualquer partido — podem considerar-se adequadas num período em que o governo contará entre as suas tarefas fundamentais a preparação e a realização das eleições.

A atitude em relação ao novo governo dependerá naturalmente da forma como se venham a concretizar estas características.

No entender do PCP, o novo governo deve ser, no fundamental, um governo de gestão, tendo ou não formalmente este nome, mantendo-se portanto nos limites do andamento dos negócios correntes do Estado.

É também essencial que o novo governo suspenda a ofensiva contra as conquistas da revolução que fazem parte integrante do regime democrático (designadamente, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, as liberdades e direitos dos cidadãos) e observe rigorosamente os preceitos constitucionais.

A formação do novo governo é extremamente urgente pela necessidade de pôr termo o mais rapidamente possível ao exonerado e ditatorial Governo Mota Pinto, pela necessidade de impedir o prolonga-

mento e o eventual agravamento da crise política que a reacção procura provocar com o objectivo de conduzir o País ao impasse das instituições e pela necessidade de fazer prosseguir normalmente o processo constitucional e democrático que culminará com a realização das eleições.

Por tudo isso, se, no concreto, pela sua composição e pelo seu programa, o novo governo corresponder às características gerais atrás definidas, o PCP tomará a seu respeito, uma atitude favorável.

Alerta contras as manobras desestabilizadoras da reacção

5. O CC do PCP adverte contra os perigos de novas manobras das forças reacçãoárias a fim de dificultarem o desenvolvimento do processo constitucional que culminará com as eleições.

É previsível que as forças reacçãoárias procurarão impedir ou dificultar a formação de um governo que assegure a realização de eleições em condições democráticas nos termos constitucionais e, no caso de se formar tal governo, procurarão que seja rejeitado o seu programa na Assembleia da República a fim de conduzir as instituições a um impasse.

O CC alerta contra quaisquer tendências (venham dos partidos reacçãoários, venham do PS) em tornar o debate na Assembleia da República acerca do governo num confronto entre órgãos de soberania, designadamente entre a Assembleia da República dum lado e o Presidente da República e o Conselho da Revolução do outro.

Os democratas portugueses têm de lutar firmemente para que as manobras da reacção sejam condenadas ao fracasso.

A defesa e a consolidação da democracia portuguesa exigem o andamento normal do processo democrático, com a formação do novo governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização das eleições nos prazos constitucionais.

Preparar as eleições

6. Decidida a realização das eleições intercalares, a derrota da reacção e a vitória da democracia nas próximas eleições para a Assembleia da República tornam-se um objectivo central da acção política do PCP e de todos os democratas portugueses.

O CC confirma que, para defesa da democracia, é necessário que, nas eleições intercalares, se verifiquem três resultados essenciais: derrota dos partidos reacçãoários (PPD, CDS e outros) mantendo-os em minoria; a continuação, na Assembleia da República, de uma maioria democrática (designadamente de comunistas e socialistas); e um aumento substancial do número de votos e de deputados do PCP, condição fundamental para salvaguarda da democracia portuguesa.

Os partidos reacçãoários (PPD, CDS e outros) são directamente responsáveis pela política dos últimos governos. Foram eles que governaram efectivamente através do Governo Mota Pinto. São da sua directa responsabilidade a degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo português em geral, o agravamento dos grandes problemas nacionais, as ofensivas brutais e violentas contra as conquistas democráticas e os direitos e liberdades dos cidadãos.

Os partidos reacçãoários pretendem furtar-se a essas responsabilidades apresentando-se agora como propondo uma «alternativa», uma «nova política» e intitulam-se «democratas». Na verdade,

se (por hipótese absurda) viessem a ganhar as eleições e a constituir governo, prosseguiriam ainda com mais violência a política de exploração dos trabalhadores e de ruína das classes médias, a recuperação capitalista, latifundista e imperialista e procurariam liquidar o regime democrático e instaurar uma nova ditadura. Esta é a perspectiva verdadeira que oferecem os partidos da reacção.

Quanto ao PS, não dá mostras claras de uma mudança na sua política que, nos últimos anos, se orientou no sentido da defesa dos interesses do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo contra os trabalhadores e contra as conquistas da revolução. O PS insiste nas suas alianças à direita e nas suas posições anticomunistas. A Lei sobre as Comissões de Trabalhadores e a lei Gonelha são exemplos inquietantes de uma orientação antioperária e antidemocrática.

O PS não oferece por isso a perspectiva duma alternativa democrática e real.

Só é de esperar uma evolução positiva na política do PS na medida em que a sua base de apoio efectivamente de esquerda se desloque na direcção do PCP.

O esquerdismo estimulado pelas forças da direita reactiva-se neste preciso momento como um instrumento de divisão dos trabalhadores e tendo como objectivo procurar dispersar os votos da esquerda e diminuir a grande votação no PCP que a reacção receia. O esquerdismo faz o jogo da reacção.

Desde já, a evolução da situação e todos os acontecimentos demonstram que o aumento substancial do número absoluto e relativo de votos e do número de deputados do PCP acabará por ser o factor decisivo para uma viragem democrática.

Deve concentrar-se o máximo dos esforços para que este resultado venha a ser alcançado.

Por uma viragem democrática na política nacional

7. Ao contrário do que propaga a reacção, as causas do agravamento das condições de vida do povo e da situação do país não são as transformações democráticas alcançadas com a revolução nem o regime democrático consagrado na Constituição, mas precisamente o facto de sucessivos governos terem procurado destruir essas transformações e pela sua acção terem posto em causa o regime democrático e a própria Constituição.

Para defesa dos interesses do povo e do país, para a consolidação do regime democrático, impõe-se a pronta rectificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e uma viragem democrática com uma política que — no respeito da Constituição, assente na vontade popular e nas novas realidades criadas no processo de democratização da vida nacional — dê resposta aos grandes problemas do país e vá ao encontro das mais profundas aspirações dos trabalhadores e do povo português.

Os esforços e energias dos democratas, designadamente dos comunistas, têm de concentrar-se de forma a alcançar, nas eleições que se aproximam, resultados que tornem possível essa viragem democrática, para que Portugal prossiga no caminho da liberdade, do progresso e da independência nacional aberto pelo dia glorioso do 25 de Abril e para que a democracia portuguesa retome o caminho do socialismo.

18 de Julho de 1979

O Comité Central
do Partido Comunista Português